



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Instituto de Letras

Angela Silva de Lima

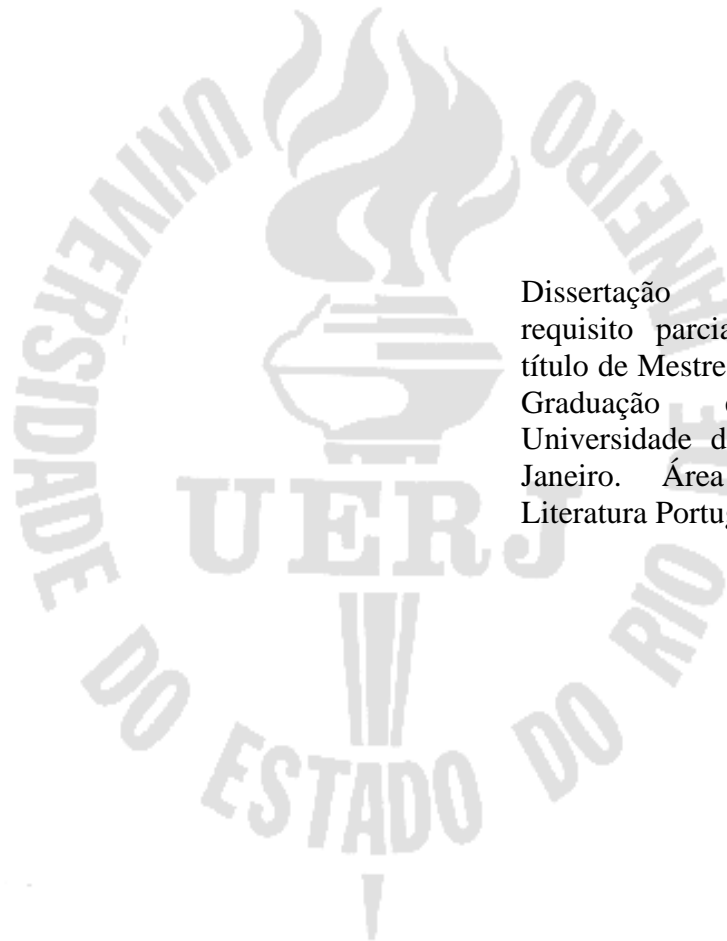
**Os médicos e os embates do cientificismo na obra de Eça de Queirós
(1875-1888)**

Rio de Janeiro

2011

Angela Silva de Lima

Os médicos e os embates do cientificismo na obra de Eça de Queirós (1875-1888)



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Literatura Portuguesa.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Nazar David

Rio de Janeiro

2011

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CEHB

Q3	<p>Lima, Angela Silva de Os médicos e os embates do cientificismo na obra de Eça de Queirós (1875-1888) /Angela Silva de Lima. – 2011. 118f.</p> <p>Orientador: Sérgio Nazar David. Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras.</p> <p>1. Queirós, Eça de, 1845–1900 – Crítica e interpretação - Teses. 2. Queirós, Eça de, 1845–1900. O primo Basílio – Teses. 3. Queirós, Eça de, 1845 – 1900. O crime do padre Amaro – Teses. 4. Queirós, Eça de, 1845 – 1900. Os Maias - Teses. 5. Medicina na literatura – Teses. 6. Médicos - Ficção - Teses. 7. Ciência e literatura – Teses. 8. Ciência e religião – Teses. I. David, Sérgio Nazar. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III. Título.</p> <p>CDU 869.0-95</p>
----	---

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Angela Silva de Lima

Os médicos e os embates do cientificismo na obra de Eça de Queirós (1875-1888)

Dissertação apresentada, como requisito para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Literatura Portuguesa.

Aprovada em 4 de abril de 2011.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Sérgio Nazar David (Orientador)
Instituto de Letras da UERJ

Prof^ª. Dra. Cláudia Maria de Souza Amorim
Instituto de Letras da UERJ

Prof^ª. Dra. Aparecida de Fátima Bueno
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP

Rio de Janeiro

2011

DEDICATÓRIA

A minha mãe, pelo incessante incentivo, pelo carinho e por sempre acreditar em mim, sendo também ela responsável por esta vitória.

AGRADECIMENTOS

À minha família, pelo constante estímulo.

Ao meu marido Alexandre, pela compreensão e encorajamento.

Ao professor Sérgio Nazar David, pela confiança, empenho, incentivo e paciência durante o processo de orientação.

À professora Cláudia Amorim, que me mostrou com paixão, ainda no 3º período da graduação, a Literatura Portuguesa.

RESUMO

LIMA, Angela Silva de. *Os médicos e os embates do cientificismo na obra de Eça de Queirós (1875-1888)*. 2011. 119f. Dissertação (Mestrado em Literatura Portuguesa) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

Durante a segunda metade do século XIX, a atenção dada à ciência, que ganha então maior espaço na literatura, cresce muito. A Medicina estava em ascensão, e grande foi a sua importância no controle de enfermidades e redução do número de mortes prematuras. Além disso, os médicos ainda enfrentavam, apesar de tudo, dificuldades para se estabelecerem socialmente, uma vez que ainda existia o costume da busca de curandeiros, boticários e benzedeiros. Eça de Queirós, que, neste particular, traça um panorama diversificado e valioso da situação portuguesa, aborda o cientificismo, colocando-o em xeque, juntamente com o discurso religioso, ambos ainda com tanto prestígio na esfera dos assuntos públicos. Muitos estudiosos ainda veem na obra de Eça um caráter exclusivamente doutrinador, e no discurso científico percebem apenas um contraponto ao discurso religioso. A análise de três obras que trazem médicos como personagens secundários ou como protagonistas na trama mostra que não era somente este o papel do cientificismo queiroso em *O Primo Basílio*, *O Crime do Padre Amaro* e *Os Maias*. Através dos médicos dos romances da fase mais marcadamente realista-naturalista de Eça (Julião, Dr. Gouveia e Carlos Eduardo) é possível perceber o quanto Eça avança de posições mais doutrinárias (da década de 70) para posições mais complexas e problematizadoras (da década de 80).

Palavras-chave: Positivismo. Medicina no século XIX. Realismo-naturalismo.

ABSTRACT

Along the second half of the XIX century, the attention devoted to Science, which seemed to gain more space in Literature, grows considerably. Medicine was in ascension, and this has been of great importance in illness control, as well as in the reduction of premature deaths. Besides, doctors would still face, in spite of every effort, difficulties to establish socially, since people would still refer to healers, pharmacists and faith healers. Eça de Queirós, in this particular issue, portrays a diverse and valuable portrait of the Portuguese situation, taking into account Scientifics, putting it in discussion, together with the religious creed, both still with great prestige among the ordinary public at the time. A number of specialists see in Eça's work a major doctrinaire trait, and, in scientific studies they perceive only a opposition to religious creed. The analysis of the three novels which present doctors as secondary characters or protagonists show that the role of Scientifics was not only that in *O Primo Basílio*, *O Crime do Padre Amaro* as well as in *Os Maias*. Through the doctors present in the novels of the remarkably realist-naturalist phase of Eça (Julião, Dr. Gouveia and Carlos Eduardo) it is possible to notice how much Eça develops from more doctrinaire positions (as from the seventies) to more complex and comprehensive ideas (as from the eighties).

Keywords: Positivism. Medicine in the XIX century. Realism-naturalism.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	10
	CONTEXTO HISTÓRICO DA MEDICINA E SEU	
1	DESENVOLVIMENTO	13
1.1	A saúde no século XIX	13
1.2	A evolução da Medicina na sociedade oitocentista	17
2	A IRRELIGIÃO E O EXPERIMENTALISMO DE JULIÃO, DE <i>O PRIMO BASÍLIO</i>	23
3	A RELIGIÃO E A CIÊNCIA EM <i>O CRIME DO PADRE AMARO</i>	36
3.1	O desenvolvimento de moléstias em <i>O Crime do Padre Amaro</i>	38
3.2	A fé e a superstição no diagnóstico e tratamento de doenças	50
3.3	Curandeirismo, parteiras, boticários e remédios caseiros: a busca pela cura por outros meios	56
3.4	Dr. Gouveia e a Medicina em <i>O Crime do Padre Amaro</i>	61
3.4.1	<u>A construção da personagem ao longo das três edições</u>	61
3.4.2	<u>Dr. Gouveia: porta-voz do século</u>	65
4	O DISCURSO MÉDICO EM <i>OS MAIAS</i>	76
4.1	Enfermidades e tratamentos em <i>Os Maias</i>	77
4.2	As mortes ao longo do romance	84
4.3	A educação e suas implicações para a saúde	88
4.4	A carreira de Carlos na Medicina	94
4.5	O realismo-naturalismo em <i>Os Maias</i>	101
	CONCLUSÃO	107
	REFERÊNCIAS	115

INTRODUÇÃO

O século XIX foi marcado por uma série de mudanças que o caracterizaram pelo constante assunto do “progresso”. O historiador Peter Gay afirma em um de seus livros: “era evidente a qualquer pessoa que se alguém, nascido três gerações depois de Napoleão, pudesse voltar ao ano de 1800, dificilmente reconheceria algo à sua volta” (GAY, 2002, p.161). Estas mudanças eram tanto com respeito às invenções e descobertas, quanto às ideias propagadas, questões de fé, o gradativo enfraquecimento do poder da Igreja, avanço da Medicina, etc.

Era possível perceber que a atenção dada ao pensamento racional, ainda como reflexo das ideias iluministas e da Revolução Francesa, vinha crescendo dia após dia. Um conflito de ideias começou a se estabelecer, entre os que propagavam o cristianismo e os ideais católicos, e aqueles que questionavam seus dogmas e acreditavam no materialismo. Durante o século XIX, se observou uma progressiva queda do poder da Igreja e a ascensão das ciências e da Medicina. Muitos problemas e enfermidades que antes eram explicados apenas como “vontade de Deus” agora encontravam fundamento e soluções na ciência.

Portugal, como um país católico, por vezes tentava resistir ao pensamento cientificista dos médicos e doutores de então, mas não podia deixar de recorrer a eles quando se encontravam enfrentando enfermidades. Os homens se esclareciam e não viam mais em Deus ou no diabo a culpa de todos os males. Assim, um espaço maior era dado à ciência, e a população em geral percebia que a cura para suas enfermidades não estava nas mãos dos padres, mas que era preciso a ajuda de um especialista da área médica. A Medicina foi ganhando campo e um maior prestígio era dado aos profissionais que se dedicavam a esta ciência.

A obra de Eça de Queirós retrata bem esta dualidade, principalmente em *Os Maias* e n’*O Crime do Padre Amaro*. Muitos portugueses, sobretudo as mulheres, viviam sob a extrema influência da Igreja, algo duramente criticado e denunciado por Eça. Obras como *A Relíquia* e o já citado *O Crime do Padre Amaro* mostram bem este tipo de comportamento, mostrando pessoas que viviam apegadas às batinas dos padres, e viam a religião como algo que poderia lhes resolver todos os problemas. Por outro lado, julgavam ser a Medicina uma ciência que negava Deus e blasfemava contra aquilo que é Santo.

Esta transformação da sociedade portuguesa ocorreu pouco a pouco, e não foi com facilidade que a Medicina encontrou lugar.¹ Os médicos muitas vezes não eram vistos como

¹ “Esses sujeitos, no processo mesmo de busca pela afirmação e legitimação de sua identidade enquanto grupo, construíram para si e reivindicaram perante a sociedade o papel de articuladores de uma nova ordem, que pretendia selar o presente

profissionais de prestígio como os advogados, magistrados, homens da lei em geral.

É certo que uma época tão marcada pela transição refletisse de alguma forma na vida das pessoas de então. Enquanto muitos a aceitavam de bom grado e rapidamente a ela se adaptavam, outros viam com maus olhos, ou mesmo tinham dificuldades de se adaptar a um mundo marcado pela pressa e pela confusão. Assim, logo se desenvolveu uma série de doenças características deste século, em geral, de cunho nervoso. A neurastenia, a melancolia (hoje diagnosticada como depressão), o nervosismo, eram algumas das doenças comuns na época. A Medicina precisava se desenvolver a fim de atender aos doentes.

Todas estas mudanças apareceram na literatura, que seja como for refletia a realidade da sociedade em transformação. Os romancistas procuravam retratar de forma crítica o papel dos médicos, seu trabalho, a forma pela qual eram vistos pelo povo, bem como as transformações das ideias e do pensamento comum. Muitos médicos concorriam com parteiras, benzedeiros, curandeiros, pois ainda não existia o hábito de buscá-los regularmente. Havia ainda uma crença geral de que a cura poderia ser administrada por todos. Não foi fácil a consolidação da carreira médica num mundo extremamente católico, que cria que o poder de dar ou retirar a vida era exclusivamente de Deus, e onde não cabia ao homem muitas alternativas.

Eça de Queirós registra isso em algumas de suas obras. Inúmeros são os estudos que retratam seu anticlericalismo, e lançam sobre suas obras um olhar que se atém, sobretudo, à visão do religioso. Contudo, um trabalho de pesquisa que aborde mais profundamente a sua relação com o cientificismo e o significado dos médicos em sua obra ainda não foi encontrado. Através do estudo de três títulos deste autor – *O Primo Basílio*, *O Crime do Padre Amaro* e *Os Maias* – será possível compreender o papel dos médicos durante o século XIX e porque se privilegia a ciência na construção da literatura realista-naturalista. Além disso, uma série de doenças é mencionada no dia a dia das personagens, permitindo-nos perceber algumas das muitas moléstias que afligiam a população nesta época.

Três médicos diferentes são retratados, cada um com uma visão da vida e da ciência, cada um com diferentes opiniões sobre aquela sociedade. Julião, de *O Primo Basílio*, é um médico pobre que busca uma colocação através de estudos incessantes. Tem uma pequena clientela e nenhum reconhecimento, busca progredir socialmente e sair de seu “quarto andar na Baixa”. Dr. Gouveia, de *O Crime do Padre Amaro*, é um médico com alguns anos de experiência e muita confiança da parte de seus pacientes em Leiria. Sua carreira já está

consolidada, e mesmo as beatas, que recriminavam sua suposta irreligião, confiavam em sua ciência e no seu “ar de infalibilidade”. Carlos Eduardo, de *Os Maias*, é um homem rico que busca no curso de Medicina uma maneira de tornar-se útil ao seu país. Tem dificuldades em estabelecer sua clientela, justamente por ser rico e bonito, causando desconfiança.

Cada um destes médicos traça um caminho diferente, importante para entender sua presença na obra. Numa época em que a literatura privilegia a ciência e vê nela a possibilidade de explicar certos assuntos inexplicáveis por outros meios, muitos autores resolvem pôr médicos como personagens em suas obras. Uma pesquisa que aborda profundamente estas questões é de fundamental importância para se entender melhor o advento do cientificismo e a influência destes personagens na construção de um novo pensamento. Carlos Eduardo, Dr. Gouveia e Julião são peças fundamentais para se perceber o papel dos médicos na obra queirosiana.

Para se compreender melhor uma época, é de fundamental importância que se analise a literatura, pois esta observa as transformações e as expõe criticamente. O presente trabalho tem como objetivo compreender as transformações médicas no século XIX, o espaço conquistado pela Medicina, sobretudo à luz da literatura, com foco nas obras referidas. Além disso, será importante notar o papel do médico nestas obras literárias, e por que lhe era dada a voz durante diversas vezes. É certo que não se trata apenas de um discurso maniqueísta, onde a Igreja seria a vilã, com suas teorias já consideradas ultrapassadas, e o cientificismo seria o novo salvador. Será observada a posição de Eça com relação aos dois assuntos, não cabendo rotular o que era “bom” e o que era “mau”, mas perceber a verdadeira função do discurso médico na literatura.

Em um mundo onde a literatura tinha também uma responsabilidade socioeducativa, a inserção deste assunto nos romances é de extrema importância, quando a época era de transformações significativas. Este será o objeto de estudo desta pesquisa, que fará um trabalho de investigação na obra de Eça no sentido de descobrir o papel dos médicos e sua influência na construção de um novo pensamento.

1. CONTEXTO HISTÓRICO DA MEDICINA E SEU DESENVOLVIMENTO

1.1. A saúde no século XIX

As condições de saneamento básico e prevenção de doenças eram precárias. As condições de higiene da população em geral eram péssimas e não existia luz elétrica. Posteriormente a iluminação a gás seria um dos sinais de progresso do século. Mas, por muito tempo, estes foram alguns dos fatores que auxiliaram no desencadeamento das doenças que afligiam a população portuguesa.

Em geral, os doentes que tinham mais dinheiro não iam a hospitais, e os médicos eram chamados em suas casas. A ida ao hospital era vista como último recurso, e já prenúncio de uma morte iminente. Aos pobres, quando não tinham quem deles cuidasse, o único e último destino era o hospital.¹ Em uma das muitas cartas que Almeida Garrett trocou com seu irmão Alexandre durante a maturidade, o poeta narra a doença e os padecimentos do irmão mais novo, António, e é então possível perceber sua revolta quando descobre que o irmão se internara em um hospital:

Estive a procurar por ele nas hospedarias de Lisboa sem o poder descobrir: afinal pelo médico que em outro tempo o tratava vim a descobrir que ocultamente e sem dizer nada a ninguém, se fora meter no hospital. Imagina como fiquei... Imediatamente mandei verificar o facto que era certo: havia 5 dias que lá estava, e não tinha começado curativo, porque estando em um quarto que pagava (como faz muita gente de bem, mas nunca um homem com parentes que o estimam, e que como eu posso quasi dizer tenho andado com este irmão às costas) – ainda não tinha escolhido o facultativo com quem se queria tratar ali. (Espólio Garrett / BNP, N8/29)

A literatura e a documentação manuscrita da época, tal como a carta de Almeida Garrett citada, confirmam uma dura realidade. A expectativa de vida era baixíssima, pois muitas eram as doenças que podiam levar à morte, uma vez que não havia antibióticos. Gay (2002, p. 171) afirma que o tempo de vida médio das mulheres no início do século XIX na Europa era de 36 anos, e ao final do século teria subido para 46 anos. Compreende-se, portanto, o porquê de, na literatura, as mulheres com mais 30 anos serem consideradas mais maduras.² As biografias de Almeida Garrett também demonstram que, próximo dos 40 anos, o escritor já se sentia bastante doente e cansado.³ Em geral, não se vivia muito no século XIX.

¹ “Juliana (...) sentia-se agora muito mal, e nas noites em que não podia dormir com aflições asmáticas, punha-se a pensar com terror – se fosse expulsa daquela casa, para onde iria? Para o hospital!” (QUEIRÓS, 2006., p. 205)

² “Entre os amigos, no Ramalhete, sobretudo na frisa, discutia-se às vezes Raquel, e as opiniões discordavam. Taveira achava-a ‘deliciosa!’ – e dizia-o rilhando o dente: ao marquês não deixava de parecer apetitosa, para uma vez aquela carnezinha *faisandée* de mulher de trinta anos.” (QUEIRÓS, 2003, p. 90)

³ Ver AMORIM (1881-84), Vol. II, p. 62.

As mortes por parto também eram comuns, e era frequente a existência de homens viúvos e famílias com madrastas. A causa da morte denominava-se “febre de parto”. Em 1847, por exemplo, uma em cada seis mulheres que davam à luz no Hospital Geral de Viena padecia da misteriosa febre. (NULAND, 2005, p. 45) Este aspecto histórico também é percebido na literatura: Julio Dinis retrata em suas obras famílias onde não há a presença da mãe. Ele próprio teria perdido cedo a mãe, que se descobrira tuberculosa quando o escritor contava apenas seis anos. Os métodos contraceptivos defendidos visavam controlar a natalidade, mas também preservar a saúde e a vida das mães, que sofriam o incômodo e os perigos de uma gravidez atrás da outra.

Outro aspecto a ser lembrado era a mortalidade infantil extremamente alta. Não havia vacinas e as crianças ficavam muito mais suscetíveis às doenças. As condições de higiene eram precárias, e a amamentação era feita por escravas em ambientes muito sujos. Muitos recém-nascidos morriam do que era chamado “mal dos sete dias”, um tétano neonatal que ocorria por não haver a devida higiene na cicatrização do umbigo. Isso gerava uma infecção e os bebês faleciam com poucos dias. Na França, segundo Peter Gay, a morte entre bebês era em média de 160 para cada mil nascimentos. Estes números assustadores não são apenas estatísticas: Almeida Garrett teve três filhos com sua esposa, Luísa Midosi, mas nenhum deles conseguiu chegar à idade adulta. Com Adelaide Deville, com quem viveu de 1837 a 1841, teve mais três e só uma (Maria Adelaide) chegou à idade adulta. Em uma das cartas que enviou ao irmão Alexandre, o poeta menciona a morte precoce do primeiro filho que teve com Adelaide: “(...) um filho de 2 anos que já me pagava tudo porque já me tinha amor de filho (...) o anjo que Deus chama tão cedo e que me deixou só...” (Espólio Garrett, BNP, N8/30)

Algumas doenças eram frequentes entre a população do tempo. Podemos destacar as de cunho nervoso, os males do peito e as sexualmente transmissíveis. Neurastenia, ansiedade, melancolia são alguns dos nomes das doenças nervosas comuns àquela época. Procuravam-se incessantemente as causas, mas poucas eram as conclusões a que se chegavam. Receia-se que seriam devido às intensas mudanças ocorridas no século. A melancolia, hoje conhecida como depressão, também era constante, em grande parte proveniente dos rígidos padrões de conduta impostos por uma sociedade cheia de regras morais. A maior parte dos casais se formava por questões de conveniências familiares e acordos de negócios. “O amor virá depois” era uma frase muito dita aos jovens daquela época. Gay (2002, p. 78) afirma que “não se considerava o amor como base sólida para um casamento”. As mulheres não tinham espaço na sociedade, e precisavam seguir as ordens do pai e, depois de casadas, as do marido. Os homossexuais, conhecidos então como “invertidos”, eram duramente reprimidos, e em alguns países

recebiam a pena de morte por suas “práticas imorais”. Todas estas situações deixavam as pessoas em situações de pouca liberdade, reprimidas, e podem ser consideradas as principais causas do desenvolvimento desta moléstia.

A neurastenia era diagnosticada a partir de sintomas como irritabilidade mental, pupilas dilatadas, dentes e gengivas flácidos, medo de relâmpagos, medo da sociedade, entre outros. Tantos eram os sintomas listados, o que tornava difícil saber a real procedência. Algumas das causas eram atribuídas aos horários rígidos, ao entusiasmo religioso e até à atividade mental das mulheres. Vários médicos investigaram esta enfermidade. Freud concluirá que se tratava de consequência da grande repressão sexual sofrida pela população oitocentista, mas não só... Freud nunca culpou exclusivamente o social pelo sofrimento psíquico. Comum entre a burguesia, a neurastenia não era diagnosticada entre os pobres e classes trabalhadoras em geral. Gay (2002, 159) diz que eles estariam “por demais ocupados em conseguir o magro pão de cada dia para dar-se ao luxo da neurastenia”.

A melancolia, também conhecida como “nervos em frangalhos” ou “baixo ânimo”, afetava grande parte da população do século. Alguns chegavam a dizer que esta seria a era das “fraquezas nervosas”. Poucos eram os estudos de fato esclarecedores sobre a melancolia, e as causas eram diversas: problemas religiosos, nos negócios, nos amores, além de traços inatos.

Uma das doenças que mais matava no século XIX era a tuberculose. Também chamada de tísica ou mal do peito, ela fazia parte do cotidiano das pessoas. Autores da literatura brasileira, como José de Alencar e Cruz e Sousa, e da portuguesa como Antônio Nobre e Julio Dinis, não escaparam da doença. Na Inglaterra de 1815, uma entre quatro mortes eram devido à tísica pulmonar; por volta de 1918, uma dentre seis mortes na França ainda era causada pela tuberculose (GAY, 2002, p. 162). Não havia antibióticos, e a receita dada pelos médicos era a mudança de ares. As pessoas viajavam para cidades mais arborizadas, no alto de montanhas, em busca de ares mais puros que restabelecessem sua saúde. Julio Dinis esteve por duas vezes na Ilha da Madeira, na tentativa de se curar por respirar novos ares. No Brasil, por exemplo, no final do século XIX, os doentes de tuberculose que procuravam tratamento eram levados a um sanatório em Campos do Jordão, cidade do interior de São Paulo, que chegou a ficar conhecida como “Tisiópolis”. Os tuberculosos esperavam que os ares da cidade curassem sua enfermidade. Apenas os pobres ficavam internados nestes sanatórios, e na maioria das vezes esta era uma viagem sem volta. Os doentes ricos se internavam em pensões. O tratamento da tuberculose em Campos era muito recomendado, pois em ambiente mais alto – com menor pressão do ar – as cavernas criadas nos pulmões doentes tendiam a se fechar, aumentando as chances de vida do paciente.

As doenças sexualmente transmissíveis eram um mal que afligia a muitos. A maior parte dos homens dava início à vida sexual em casas de prostituição, sem qualquer tipo de prevenção ou proteção. Mesmo depois de casados, muitos não deixavam de frequentá-las: o “amor casto” seguia obrigações para com a esposa, enquanto o prazer sexual era buscado com as prostitutas. Isto se passava na vida de muitos homens, embora não com todos, como bem mostra Peter Gay.⁴ Com este estilo de vida os homens acabavam por contaminar suas esposas. A gonorreia e a sífilis eram as principais ameaças da época. Gay (2002, p.149) observa que “em Paris, entre 1872 e 1888, o número de casos de doenças venéreas tratados nos hospitais locais alcançou 118.223, cerca da metade dos quais era de sífilis”.

Outra enfermidade característica do século XIX foi a chamada “espinha da estrada de ferro”. A neurastenia, a melancolia e a ansiedade foram doenças que existiram nos séculos anteriores, mas que tomaram proporções maiores no XIX. A espinha da estrada de ferro foi uma doença que surgiu com o progresso, e com a criação dos trens e ferrovias. As rápidas viagens de trem eram a grande novidade do século, e naturalmente o tema surgiria na literatura, nos jornais e nas conversas do povo. Logo surgiu uma doença proveniente dos acidentes ocorridos em trens, causando uma dor aguda nas costas.

Outras doenças pareciam inexistir alguns séculos antes, ou as pessoas pareciam não se queixar tanto, como as diversas gastrites, pneumonias e interites, muito comuns no XIX. O que ocorria é que antes da presença do médico, a cura vinha por xaropes, chás e outros remédios caseiros receitados de geração a geração. A presença do médico dispensava a propagação deste tipo de curandeirismo, e eles eram chamados nas casas de família, que buscavam a sua ciência para obter o restabelecimento total da saúde.

Além das doenças psíquicas, intensificaram-se muitas doenças provenientes da falta de higiene: cólera, febre amarela, febre tifoide são algumas delas. Em 1857, Lisboa foi fortemente afetada por um surto de febre amarela, que contagiou quase 14 mil pessoas, perto de 10% da população, que à época girava em torno de pouco mais de 200 mil habitantes. As áreas mais afetadas foram inevitavelmente os bairros populares, como Alfama e Bairro Alto, onde se concentravam as classes mais pobres, e onde as condições de higiene e salubridade eram ainda piores. As consequências da doença foram seis mil óbitos (ALVES, 2005, p. 154).

⁴ “Durante mais de um século, os historiadores que desdenhavam os vitorianos passaram adiante a calúnia de que os maridos burgueses naquela época se sentiam compelidos a recorrer a lupanares, coristas ou amantes para compensar a inescapável frustração sexual no lar. Porém, essa é mais uma dessas lendas desprezíveis e em grande parte sem fundamento que ignoram as abundantes possibilidades existentes na vida de classe média da época. Evidentemente existiam maridos insatisfeitos na classe média do século XIX. Todavia, o remédio mais seguro era, frequentemente, mais e melhor sexo dentro dos laços matrimoniais.” (GAY, 2002, p. 101)

1. 2. A evolução da Medicina na sociedade oitocentista

Algumas das doenças apresentadas aqui não eram características apenas do século XIX. Sobretudo as de cunho nervoso já assolavam as populações havia séculos. O que ocorre é que o período representava uma era de medicalização. É o período em que a cura se desassocia tanto da Igreja e dos padres e passa a ser focada mais nos médicos e em suas descobertas científicas. Durante muito tempo, desde a fundação de Portugal, era às Ordens Religiosas que cabia o papel tanto do ensino, quanto da assistência médica. Foi dentro de um mosteiro, o Mosteiro Santa Cruz de Coimbra, que surgiu a primeira Escola Médica do país. A Medicina Religiosa predominava, e dava-se enorme atenção à intercessão junto aos santos para cura de doenças. Antes de 1604, por ocasião da inauguração do Hospital de Todos os Santos, em Lisboa, os doentes internavam-se em albergarias, e em cada uma delas havia uma igreja, para que os doentes pudessem assistir às missas deitados. O restabelecimento era oferecido “de corpo e alma”. Na “Casa das Águas”, onde era observado o aspecto da urina para diagnóstico de doenças, um dos pré-requisitos exigidos para consulta era que os doentes se confessassem a um padre.

Assim, durante séculos as pessoas recorriam mais aos padres, pois acreditavam que somente Deus tinha o poder para curar ou matar uma pessoa. Um trecho da carta do escritor Almeida Garrett ao irmão Alexandre ilustra bem o pensamento da época: “Deus tem a vida em sua mão. Os moribundos vivem quando Ele quer e os cheios de saúde vão-se de repente e sem aviso”. (Espólio Garrett, BNP, N8/56)

Ao longo do século a Medicina foi ganhando mais espaço e se desenvolvendo, tendo uma maior aceitação e confiança entre a população em geral. Através das suas descobertas, foi se dissociando da Igreja. Explicações científicas e racionais para muitas doenças foram surgindo e tomando o lugar do que antes era visto como castigo divino. A árdua busca pela conquista de diplomas e títulos dava aos médicos a oportunidade de se tornarem profissionais reconhecidos. Isso ocorria não só em Portugal, mas também em outros países. Contudo, o prestígio exercido por estes profissionais não era grande, e muitos os viam com maus olhos devido ao seu pensamento racional e suposta irreligiosidade.

O século XIX foi a era dos bacharéis. A maior parte dos intelectuais da época estudou Direito: Eça de Queirós, Almeida Garrett, entre outros. Os médicos muitas vezes não eram vistos com a mesma admiração e respeito que os advogados, magistrados, homens da lei em geral. N'*Os Maias* é possível ver personagens que têm um desprezo pela escolha de Carlos Eduardo pela Medicina.

Esta inesperada carreira de Carlos (pensara-se sempre que ele tomaria capelo em Direito) era pouco aprovada entre os fiéis amigos de Santa Olávia. As senhoras sobretudo lamentavam que um rapaz que ia crescendo tão formoso, tão bom cavalheiro, viesse a estragar a vida receitando emplastos, e sujando as mãos no jorro das sangrias. O dr. juiz de direito confessou mesmo um dia a sua descrença de que o sr. Carlos da Maia quisesse “ser médico a sério”. (QUEIRÓS, 2003, p. 62)

Além disso, os médicos precisavam disputar espaço com parteiras, curandeiros, boticários, santos e com lugares de peregrinação. Um exemplo do exercício da Medicina por parte dos boticários na literatura é o caso do Sr. Homais, em *Madame Bovary*, que receita remédios ilegalmente e recebe a presença do Dr. Bovary, pois poderia denunciá-lo desta prática:

Não era só o desejo de ser útil aos outros que levava o farmacêutico a tantos obséquios e cordialidade; por detrás daquilo havia um plano. Ele infringira a lei do 19 Ventoso do ano XI, artigo 1º, que proíbe o exercício da Medicina a qualquer indivíduo que não seja portador do respectivo diploma. (FLAUBERT, 1981, pp. 68-69)

A rivalidade entre os médicos e os curandeiros foi enorme. Como a população em si não tinha plena confiança nos médicos, e já estava acostumada com os curandeiros, ambos acabaram por coexistir. Entretanto, ao longo do tempo, a regulamentação do diploma médico passou a restringir o exercício da profissão apenas àqueles que tinham o devido estudo e aprovação. Os médicos saíram vencedores, após uma luta que durou todo o século.

Alguns diziam que o direito de curar era algo comum a todos, influência de séculos de curandeirismo e tradições passadas de pais para filhos. No século XIII, por exemplo, o doutor Pedro Hispano, grande vulto da Medicina portuguesa, mais conhecido como Pedro Julião, escreveu o famoso livro *Thesaurus Pauperum – O Tesouro dos Pobres, a arte de curar pensada para os iletrados* – onde ensinava receitas em versos simples, para serem facilmente decoradas e assim o povo conseguir se tratar. Em *O Crime do Padre Amaro*, há o padre Silvério, que utiliza e receita aos amigos muitos destes métodos caseiros de cura. Estas tradições seguidas por tanto tempo dificultavam o trabalho dos médicos. Cunhou-se, então, o termo “charlatão” para os que agiam sem estar legalmente autorizados.

Muitos homens olhavam com desconfiança para o médico, como um homem estranho, que tinha o poder de entrar em casa e contemplar “esposa” e “filhas” em roupas íntimas, com a “desculpa” de realização de exames clínicos e diagnóstico de doenças. Demorou muito para que os médicos pouco a pouco alcançassem uma confiança maior dentro dos lares. Afinal, sua presença era necessária para o restabelecimento da saúde e prescrição de remédios para a cura, e logo era admitida e reconhecida como indispensável. Em *Os Maias*, de Eça de

Queirós, a presença de Carlos da Maia na casa de Maria Eduarda, sua amante, também contava – para a necessária discrição que se exigia à época – com a maior aceitabilidade pública porque se pensava serem os deveres de um médico. Deste modo, ele podia fazer visitas regulares àquela senhora, com a desculpa de acompanhamento clínico de sua filha, a pequena Rosa, ou mesmo dos criados. Estas visitas, inicialmente, não causaram tanta desconfiança, quanto causariam de pronto se ele não fosse médico.

A série de transições que ocorreram durante o século XIX, sobretudo no que diz respeito ao aspecto filosófico e literário, também impulsionou o prestígio crescente da Medicina. Muitas doenças nervosas, que antes eram atribuídas à possessão demoníaca, foram percebidas nesta época como problemas de cunho psíquico.

A desconfiança que havia em torno dos médicos não era de todo infundada. Muitos eram os erros e poucos eram os recursos de que dispunham. Uma das doenças que matava muitas mulheres era a febre de parto. A Medicina buscou encontrar por um longo tempo quais seriam as causas deste mal. O obstetra húngaro Ignác Semmelweis estudou quais seriam as causas desta misteriosa febre, realizando uma série de testes e pesquisas no Hospital Geral de Viena. Uma de suas teorias era a possibilidade de que a mulher, ao dar a luz de lado, tivesse mais chances de morrer após o parto. Obviamente este não era o motivo; e, ao dissecar cadáveres de mulheres, ele descobriu que a febre era consequência dos maus hábitos de higiene dos médicos, que, entre um procedimento e outro, não lavavam as mãos nem os instrumentos. O Dr. Semmelweis instaurou então medidas de higiene básicas no Hospital Geral de Viena e em alguns meses o número de mortes caiu drasticamente. Isto reforçou mais a grave acusação que pairava sobre a comunidade científica, e o trabalho de pesquisa do obstetra Semmelweis passou a ser largamente atacado pelos demais colegas.

O incômodo da gravidez e os perigos que se colocavam às mães levavam muitos a procurarem métodos contraceptivos, procurando conservar a vida das mulheres. Mas métodos tradicionais como o coito interrompido ou o calendário de relações sexuais, recomendados pelos médicos, não eram completamente eficazes, e muitos bebês nasciam de maneira indesejada. Peter Gay (2002, p. 77) diz que “a ignorância dos médicos era imensa. Muitos faziam analogias impróprias entre as épocas férteis da mulher e o cio dos animais. (...) Frequentemente, na era vitoriana, deve ter sido mais prudente dar ouvidos às mães do que aos médicos.”

Os médicos erravam, e não eram poucas as consequências de seus erros. As doenças sexualmente transmissíveis, temidas por muitos, rondavam a todos. Médicos renomados concordavam que uma única manifestação da sífilis servia como profilaxia para a doença. A

partir de então os homens estavam curados e livres para manterem relações sexuais. Já sabemos as consequências: os sífilíticos transmitiam a doença para as mulheres e algumas vezes até para os filhos, que sofriam a contaminação feto-placentária. É claro que grande foi o número de sífilíticos que pereceu. Entretanto, a Medicina tinha o respaldo de seu experimentalismo, e possuía assim a liberdade de mudar de ideia e fazer novas declarações com opiniões completamente diversas.

Este experimentalismo também fazia com que muitas vezes os médicos ficassem sem respostas para certas perguntas. Almeida Garrett morreu em 1854 de uma doença que não foi ao certo diagnosticada. Em carta ao irmão Alexandre no ano de sua morte, o poeta escreve: “Mas os meus sofrimentos que não sei (nem os médicos sabem bem qualificar) tinham-se ultimamente exacerbado e me tiravam o ânimo para tudo”. (Espólio Garrett, BNP, N8/70)

Os métodos utilizados para tratamentos das doenças eram extremamente rudimentares. Como era difícil fazer um diagnóstico preciso das doenças, muitas eram as técnicas utilizadas. Os sinapismos, papa medicamentosa feita de mostarda, farinha e vinagre, que se aplicava sobre alguma parte do corpo dolorida ou inflamada, era um tratamento muito recomendado, pois acreditava-se que desta maneira se reaveria o calor do corpo, evitando o resfriamento. Caldos e sopas também eram prescritos, numa tentativa de reanimar o doente através da alimentação. Julião, nas cenas finais de *O primo Basílio*, chega a administrar conhaque a Luísa, na esperança de trazê-la de volta à vida:

– Se se lhe desse um copo de conhaque?... – lembrou de repente Julião. E vendo o olhar espantado do doutor: – Às vezes estes sintomas de coma não querem dizer que o cérebro esteja desorganizado; podem ser apenas a inação da força nervosa exausta. Se a morte é irremediável, não se perde nada; se é apenas uma depressão do sistema nervoso, pode-se salvar... (QUEIRÓS, 2006, p. 244).

O sossego e a ausência de aborrecimentos eram vistos como fundamentais na recuperação de um doente. Os médicos geralmente prescreviam o repouso como primeiro tratamento, seguido quase sempre de compressas de água fria e quente e os escalda-pés, dependendo dos sintomas relatados. Havia ainda as sanguessugas, que foram utilizadas durante muito tempo em várias partes do mundo, com propriedade anticoagulante, pois a sua ação sugadora força o sangue a circular.

Almeida Garrett escreveu uma carta ao irmão Alexandre relatando os momentos finais e a morte do irmão mais novo, António. Os médicos da época estavam muito familiarizados com os sintomas da sífilis, pois a doença vinha afligindo a muitos durante os últimos anos. Prescreviam então antissifilíticos a António. Abaixo segue um trecho da referida carta:

Veio o Doutor que o costumava tratar, que é um dos mais acreditados de Lisboa, e disse-me que ele tinha na garganta uma chaga sífilítica, difícil de curar, mas que não dava cuidado senão porque ele se tinha reduzido, por uma dieta absoluta de leite e água, a um estado de debilidade que não permitia a acção dos remédios – Começou-se a tratar de lhe dar forças; mas todos os caldos, todas as gelatinas do mundo foram em vão; aquela vida estava inteiramente gasta, depercia a olhos vistos. (...) Mas sobretudo o fastio absoluto crescia mais e mais, e a úlcera da garganta não se curava. Eram choros para tomar qualquer coisa líquida: sólido não comeu nada em mês e meio. Perdeu o ouvido quási, a vista também quási o cegou mas não tinha febre, e isso me animava. (...) Mas não julgavam ainda necessário, nem no seu estado, conveniente desenganá-lo. (Espólio Garrett, BNP, N8/29)

Mesmo quando a doença na garganta já atinge audição e visão, Garrett conserva uma esperança devido à ausência de febre. Este sintoma tão temido era sinal de séria desordem no corpo, e sua inexistência tranquilizava o poeta. O estado de saúde de António de Almeida Garrett, vemos pelo trecho acima, era de fato gravíssimo. Mas os médicos preferem não desenganá-lo, pois ainda acreditam de alguma maneira na cura, talvez também animados pela ausência de febre. Neste pequeno trecho é possível notar também alguns dos tratamentos utilizados: primeiro uma “dieta absoluta de leite e água”, depois sopas e gelatinas para lhe recobrar a força. Percebe-se a alimentação vista então como principal meio curativo.

Mas não era só de equívocos e insipiência que se compunha a Medicina do século XIX. Embora não se possam negar os lamentáveis acontecimentos provenientes dos erros, os médicos foram fundamentais para o progresso no século XIX. Foi através de suas práticas higienistas que os hábitos da população foram mudando, hábitos estes que representavam tradições nocivas à saúde. Um destes costumes era o de jogar os dejetos nas calçadas, o que tornava as ruas lugares insalubres. Este tipo de coisa foi duramente criticado pelos médicos, que reconheciam os perigos que a falta de higiene vinha acarretando.

Outro hábito comum à população, sobretudo à feminina, era fugir do sol, a fim de conservar uma pele branca e fina. As sombrinhas eram moda no início do século, e muitas mulheres evitavam sair de casa à luz do dia. Aos doentes era recomendado que se trancassem em seus quartos, sem deixar que nenhum raio de sol lhes atingisse, pois acreditavam que isto poderia piorar sua situação. Este pensamento começa a mudar quando os médicos iniciam o processo de “desassombramento”. Há um incentivo ao contato com o exterior, pela aquisição do hábito social, pela convivência em ambientes arejados e claros como forma de prevenção de doenças e deleite do sol. As poucas janelas das casas, que contavam com gelosias para impedir a entrada de sol, agora eram substituídas por janelas de ferro com vidro, o que clareava o ambiente e implantava novos costumes.

Ao se deparar com as famílias do século XIX, os médicos perceberam uma estrutura frágil, que poder-se-ia romper a qualquer momento, pela morte da mãe, do pai ou dos filhos.

Com a saúde pouco resistente, doenças que posteriormente foram facilmente controladas matavam aos montes. O médico foi construindo seu espaço, se tornando um profissional de maior prestígio à medida que fazia descobertas de importante valor para a sociedade. Sua figura, antes olhada com desconfiança, agora representava um herói doméstico para a família burguesa. Peter Gay (2002, p. 171) indica: “Pode ser visto em amáveis pinturas, alto e barbado, sentado à cabeceira do paciente, meditando sobre a maneira de curar o sofredor sob seus cuidados.”

2. A IRRELIGIÃO E O EXPERIMENTALISMO DE JULIÃO, DE *O PRIMO BASÍLIO*

Dr. Julião Zuzarte é o enigmático médico de *O Primo Basílio*, um personagem que retrata muito da realidade vivida pelos profissionais que escolhiam exercer esta profissão durante o século XIX. Parente afastado de Jorge, que é um dos protagonistas do romance, Julião frequenta a casa do engenheiro e vive rodeado por uma elite social da qual não faz parte propriamente. Contudo, é capaz até certo ponto de estar bem neste meio, sendo convidado inclusive para outros encontros sociais de amigos que mantém durante estes serões. Esta aceitação de Julião mostra que a sociedade já não estava tão fechada. Jorge, que era engenheiro, profissão tão em ascensão quanto a Medicina, sendo empregado do ministério, também não ocupava uma posição tão acima de Julião. Entretanto, já conseguira estabelecer-se com uma casa, herança da mãe, empregados, uma bela esposa, o que causava grande inveja no primo médico, materialista revoltado contra a sociedade por se sentir desprezado por ela. A visão racional do casamento e da morte, a repulsa pelos padres e pela Igreja, a visão de Deus como “uma velha caturrice do partido miguelista”, a apologia à ciência acima de todas as coisas, são algumas das características de Julião, demonstrando uma corrente de pensamento muito difundida durante o século XIX: o positivismo. Zuzarte é um médico pobre que busca incessantemente alcançar prestígio e clientela.

O médico é um profissional mencionado diversas vezes na literatura. Apresenta-se em geral como “a classe profissional por excelência” (SANTANA, 2007, p.164), como o Dr. Gouveia em *O Crime do Padre Amaro* ou o Dr. Caminha em *O Primo Basílio*. Deste último seria interessante destacar um trecho onde é apresentado como uma espécie de salvador da família:

Jorge tinha então dito a Sebastião que desejava chamar o Dr. Caminha. Era um médico velho que tratara a sua mãe, e que curara Luísa da pneumonia, no segundo ano de casada. Jorge conservara uma admiração agradecida por aquela reputação antiquada; e agora a sua esperança voltava-se sofregamente para ele, ansiando pela sua presença como pela aparição de um santo.(QUEIRÓS, 2006, p. 243)

Embora fosse uma classe até certo ponto bem reconhecida, muitos médicos ainda sofriam com o desprestígio da profissão, quando comparados aos magistrados e doutores em leis da época. Não eram em geral ricos, o que Eça mostra muito bem.

Júlio Lourenço Pinto também retratou um médico pobre e ressentido por sua precária condição. Dr. Oliveira, personagem do romance *O Senhor Deputado*, de 1882, vive em condições parecidas com as de Julião: na busca incessante pela ascensão social. Contudo,

deixa-se envolver com política, rendendo-se ao caminho mais rápido. Em contrapartida, há um outro personagem, o Dr. Abranches, que não se deixa corromper, fazendo as vezes de um clínico abnegado, completamente comprometido com a Medicina, para que não haja dúvidas do prestígio desta ciência.

Em *O Primo Basílio*, por vezes, a condição social de Julião Zuzarte é citada e sua indignação por tal realidade é colocada. O médico vivia pobremente num quarto andar na Baixa à espera de uma oportunidade que não aparecia. Quando é apresentado ao leitor, junto a todos os demais que frequentavam os serões na casa de Luísa, há uma detalhada descrição de sua condição social:

O primeiro a chegar era Julião Zuzarte, um parente muito afastado de Jorge e seu antigo condiscípulo nos primeiros anos da Politécnica. Era um homem seco e nervoso, com lunetas azuis, os cabelos compridos caídos sobre a gola. Tinha o curso de cirurgião da Escola. Muito inteligente, estudava desesperadamente, mas, como ele dizia, era um tumba. Aos trinta anos, pobre, com dívidas, sem clientela, começava a estar farto do seu quarto andar na Baixa, dos seus jantares de doze vinténs, do seu paletó coçado de alamares; e entalado na sua vida mesquinha, via os outros, os medfocres, os superficiais, furar, subir, instalar-se à larga na prosperidade! “Falta de chance”, dizia. Podia ter aceitado um partido da Câmara numa vila da província, com pulso livre, ter uma casa sua, a sua criação no quintal. Mas tinha um orgulho resistente, muita fé nas suas faculdades, na sua ciência, e não se queria ir enterrar numa terriola adormecida e lúgubre, com três ruas onde os porcos fossam. (...) Por isso não “arredava pé”; e esperava, com a tenacidade do plebeu sôfrego, uma clientela rica, uma cadeira na Escola, um cupê para as visitas, uma mulher loura com dote. (QUEIRÓS, 2006, p. 20)

Percebe-se que, ao contrário da resolução do Dr. Oliveira, de *O Senhor Deputado*, que ascendera socialmente pelo envolvimento com política, Julião não abria mão da ciência que estudara, na qual acreditava. Confiava nas suas faculdades, na ascensão da Medicina, a que tanto se dedicava, e por isso não aceitava melhorar sua condição através de um cargo político, uma colocação em um partido da Câmara. Luísa não gostava da presença de Julião, sobretudo por sua má aparência, o que é deixado claro no romance. Suportava-o por causa de Jorge, que o admirava. Todas as vezes que Julião é retratado em seu próprio ambiente, geralmente por ocasião da visita de Sebastião, o médico está envolto em papéis e livros, sempre a estudar suas teorias. Sem parentes influentes ou amigos que pudessem lhe dar uma posição, ele trabalha em uma tese visando aprovação num concurso para a cadeira de substituto na Escola Politécnica, e exulta por ter certeza de que o conseguirá por méritos próprios. É neste contexto que o médico chega a pedir auxílio a Sebastião: “Tu não conheces ninguém, Sebastião?... Sebastião lembrava-se de um primo seu, deputado pelo Alentejo, um gordo da maioria, um pouco fanhoso. Se Julião queria, falava-lhe...” (QUEIRÓS, 2006, p. 110) Percebe-se que, embora revoltado com o esquema estabelecido naquela sociedade, todo envolto na troca de favores, há momentos em que quase se rende, na desesperada busca por colocação. Há um

trecho em que expõe claramente esta realidade, quando conversa com o amigo Sebastião sobre sua difícil situação:

E falou então com amargura nas suas preocupações. – Havia uma semana que se abria concurso para uma cadeira de substituto na Escola, e preparava-se para ele. Era a sua tábua de salvação, dizia; se apanhasse a cadeira, ganhava logo nome, a clientela podia vir, e a fortuna... E, que diabo, sempre era estar de dentro!... Mas a certeza da sua superioridade não o tranquilizava – porque enfim em Portugal, não é verdade? Nestas questões a ciência, o estudo, o talento são uma história; o principal são os padrinhos! Ele não os tinha – e o seu concorrente, um sensaborão, era sobrinho de um diretor-geral, tinha parentes na Câmara; era um colosso! Por isso ele trabalhava a valer, mas parecia-lhe indispensável meter também as suas cunhas! Mas quem? (QUEIRÓS, 2006, p. 110)

Havia de fato um abismo entre pobres e ricos. Até as regras sociais que determinavam a vida das pessoas eram diferentes, o que é facilmente percebido pela maior liberdade sexual da qual gozava a empregada Joana, que mantinha um caso com o marceneiro Pedro, enquanto as senhoras da burguesia tinham um nome a zelar, e precisavam da máxima discrição quando se aventuravam em uma relação extraconjugal. Estes mundos já então coexistiam muito próximos um do outro: Luísa, que estudara em um colégio à Patriarcal, bairro nobre de Lisboa, vivia em uma rua onde moravam algumas pessoas pobres. Havia uma mistura de ricos e pobres na mesma rua, o que traz um caráter medieval à época. Quanto mais progride o mundo, mais se estabelece uma separação na habitação das diferentes classes sociais, o que indica uma sociedade em transição. Julião é um personagem que pertence aos dois mundos em questão: é um médico que frequenta os salões da burguesia, mas é pobre e anda enxovalhado. A descrição do local onde morava é feita detalhadamente na ocasião da visita de Sebastião:

Enfim, um dia, mais apoquentado, foi procurar Julião. Encontrou-o no seu quarto andar, em mangas de camisa e em chinelas, enxovalhado e esguedelhado rodeado de papelada, com uma chocolateirinha de café ao pé, trabalhando. O soalho negro estava cheio de pontas de cigarros; ao canto estava embrulhada roupa suja; sobre a cama desfeita havia livros abertos; – e um cheiro relentado saía do desmazelo das coisas. A janela de peitoril dava para o saguão, de onde vinha o cantar estridente de uma criada, e o ruído areado do esfregar de tachos. (QUEIRÓS, 2006, p. 115)

A Baixa, a Alfama, a Mouraria e o Bairro Alto eram bairros mais pobres de Lisboa. Embora em alguns lugares estes estivessem misturados aos mais ricos, como ocorria na rua em que morava Luísa, havia bairros onde a população predominante era pobre. Julião vivia em um desses bairros, na Baixa, próximo ao Bairro Alto, que era um local conhecido pela frequência de prostitutas. Além disso, morava só, pois não tinha recursos para pagar criados, o que explicaria o “cheiro relentado” que saía do “desmazelo das coisas”. Sempre preocupado com suas teorias, seus livros, ávido por estudar e se aprofundar cada vez mais, Julião parecia

se esquecer de cuidar com zelo de sua casa e de si próprio. Tão apaixonado pela Medicina, ao invés de ostentar em seu quarto gravuras de grandes artistas, exibia duas litografias: “uma é um homem sem pele para representar o sistema arterial, o outro é o mesmo indivíduo igualmente sem pele para se ver o sistema nervoso”. (QUEIRÓS, 2006, p. 187)

Em uma cena conhecida de *O Primo Basílio*, Julião conhece Basílio e passa momentos bastante constrangedores ao lado dele e de Luísa. Por ordem da jovem, que não queria causar suspeitas nas visitas do primo, Juliana permite que Julião entre e o apresenta com satisfação aos senhores, como feliz por interromper suas palestras. Logo que são apresentados, Basílio percorre a figura de Julião de cima abaixo: “desde a cabeleira desleixada até às botas mal engraxadas, com um olhar quase horrorizado. (...) Luísa, muito fina, percebeu, e corou, envergonhada de Julião”. (QUEIRÓS, 2006, p. 57) Como um dândi, Basílio vivia sempre muito arrumado e engomando, olhando com desprezo os hábitos dos portugueses, que julgava provincianos. Ao perceber a reação do primo, Luísa logo indignou-se com Julião:

Aquele homem de colarinho enxovalhado e com um velho casaco de pano preto malfeito – que ideia daria a Basílio das relações, dos amigos da casa! Sentia já o seu chique diminuído. E instintivamente, a sua fisionomia tornou-se muito reservada – como se semelhante visita a surpreendesse! Semelhante toailete a indignasse! (QUEIRÓS, 2006, p. 57)

A jovem já imaginava que, pelo amigo que a visitava, Basílio julgaria todos os amigos da casa, colocando-a em uma posição desagradável, uma vez que tentava parecer chique diante do primo viajado. A partir daí segue-se uma sucessão de cenas constrangedoras para Julião e para Luísa. Ele percebe o olhar que lhe é dado, o julgamento feito por sua aparência, e se sente envergonhado. A postura altiva e esnobe de Basílio o indigna:

Basílio, recostado no sofá, como um parente íntimo, examinava a sua meia de seda bordada de estrelinhas escarlates, e cofiava indolentemente o bigode, arrebitando um pouco o dedo mínimo – onde brilhavam, em dois grossos anéis de ouro, uma safira e um rubi. A afetação da atitude, o reluzir das joias irritaram Julião. (QUEIRÓS, 2006, p. 57)

Tentando demonstrar a intimidade que possui com os donos da casa, e assim se colocar perante Basílio, Julião se desculpa por não ir fazer companhia a Luísa durante a ausência de Jorge. O médico tentava demonstrar que, embora sua aparência não fosse de um dândi, como a de Basílio, gozava da amizade daquele casal, que pertencia a uma parcela mais nobre do que ele naquela sociedade, colocando-se assim também nesta posição. Luísa se irrita com a familiaridade que o jovem médico tenta transparecer, e logo o interrompe, arrependendo-se pouco depois.

Na tentativa de estabelecer uma conversa entre aquela figura pouco agradável que a

incomodava, desfazendo assim o constrangimento que fora gerado, Luísa fracassa: quando questiona as doenças provocadas pelo calor, Julião menciona as colerinas e doenças do ventre, fazendo a moça baixar os olhos. Pergunta então pelo livro que o rapaz abre e fecha nervosamente, pensando se tratar de algum romance. Julião responde que se refere a um tratado sobre doenças do útero, o que mais uma vez faz corar Luísa, e enfurece o médico por deixar escapar esta palavra.

O que não constituiria qualquer constrangimento hoje, era de fato desagradável para se conversar com uma senhora em uma sala, numa conversa de amigos durante o século XIX. A saúde da mulher era tratada com muita pudicícia, pois os médicos eram homens estranhos a quem era permitido examinar as esposas e observá-las em roupas de baixo.

Basílio e Luísa seguem então com uma conversação que não mais envolveria Julião, tratando de fidalgas e nomes que ele desconhecia, isolando-o ainda mais. O médico resolve ir embora, atrapalhado, humilhado, revoltado, maldizendo todo aquele luxo, odiando Luísa e Jorge, e mais uma vez sentindo-se injustiçado perante aquela riqueza tão contrastante com sua vida pobre e enxovalhada, sentindo-se ofendido e desprezado. Luísa e Basílio se põem a discutir então sobre a terrível figura deste jovem médico. Ela ainda tenta defendê-lo, em consideração à estima que Jorge nutria pelo parente distante, mas acaba derrotada perante as críticas do primo: “Diz que tem muito talento... – Era melhor que tivesse botas. Luísa, por cobardia, concordou.” (QUEIRÓS, 2006, p. 59)

A ciência médica era o campo de saber considerado principal depositário do conhecimento relativo ao homem, assunto antes discutido pela teologia e pela metafísica. A Medicina agora se apropriara completamente dos estudos do homem, envolvendo tanto corpo quanto espírito, conseguindo assim respostas mais abrangentes. Esta ciência se desenvolvia e a cada dia propunha novas e mais acertadas teorias que elucidavam muitos dos assuntos que até então constituíam mistérios muito discutidos, porém ainda pouco claros. O desenvolvimento lhe trouxe prestígio e autoridade, que foram se fortalecendo ao longo do século.

O período vivido por Julião, a segunda metade do século XIX, é marcado pelo nascimento da fisiologia experimental, quando a Medicina enfim se liberta dos velhos sistemas metafísicos. Grandes nomes como Comte, Littré e Darwin e especialmente Claude Bernard, avidamente defendido por Julião no romance, já figuravam no meio científico com suas teorias. As teorias que Julião defendia estavam muito em voga na época: eram todas ligadas ao positivismo. Em seus diálogos há discussões sobre o princípio da vida (ainda desconhecido pela Medicina), sobre a nova escola fisiologista de Claude Bernard, da qual é

adepto. Com o surgimento do método experimental, o discurso especulativo das origens da vida se tornou obsoleto, pois não se acreditava que seria necessário encontrar esta resposta para se conseguir as demais. Numa discussão com um colega de Medicina, Julião se exalta ao defender a falta de utilidade em se conhecer o princípio da vida:

– Que nos importa a nós o princípio da vida? Importa-me tanto como a primeira camisa que vesti! O princípio da vida é como outro qualquer princípio: um segredo! Havemos de ignorá-lo eternamente! Não podemos saber nenhum princípio. A vida, a morte, as origens, os fins, mistérios! São causas primárias com que não temos nada a fazer, nada! Podemos batalhar séculos, que não avançamos uma polegada. O fisiologista, o químico, não têm nada com os princípios das coisas; o que lhes importa são os fenômenos! Ora, os fenômenos e as suas causas imediatas, meu caro amigo, podem ser determinadas com tanto rigor nos corpos brutos, como nos corpos vivos – numa pedra, como num desembargador! E a Fisiologia e a Medicina são ciências tão exatas como a Química! Isto já vem de Descartes! (QUEIRÓS, 2006, p. 116)

Embora Claude Bernard se esforçasse por separar a Ciência das Letras, foi do meio literário que surgiu um apoio maior a sua teoria. Uma das teorias defendidas por Julião em *O Primo Basílio* viria a ser defendida posteriormente pelo próprio Eça de Queirós: a crítica à teoria de Bichat, anatomista e fisiologista francês, que defendia que as leis que governavam os corpos brutos eram as mesmas que governavam os corpos vivos. Em 1879, Eça escreveria em um texto que integraria a segunda edição de *O Crime do Padre Amaro*, mas que só foi publicado na íntegra postumamente:

Desde que se descobriu que a lei que rege os corpos brutos é a mesma que rege os seres vivos, que a constituição intrínseca de uma pedra obedeceu às mesmas leis que a constituição do espírito de uma donzela, que há no mundo uma fenomenalidade única, que a lei que rege os movimentos dos mundos não difere da lei que rege as paixões humanas, o romance em lugar de imaginar, tinha simplesmente de observar. O verdadeiro autor do naturalismo não é pois Zola – é Claude Bernard. A arte tornou-se o estudo dos fenômenos vivos e não a idealização das imaginações inatas. (QUEIRÓS apud SANTANA, 2007, p. 77)

Claude Bernard é citado não só em *O Primo Basílio*, como também em *Os Maias*. Carlos Eduardo critica os ares científicos na literatura, a evocação de grandes nomes da ciência da época a fim de explicar trivialidades da vida cotidiana. Opiniões diversas são apresentadas nesta ocasião, a maior parte contra o realismo, ora por seu caráter extremamente científico, ora pela sua falta de pudores, como é mostrado pelo personagem Craft. Eça, entretanto, pensava o contrário, e julgava ser necessário ver mais ciência na obra realista-naturalista.

Julião via a vida de maneira muito prática. Para o médico, tudo o que não era vida, era simplesmente matéria inerte, sem escrúpulos de alma ou religião, comuns ao povo daquela época. Há uma forte apologia à ciência, o que leva o leitor a lembrar de João da Eça,

personagem de *Os Maias*, e talvez colocá-lo como primo-irmão de Julião, visto que muitas opiniões são bem próximas. A defesa do que é racional e a crítica à religião são características comuns a estes dois personagens. A apresentação de Ega deixa bem clara sua total irreligião: “João da Ega, com efeito, era considerado não só em Celorico, mas também na Academia que ele espantava pela audácia e pelos ditos, como o maior ateu, o maior demagogo, que jamais aparecera nas sociedades humanas”. (QUEIRÓS, 2003, p. 64) Julião não proclamava irreligião e culto a Satanás como Ega, mas por vezes escandalizava pelo modo como tratava certas coisas vistas pela Medicina simplesmente como objeto de estudo:

O Conselheiro teve com a sua mão branca um vago gesto enojado, e exprimiu a opinião – que na Medicina, aliás uma grande ciência!, havia coisas bastante asquerosas. Assim, ouvira dizer que nos teatros anatômicos, os estudantes de ideias mais avançadas levavam o seu desprezo pela moral até atirarem uns aos outros, brincando, pedaços de membros humanos, pés, coxas, narizes...

– Mas é como quem mexe em terra, Conselheiro! - disse Julião, enchendo o copo.

– É matéria inerte!

– E a alma, Sr. Zuzarte? – exclamou o Conselheiro. (QUEIRÓS, 2006, p. 187)

Julião deixa bem clara a sua concepção quanto à morte quando constata que Juliana está realmente morta. O médico é bastante frio em seu diagnóstico: “Foi o coração. Estava para dias – disse Julião, chupando a ponta do cigarro”. (QUEIRÓS, 2006, p. 224) Para ele a morte não é senão o fim das faculdades físicas e mentais, a inércia do corpo, sem maiores sentimentos de compaixão ou medo, como os tem Sebastião. Ao perceber o receio do amigo em ajudá-lo a carregar o corpo, o médico caça deste medo, que para ele não fazia sentido:

Escarneceu-o: que diabo, era matéria inerte, era como quem agarrava uma boneca! Sebastião, com um suor à raiz dos cabelos, levantou o cadáver por debaixo dos braços, começou a arrastá-lo, devagar. Julião adiante erguia o candeeiro; e por fanfarronada cantou os primeiros compassos da marcha do *Fausto*. Mas Sebastião escandalizou-se, e com uma voz que tremia:

– Largo tudo, e vou-me...

– Respeitarei os nervos da menina! – disse Julião curvando-se. (QUEIRÓS, 2006, p. 224)

E embora não acreditasse nas teorias religiosas para a morte, nos sacramentos, e em tudo o mais que rezava como tradição para este momento, não deixou de seguir os costumes: “Julião, dizendo que se deviam seguir as tradições, pôs-lhe os braços em cruz e fechou-lhe os olhos”. (QUEIRÓS, 2006, p. 225) Na cena que se segue à morte de Juliana é possível perceber diferentes aspectos da vida de Julião. Desde a sua frieza quanto à morte, sua difícil condição social até a colocação que consegue num posto médico, narrada ao seu amigo Sebastião. O médico descarrega toda a sua revolta contra um país que não valorizava a ciência médica, onde apenas advogados ou políticos tinham chances, onde não havia princípios

sérios, enquanto Sebastião se mantém a maior parte do tempo calado, pensando na empregada morta no andar de cima.

Enquanto Sebastião ainda padece por Juliana, questionando a causa de sua morte, Julião afirma friamente: “Está começando a esta hora a apodrecer, não a perturbemos”. (QUEIRÓS, 2006, p. 225) É então que o médico revela a Sebastião o resultado do concurso para o qual estudara tanto, desde o início do romance: seu concorrente fora despachado, conforme ele mesmo afirma que já previa. O caráter de Julião já é bem conhecido do leitor, bem como a sua revolta contra as injustiças de que é vítima por ser pobre e não ter amigos ou parentes que o indiquem. Naturalmente, ele afirma que iria fazer um grande escândalo, mas é logo “amansado” com um “osso”: dão-lhe um posto médico, onde pode exercer sua profissão e garantir o seu pão. Rende-se então ao sistema fechado daquela sociedade, que não lhe permite ascender senão através de métodos duramente criticados por ele mesmo ao longo do romance.

Percebendo que não pode lutar contra esta sociedade, Julião submete-se ao sistema de que até então fora vítima. E conclui: “De resto, tinham-lhe prometido a primeira vagatura. O posto médico era não mau... Em definitivo, a situação melhorara...” (QUEIRÓS, 2006, p. 225) Uma noite, saindo de um dos serões na casa de Luísa e Jorge, Julião segue ao lado do Conselheiro Acácio e de Ernestinho Ledesma conversando alegremente sobre sua nova condição:

No meio da escada Julião parou, e cruzando os braços:

– Ora aqui vou eu entre os representantes dos dois grandes movimentos de Portugal desde 1820. A Literatura – e cumprimentou Ernestinho – e o Constitucionalismo! – e curvou-se para o Conselheiro.

Os dois riram, lisonjeados.

– E o amigo Zuzarte?

– Eu? – E baixando a voz: – Até há dias um revolucionário terrível. Mas agora...

– O quê?

– Um amigo da Ordem! – gritou com júbilo.

E desceram, contentes de si e do seu país, para se meterem na tipoia do grande homem! (QUEIRÓS, 2006, p. 239)

Quando é chamado para tratar de Luísa em uma de suas primeiras febres, logo após a morte de Juliana, um detalhe peculiar é narrado: “E saiu, calçando as luvas pretas que usava agora desde que pertencia ao posto médico”. (QUEIRÓS, 2006, p. 231) O cargo que lhe fora dado já o colocara em uma posição de maior *status*: já não andava completamente enxovalhado, mas possuía luvas pretas que o identificavam como doutor do posto médico.

No decorrer da conversa com Sebastião, Julião queixa-se da carreira que escolhera, tão pouco reconhecida e mal remunerada: “Estava farto da Medicina, disse depois de um silêncio.

Era um beco sem saída. Devia-se ter feito advogado, político, intrigante. Tinha nascido para isso!” (QUEIRÓS, 2006, p. 225) A carreira da época, o Direito, era de fato mais reconhecida e bem remunerada que a Medicina. Antes mesmo já demonstrara sua revolta ao perceber os luxos do quarto de Juliana: “Estava mais bem alojada que eu, o estafermo!” (QUEIRÓS, 2006, p. 225) Julião começa então a expor suas ideias sobre o país em que vive: uma população doente, o “velho mundo constitucional”, leia-se então o mundo romântico, a desmoralizar, homens sem princípios e cheios de vícios secretos. O discurso do positivismo é colocado: a necessidade de se haver princípios.

A carruagem que levava os donos da casa ao teatro chega, e logo todos ficam sabendo da morte de Juliana. D. Felicidade, que neste momento se lembra dos sacramentos, assim como viria a lembrar durante os últimos momentos de vida de Luísa, é o retrato da beata portuguesa, que se opõe ao médico racional com quem divide a carruagem. Esta senhora viria a recolher-se num convento ao final do romance, depois de se desiludir com o amor nutrido pelo Conselheiro Acácio, que afirmaria ao conhecer seu destino: “Sempre conheci naquela senhora ideias retrógradas”. (QUEIRÓS, 2006, p. 249) Desde quando sabe da morte de Juliana, D. Felicidade já se recusa a entrar na casa, assim como Luísa, que prefere dormir com Jorge na casa de Sebastião. Quando a senhora intercede por alguém que velasse a morta, é logo reprovada severamente por Julião:

D. Felicidade lembrou então, como cristã, que era necessário alguém, para velar a morta...
 – Ora, pelo amor de Deus, D. Felicidade! – exclamou Julião entrando logo para a carruagem, batendo com a portinhola.
 Mas D. Felicidade insistia: era uma falta de religião! Ao menos pôr duas velas, mandar chamar um padre!...
 – Largue, cocheiro! – berrou Julião impaciente.
 A carruagem deu a volta. E D. Felicidade à portinhola, apesar de Julião que a puxava pelos vestidos, gritava:
 – É um pecado mortal! É uma irreverência! Ao menos duas velas! (QUEIRÓS, 2006, p. 226)

Julião tem o olhar do cientista, dispensando sacramentos e quaisquer outras coisas relativas à religião. E da mesma maneira (considera Juliana “matéria inerte” e “a apodrecer”) ele verá Luísa no momento de sua morte. Certos momentos que para a sociedade estavam envoltos por rituais, como a morte e o casamento, eram vistos por Julião simplesmente como o decurso natural da vida, voltando-se apenas para seus propósitos práticos. Quando se discute sobre o casamento, o médico tem o mesmo discurso positivista, classificando-o como mera instituição administrativa, o que escandaliza os amigos que o ouvem:

E Julião expôs dogmaticamente:

– O casamento é uma fórmula administrativa, que há de um dia acabar...

– De resto, segundo ele, a fêmea era um ente subalterno; o homem deveria aproximar-se dela em certas épocas do ano (como fazem os animais, que compreendem estas coisas melhor que nós), fecundá-la, e afastar-se com tédio.

Aquela opinião escandalizou a todos, sobretudo o Conselheiro, que a achou “de um materialismo repugnante”.

– Essas fêmeas para quem é tão severo, Sr. Zuzarte – exclamava ele – essas fêmeas são nossas mães, nossas carinhosas irmãs, a esposa do chefe de Estado, as damas ilustres da nobreza... (QUEIRÓS, 2006, p. 190)

Dr. Gouveia em *O Crime do Padre Amaro* também irá se referir ao casamento da mesma maneira que Julião. Quando encontra Amélia grávida, ele afirma: “A natureza manda conceber, não manda casar. O casamento é uma fórmula administrativa...” (QUEIRÓS, 2008, p. 438)

Em contrapartida a Julião, Sebastião expõe o típico pensamento da época, justamente o que representava o senso comum daquela sociedade: “Eu acho que se deve casar com uma rapariga de bem, e estimá-la toda a vida...” (QUEIRÓS, 2006, p. 190) O bom homem, rico e correto, foi a voz escolhida para expor o conservadorismo burguês colocado como retrógrado quando Julião toma a palavra. Observa-se com a fala de Sebastião que a literatura, que procurava proclamar uma arte revolucionária, não deixava de apresentar a aceitação do que era a ordem social estabelecida. Embora criticasse duramente as normas fechadas daquela sociedade, tinha o casamento como uma instituição importantíssima, onde repousariam os ideais de felicidade, honestidade e salubridade.

O enredo de *O Primo Basílio* apresenta a defesa do casamento, embora a obra não se reduza a esta tese. A burguesinha ociosa se aventura em uma relação adúltera, e sofre com a infidelidade e por fim com a morte. Contudo, numa polifonia típica de Eça, fica uma outra adúltera livre e impune: Leopoldina, que não recebe nenhum castigo e, pelo contrário, continua dançando suas *soirées*. Tudo estimulado por um ideal romântico característico dos livros, que idealizavam o amor adúltero, despertando a curiosidade nas leitoras de espírito fraco.

Para Julião, o casamento não era mais do que uma união de criaturas de sexo oposto que visavam meramente à reprodução e preservação da espécie. O que ia além disso era “fórmula administrativa”, que um dia haveria de acabar, sugerindo que possivelmente no futuro este “acasalamento” se daria sem necessidade de convenções sociais. A opinião degradante com relação às mulheres revolta os presentes, sobretudo o Conselheiro, que parte em defesa das “mães e irmãs” insultadas por Julião e rebaixadas ao nível animalesco. A igreja católica apregoava que a família era a célula principal da sociedade: através de uma família virtuosa, composta por um pai e por uma mãe devotos, capazes de gerar filhos bons, a

sociedade se mantinha em seus pilares fundamentais. A fala de Julião é uma grande ofensa ao catolicismo. Mantém a defesa da família e da hierarquia, que dá lugar privilegiado ao homem (o pai), mas solapa o idealismo católico que via nisto a expressão da vontade de um ser superior.

Os grandes autores do positivismo da época já defendiam o casamento como simples meio higienista. Alexandre da Conceição, em publicação na revista *O Positivismo* trata do amor como uma questão pueril colocada pela literatura como necessária ao casamento. Em sua opinião, conforme proclamava o ideal positivista, o casamento visava tão somente “a conservação e aperfeiçoamento da espécie.” (CONCEIÇÃO apud SANTANA, 2007, p. 157) O amor seria então um terrível mal para a sociedade, sobretudo porque gerava o desejo de uma paixão adúltera, se insurgindo no seio de lares bem fundamentados.

Julião ganha mais destaque ao final do romance, quando se torna médico de Luísa. Após a morte de Juliana, a saúde da moça se agrava e ela passa a sofrer de febres repentinas e incessantes. Julião é logo chamado, na tentativa desesperada de encontrar a cura, ministrando diversos métodos, alguns não muito convencionais para a Medicina da época. Seu primeiro diagnóstico é certo, embora não conhecesse os padecimentos psicológicos aos quais Luísa fora submetida nos últimos meses.

– Estas febres vêm por tudo – replicou Julião, partindo tranquilamente uma torrada – Às vezes por uma corrente de ar, às vezes por um desgosto. Tenho eu, por exemplo, um caso curioso: um sujeito, um Alves, que esteve para falir, e que viveu, coitado, durante dois meses em torturas. Há duas semanas, por um golpe de fortuna – a velhaca às vezes tem destes caprichos – arranjou todos os seus negócios, viu-se livre. Pois senhor, desde então tem uma febre assim, tortuosa, complexa, com sintomas disparatados... O que é? É que a excitação nervosa abateu, e a felicidade trouxe-lhe uma revolução no sangue. Pode muito bem dar à casca. Faz então a falência geral, a grande, aquela em que o credor é implacável, saca à vista, e... *per omnia saecula!* (QUEIRÓS, 2006, p. 231)

Jorge não acredita no diagnóstico de Julião, pois a seu ver a esposa não sofrera nenhum tipo de desgosto: “Ora, tolices! Desgosto de quê? (...) De resto acreditava pouco nas febres de desgosto. Julião tinha uma Medicina literária. Pensou mesmo que seria mais prudente chamar o velho Dr. Caminha.” (QUEIRÓS, 2006, p. 232) O médico lia muito, estudava muito, mas não tinha tanta prática em sua profissão, o que o tornava desacreditado por Jorge, que o considera de saber acadêmico, com teorias muito modernas e pouca prática efetivamente. Jorge acreditava que, para se exercer uma Medicina confiável, era necessário ter experiência. Ainda assim, a hipótese de Julião não lhe saiu da mente. Quando tentado a ler a misteriosa carta que chegara da França para Luísa, Jorge se lembra do que o médico havia

dito: “E se a carta contivesse o segredo daquele desgosto, do desgosto das teorias de Julião!... Devia abri-la então, para a curar melhor!” (QUEIRÓS, 2006, p. 232)

Os tratamentos recomendados por Julião nesta ocasião não diferem daqueles descritos no primeiro capítulo deste trabalho: “Em todo o caso um repouso absoluto. É necessário ter-lhe o espírito em algodão em rama. Nada de palestras, nada de frases, e se tiver sede, limonada.” (QUEIRÓS, 2006, p. 231) A Medicina da época receitava, como primeiro tratamento, um repouso total, livre de aborrecimentos e fadigas, o que leva a perceber que se acreditava que todas as doenças tinham sempre um fundo nervoso, e que qualquer tipo de abalo poderia trazer prejuízos à saúde.

Julião tinha também alguns métodos pouco convencionais para o tratamento de seus doentes. Assim como a sugestão de ministrar conhaque a Luísa na tentativa de reanimá-la quando já estava desfalecida, ele já lhe receitara doses de vinho no princípio de sua convalescença: “...saboreava muito o cálice de vinho do Porto, que Julião recomendara...”. (QUEIRÓS, 2006, p. 236) Essas novas teorias trazem desconfiança a Jorge, que por fim se decide por chamar o Dr. Caminha, médico experiente muito estimado.

Quando é descoberta como adúltera pelo marido, Luísa volta a estar doente, desta vez de maneira irreversível. Julião luta por lhe conservar a vida. Ela padece de febres fortíssimas, que produzem delírios. Receita sinapismos de mostarda aos pés, julgando a princípio se tratar de enxaquecas habituais, além do repouso absoluto, sempre aconselhado como o primeiro tratamento. A piora de Luísa é constante, até que não sente mais os sinapismos e Julião recomenda que lhe raspem a cabeça, pois acredita que o cabelo é o que atrapalha. Efetivamente, pouco depois de ter o cabelo raspado, os delírios de Luísa já começam a cessar. Os tratamentos em geral eram bastante rudimentares e superficiais, esperando-se que penetrassem no paciente e assim se alcançassem resultados.

Fazia então umedecer constantemente as compressas da cabeça, e como Mariana trêmula, desjeitosa, molhava muito o travesseiro, foi Sebastião que se colocou à cabeceira da cama, toda a noite, espremendo sem cessar uma esponja, de onde a água gotejava lentamente; tinham jarros fora da varanda, na sala, para dar à água uma frialdade gelada. O delírio alta noite acalmara um pouco. Mas o seu olhar injetado tinha uma aspecto selvagem: as pupilas pareciam apenas um ponto negro. (QUEIRÓS, 2006, p. 242)

É então que Sebastião conta a Julião que Jorge gostaria de ter também a presença de Dr. Caminha. Neste momento, a voz do narrador se confunde com as vozes das personagens, e não deixa de retratar o sentimento de alívio e esperança de Jorge: “Era o Dr. Caminha, enfim!...” (QUEIRÓS, 2006, p. 244) Os dois médicos se põem então a conversar sobre o estado da doente, enquanto “Jorge devorava com o olhar ansioso o Dr. Caminha” (QUEIRÓS,

2006, p. 244), como agarrado a sua última esperança. Como os cáusticos não faziam efeito, D. Felicidade sugeriu logo os sacramentos, sendo duramente criticada por Julião, que, com seu pensamento racional, não via necessidade naquilo:

– Está perdida – disse Julião baixo a Sebastião.
 D. Felicidade ficou muito aterrada, falou logo nos sacramentos.
 (...)
 Julião chegou-se bruscamente, e quase zangado:
 – Nada de tolices! Qual sacramentos! Para quê? Ela nem ouve, nem compreende, nem sente. É necessário deitar-lhe outro cáustico, talvez ventosas, e é o que é! Isso é que são os sacramentos!
 Mas D. Felicidade escandalizada, muito abalada, começou a chorar. Esqueciam Deus, e em Deus é que está o remédio! – dizia, assoando-se com estrondo. (QUEIRÓS, 2006, p. 244)

Aterrorizado, Jorge constata a morte de Luísa e corre ao encontro do Dr. Caminha, que, neste momento, diante de Julião se bate por velhas teorias. É então que Julião sugere que se ministre conhaque a Luísa, logo reprovado pelo médico mais velho. Enquanto Julião é o médico das teorias livrescas, o Dr. Caminha é o prático, que cura através de sua experiência. Ele age com desprezo quando ouve a teoria do colega para ressuscitação de Luísa:

O Dr. Caminha, com o beijo descaído, oscilava incredulamente a cabeça:
 – Teorias! – murmurou.
 – Nos hospitais ingleses... – começou Julião.
 O Dr. Caminha encolheu os ombros com desprezo.
 – Mas se o doutor lesse... – insistiu Julião.
 – Não leio nada! – disse o Dr. Caminha com força – tenho lido demais! Os livros são os doentes... – E curvando-se, com ironia: – Mas se o meu talentoso colega quer fazer a experiência...
 – Um copo de conhaque ou de aguardente! – pediu Julião à porta.
 E o Dr. Caminha sentou-se comodamente “para gozar o fracasso do talentoso colega”.
 Levantaram Luísa; Julião fez-lhe engolir o conhaque; quando a deitaram ficou na mesma imobilidade comatosa; o Dr. Caminha tirou o relógio, viu as horas, esperou; havia um silêncio ansioso; enfim o doutor ergueu-se, tomou-lhe o pulso, apalpou a frialdade crescente das extremidades; e indo buscar silenciosamente o chapéu começou a calçar as luvas. (QUEIRÓS, 2006, p. 245)

No momento em que a nova Medicina é confrontada com o saber tradicional, este último parece triunfar, ao se perceber que as teorias não poderiam salvar a paciente. E assim tem-se a última cena protagonizada por Julião, que só volta a aparecer em um diálogo com o Conselheiro, que lê um necrológio feito para Luísa. Esta personagem consegue demonstrar muito do que era a Medicina oitocentista: teorias, novas experimentações – algumas nem sempre bem sucedidas. Tratamentos e um pensamento supostamente racional que exprimiam ideias que iriam, dia a dia, ganhar mais espaço nos corpos e nas mentes nos últimos anos do século XIX, em Portugal e no restante da Europa.

3. A RELIGIÃO E A CIÊNCIA EM *O CRIME DO PADRE AMARO*

A primeira versão de *O Crime do Padre Amaro* foi publicada em 1875, antes de *O Primo Basílio*, que é de 1878. Desde então, o romance de Amélia e Amaro, ambientado em Leiria, gerou polêmicas e divergências. A primeira versão, publicada de 15 de fevereiro a 15 de maio de 1875 na *Revista Occidental*, foi até certo ponto uma versão não autorizada pelo autor. Eça, que estava por este tempo como cônsul em New Castle-On-Tyne, teria pedido inicialmente ao amigo Batalha Reis que lhe enviasse as provas da primeira versão, mas este não o fez. A primeira publicação do que era chamado de “borrão” teria provocado uma violenta reação de Eça, que enviou um telegrama a Batalha Reis: “Suspende imediatamente publicação romance manda provas o publicado absurdo não autorizo publicação resto sem rever provas.” (REIS apud NUNES, 1976, p. 21) A publicação não foi interrompida, sendo levada a cabo, em maio, uma obra que, pelo seu formato, poderia ser chamada de novela, com 136 páginas e bem menos desenvolvida do que a obra que conhecemos hoje. Ao final da publicação podia se achar uma nota dos editores, dizendo: “Achando-se fora de Portugal não pode, o sr. Eça de Queiroz, dirigir pessoalmente a publicação do seu romance, e introduzir n’este modificações importantes que tencionava fazer”.

O Crime do Padre Amaro foi reescrito mais duas vezes por Eça. O romance viria ainda a ser alvo de críticas pela semelhança com o título de um romance de Zola, *La Faute de l’Abbé Mouret*. Em 1878, Machado de Assis escreveria uma crítica¹ em que sugeria a imitação do romance do escritor francês, sobretudo pela similitude de títulos. Eça responde afirmando que a obra de Zola, escrita e publicada em 1875, é posterior ao seu romance, que “foi escrito em 1871, lido a alguns amigos em 1872, e publicado em 1874 [sic]” (QUEIRÓS, 2008, p. 13), além de comparar o enredo, completamente distinto.

A segunda edição de *O Crime do Padre Amaro*, primeira em livro, se deu em 1876, sendo financiada pelo juiz Teixeira de Queirós, pai de Eça, com a indicação “edição definitiva”, com 362 páginas. Obteve da crítica após esta publicação o mais profundo silêncio, o que atordoou o autor. Finalmente, em 1880, viria a lume a edição tal qual se conhece hoje, onde se achava a frase “inteiramente refundida e recomposta”, sob o subtítulo “Cenas da vida devota”, agora com 674 páginas. As diferenças entre as versões de 1875, 1876 e 1880 levam à conclusão de que se trata praticamente de três romances distintos.

Embora o próprio Eça de Queirós tenha afirmado que esta obra “é apenas, no fundo,

¹ Transcrito de *Letras Brasileiras*, tomo I. Rio de Janeiro: A noite, agosto de 1943, p. 60-69.

uma intriga de clérigos e beatas tramada e murmurada à sombra de uma velha Sé de província portuguesa” (QUEIRÓS, 2008, p. 15), um estudo mais detalhado perceberá que *O Crime do Padre Amaro* é com certeza muito mais do que isso. A obra põe em xeque a realidade da Igreja Católica, de um clero corrompido, confrontando as ideias de religião com os ideais positivistas trazidos ao contexto muitas vezes pela voz do médico que via a possibilidade de uma vida sem a necessidade do poder controlador da Igreja. Os personagens, bem colocados nos núcleos religiosos e leigos de Leiria, defendem o seu ponto de vista, e mais do que as suas falas, a descrição de suas vidas se encarrega de mostrar ao leitor a filosofia triunfante e a que se achava em decadência no final do século XIX.

Durante muitos séculos a Igreja deteve grande poder sobre os homens e mulheres, jogando hereges nas fogueiras e impondo uma forte opinião aos reis, que governavam sob o seu domínio. Além disso, os padres eram os primeiros a serem chamados nos momentos de enfermidades, pois na maior parte das vezes se acreditava que elas eram fruto de pecados ou provinham do demônio. Pouco a pouco a figura do padre foi sendo eclipsada pela do médico, que cumpriria o papel de visitar e tratar os doentes, sem, contudo, o clérigo perder o seu espaço ao confessar e ungir os que se encontravam em estado grave.

O livro *O Crime do Padre Amaro* demonstra uma série de situações de uma sociedade ainda dominada por padres, e onde, embora o poder da Igreja não fosse mais o mesmo de alguns séculos atrás, ainda possuía forte influência na vida da população em geral. É neste ambiente que a ciência vai tomando espaço e que o médico vai conquistando seu campo de trabalho. Não só este assunto é tratado na referida obra, mas também as ideias científicas e racionalistas que se expandem e são apresentadas ao longo do livro, em contraste com o pensamento das religiosas que confiam cegamente nos padres. A evolução da Medicina em uma cidade dominada pela Igreja, o papel do médico, bem como os olhares dos religiosos sob este homem de ciência são retratados em *O Crime do Padre Amaro*. Eça constrói a obra de maneira singular, reproduzindo uma realidade da época.

Trataremos neste capítulo da construção do Dr. Gouveia, personagem que remete ao assunto maior deste trabalho, ao longo das três edições; também das doenças mencionadas ou sofridas pelos personagens durante toda a história, apontando para a realidade higienista dos oitocentos; e a forma como os personagens lidavam com estas enfermidades, num núcleo fortemente dominado pela fé. E como se trata de uma obra riquíssima, não poderíamos deixar de abordar também as diversas questões levantadas ao longo do romance, como o embate da ciência com a religião, a figura do abade Ferrão (que só aparece na terceira edição), bem como outros assuntos que intrinsicamente vão se relacionando ao assunto maior em questão.

3.1. O desenvolvimento de moléstias em *O Crime do Padre Amaro*

A) Apoplexia

A primeira enfermidade citada na obra em estudo foi uma apoplexia que acometeu o padre José Miguéis. Sua morte é o primeiro acontecimento relatado no romance. Enquanto na primeira edição ela é descrita minuciosamente, ocupando todo o primeiro capítulo, e decorre de uma queda dum cavalo, quando uma vaca se lhe atravessa o caminho, nas edições posteriores Eça opta por uma descrição rápida, ocupando algumas poucas páginas. José Miguéis, assim como todos os demais padres do romance, é caricaturado, e sua característica mais evidente é a glotonaria, algo que seria apontado também em outros clérigos no decorrer da obra. Sua morte não poderia decorrer então de outra coisa senão de seus exageros com a comida: “Com efeito, estourou, depois de uma ceia de peixe – à hora em que defronte, na casa do dr. Godinho, que fazia anos, se polcava com alarido.” (QUEIRÓS, 2008, p. 17)

A apoplexia, hoje mais conhecida como acidente vascular cerebral, era muito citada na literatura, talvez por ser a causa atribuída a muitas mortes que não podiam ser explicadas, devido aos poucos recursos da Medicina da época. O médico francês Laurent Eugenio Vignaux, em sua tese para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1864, trata sobre os diversos significados desta palavra para os médicos da época:

A palavra apoplexia recebeu diversas denominações, e no sentido primitivo foi alterada. No começo, esta denominação foi inventada pelos antigos para caracterizarem a marca rápida de moléstias que expõem o paciente a uma morte súbita. Tomada também em sentido mais geral, ela compreendia afecções diversas, cuja sede nem sempre era no cérebro. (VIGNAUX, 1864, p. 01)

Outros personagens de *O Crime do Padre Amaro* também viriam a morrer do mesmo problema: o pai de Amaro; a senhora marquesa, que criava Amaro; o chantre Carvalhosa, antigo amante de S. Joaneira; o novo chantre que o substituiria; e o procurador de um cartório em Lisboa, onde João Eduardo se empregaria depois de retirado de Leiria. Outras obras de Eça também mostram a apoplexia como um mal recorrente: o pai de Teodorico, de *A Relíquia*, é mais uma vítima: “Depois, numa noite de entrudo, o papá morreu de repente, com uma apoplexia, ao descer a escadaria de pedra da nossa casa, mascarado de urso, para ir ao baile das Senhoras Macedos.” (QUEIRÓS, 1997, p. 16) A mãe de D. Afonso, d’*Os Maias*, também morre de uma apoplexia: “Meses depois sua mãe, que ficara em Benfica, morria duma apoplexia.” (QUEIRÓS, 2003, p. 12)

B) Febres nervosas e sua relação com a sexualidade

Outro mal que atinge os personagens são as febres e suores, comuns aos jovens protagonistas. Durante o tempo do seminário, Amaro sofria de um estado febril prolongado, acompanhado de fraqueza, suores e emagrecimento: “Emagrecia, tinha suores hécticos: e mesmo no último ano, depois do serviço pesado da Semana Santa, como começavam os calores, entrou na enfermaria com uma febre nervosa.” (QUEIRÓS, 2008, p. 149) Dentre as muitas coisas que o incomodavam durante seu tempo de seminário – o tédio, a clausura, a monotonia – uma que é especialmente destacada pelo autor é a irrealização sexual. A ideia de saber que durante toda sua vida não poderia satisfazer seus desejos sexuais e que estaria “condenado” à castidade lhe dava angústias que poderiam também ser causadoras das febres.

Amélia viria a sofrer de febres fortes quando tinha ainda quinze anos, episódio que marca a primeira aparição de Dr. Gouveia no romance. A menina, que já se achava amarela e queixando-se de mal-estar, teria piorado e desenvolvido a febre logo depois de ouvir uma história do Tio Cegonhas, seu professor de piano, sobre o amor irrealizado entre uma freira e um frade franciscano. Depois de uma noite atribulada por pesadelos e pela febre, Dr. Gouveia daria seu diagnóstico:

Ao outro dia a febre acalmou. O doutor Gouveia tranquilizou a S. Joaneira com uma simples palavra:
 — Nada de sustos, minha rica senhora, são os quinze anos da rapariga. Hão-de-lhe vir amanhã as vertigens e os enjoos... Depois acabou-se. Temo-la mulher.
 A S. Joaneira compreendeu.
 — Esta rapariga tem o sangue vivo e há-de ter as paixões fortes! acrescentou o velho prático, sorrindo e sorvendo a sua pitada. (QUEIRÓS, 2008, p. 87)

Mais tarde, a moça, já apaixonada por Amaro, se vê privada de sua presença quando o pároco resolve se mudar para a Rua das Sousas e evitar visitas à Rua da Misericórdia. Amélia volta a sofrer das febres, e mais uma vez Dr. Gouveia atribuiria seu mal-estar ao desejo sexual irrealizado. O motivo, portanto, seria bem parecido com o da febre nervosa que acometera Amaro no período do seminário.

Andava, com efeito, amarela, perdera o apetite. E enfim uma manhã ficou de cama com febre. A mãe, assustada, chamou o doutor Gouveia. O velho prático, depois de ver Amélia, veio à sala de jantar sorvendo com satisfação a sua pitada.
 — Então, senhor doutor? disse a S. Joaneira.
 — Case-me esta rapariga, S. Joaneira, case-me esta rapariga. Tenho-lho dito tantas vezes, criatura!
 — Mas, senhor doutor...

— Mas case-a por uma vez, S. Joaneira, case-a por uma vez! repetia ele pelas escadas, arrastando um pouco a perna direita que um reumatismo teimoso encolhia. (QUEIRÓS, 2008, p. 149)

Assim como se vê nesta passagem, o casamento era muitas vezes recomendado como profilaxia para doenças. S. Joaneira concorda com a ideia do médico, e quando vê Amélia cada dia mais pálida e com sustos, desta vez por saber que carregava no ventre um filho do padre Amaro, ela retoma a ideia do casamento como uma necessidade médica:

A mãe, vendo-a sempre tão pálida, pensara em chamar o doutor Gouveia.
 — Não é nada, minha mãe, é nervoso, passa...
 O que provava a todos que era nervoso eram os sustos súbitos que a tomavam — a ponto de dar um grito, quase desmaiar, se de repente uma porta batia. Certas noites mesmo, exigia que a mãe viesse dormir ao pé dela, com medo de pesadelos e de visões.
 — É o que diz sempre o Sr. doutor Gouveia, observava a mãe ao cônego, é uma rapariga que necessita casar... (QUEIRÓS, 2008, p. 365)

O casamento não seria, portanto, apenas profilaxia para doenças, como as sexualmente transmissíveis. Ele evitava o escândalo, pois a moça teria seu desejo sexual satisfeito da forma que a sociedade considerava correta. O casamento, supunham, serve como um amparo às jovens, que têm no marido a garantia de uma vida digna. Livra-as também, em tese, da prostituição e do convento.

O século XIX foi uma era em que se dava extremo valor à família, composta de pai, mãe e filhos. A mulher deveria ser mãe exemplar, sempre cuidando dos filhos e da administração da casa, ao passo que o homem deveria ser o pai irrepreensível, que regeria com pulso firme o lar, dando proteção à mulher e aos filhos. Qualquer coisa que se desviasse deste ideal era inaceitável. Logo, o casamento deveria ser o bem maior a ser alcançado, tanto por homens quanto mulheres, não só por representar um ideal da época, mas como profilaxia para doenças. Os médicos oitocentistas receitavam o casamento como medida para saúde, pois propagavam que a procriação e o convívio com o cônjuge mantinham um corpo saudável. Neste discurso estava implícita a realidade patriarcal da época, presa ainda aos valores da Igreja, já arranhada em suas posições na sociedade, mas ainda muito poderosa. Alguns médicos chegaram a defender teses de que os celibatários estavam propensos a uma série de doenças, como gastrites, alcoolismo, neuroses, problemas cardíacos, apoplexias, congestões cerebrais, morte prematura, loucura e até suicídio. (MURICY, 1988, p. 68)

O celibatário para certas mulheres também era temido, pois não eram todas que conseguiam se manter castas. Muitas se entregavam a um amante antes do casamento, mantendo o relacionamento às escondidas, até que viesse à luz o escândalo. Este foi o caso de Amélia, que, como se viu, por mais de uma vez teve o casamento recomendado pelo Dr.

Gouveia. Algum tempo depois, quando o médico reencontra Amélia já grávida, ele repete o conselho dado tantas vezes à sua mãe.

Fora também por esse tempo que o doutor Gouveia começara a vir à Ricoça, porque D. Josefa tinha piorado com os dias mais frios do Outono. (...) E um dia que acompanhara o doutor até à porta, ficou gelada, vendo-o parar, voltar-se para ela cofiando a sua grande barba branca que lhe caía sobre o jaquetão de veludo, e dizer-lhe sorrindo:

— Eu bem tinha dito a tua mãe que te casasse!

Duas lágrimas saltaram-lhe dos olhos.

— Bem, bem, pequena, não te quero mal por isso. Estás na verdade. A natureza manda conceber, não manda casar. O casamento é uma fórmula administrativa... (QUEIRÓS, 2008, p. 438)

Fica claro em seu discurso que, para o médico, o casamento não era apenas uma convenção social, mas uma necessidade da natureza. Nem por isso suas recomendações visavam apenas à saúde do corpo. Dr. Gouveia sabia que naquela sociedade não havia espaço para mães solteiras ou mulheres em concubinato. O historiador Peter Gay (2002, p. 98) afirma, em seu livro *O Século de Schnitzler*: “O hímen intacto era um troféu que valia a pena preservar. Uma vez ‘arruinado’, o valor delas no mercado do casamento caía vertiginosamente.”

C) A saúde bucal

A saúde bucal quase sempre é citada na descrição dos personagens. Em geral, não era boa, e grande parte das pessoas apresentava dentes esverdeados, ou muito podres. A Odontologia ainda era uma ciência em desenvolvimento, assim como a Medicina. Contudo, no século XIX já existia uma série de maneiras de se manter os cuidados necessários, como uma infinidade de escovas, dentifrícios, fios e fitas dentais, além de outros meios auxiliares de higiene bucal, com característica e indicações próprias a cada paciente.

Uma leitura mais atenta a este ponto leva a perceber que a maior parte das pessoas que tinha alguma posição, beleza ou bondade era descrita como portadora de dentes muito brancos, salvo exceções. A Sra. D. Luísa, esposa do Conde de Ribamar, é descrita com “dentes muito frescos” (QUEIRÓS, 2008, p. 50), e Amaro é lembrado por S. Joaneira, dentre outras características, pelo bom aspecto dos seus dentes: “A S. Joaneira recomeçou a glorificação de Amaro: a sua mocidade, o seu ar piedoso, a brancura dos seus dentes...” (QUEIRÓS, 2008, p. 66). Amélia, a quem são feitas várias vezes referências à beleza, é descrita com dentes muito brancos e saudáveis, em contraste com a maior parte dos amigos beatos que frequentavam sua casa:

Amaro olhou para ela, então, pela primeira vez. Tinha um vestido azul muito justo ao seio bonito; o pescoço branco e cheio saía dum colarinho voltado; entre os beiços vermelhos e frescos o esmalte dos dentes brilhava; e pareceu ao pároco que um buçozinho lhe punha aos cantos da boca uma sombra sutil e doce. (QUEIRÓS, 2008, p. 70)

O abade Ferrão, homem caracterizado por sua piedade bondosa e personagem de extrema importância dentro do romance, já possui certa idade, mas também tem citada em sua descrição os “dentes magníficos”: “Tinha o cabelo todo branco; devia passar já dos sessenta anos; mas era robusto, uma alegria bailava sempre nos seus olhinhos vivos, e tinha dentes magníficos a que uma saúde de granito conservava o esmalte; o que o desfigurava era um nariz enorme.” (QUEIRÓS, 2008, p. 353)

A Sra. Joana Carreira, ama a quem Amaro disse a Amélia que entregaria seu filho, também é descrita de forma positiva, incluindo a boa referência aos dentes. Amélia temia entregar seu filho a uma ama, já que não o podia criar ela mesma, e a descrição feita por Amaro visa tranquilizá-la, ressaltando sobretudo os aspectos positivos, embora ele mesmo nunca a tivesse visto, uma vez que sua intenção era entregar a criança à D. Carlota, a “tecedeira de anjos”: “Tranquilizara-a a respeito da ama, dizendo-lhe que falara à mulher da Ricoça inculcada pela Dionísia. Era uma escolha rica a Sra. Joana Carreira! Mulher forte como um carvalho, com barricas de leite, e dentes de marfim...” (QUEIRÓS, 2008, p. 459).

Por este tempo a odontologia já dispunha das obturações e também estava disponível o uso de próteses dentárias. O exemplo dado quanto aos dentes de S. Joaneira possibilita perceber isso: “Ela ria; viam-se os seus dois dentes de diante, grandes e chumbados”. (QUEIRÓS, 2008, p. 33) D. Josefa, a quem é feita referência quanto à falta de dentes, também parece usar prótese, o que se descobre numa fala de seu irmão, o cônego Dias: “Menos língua, mana, menos língua! disse o cônego fechando os seus óculos. Olhe, não lhe caíam os dentes postiços!” (QUEIRÓS, 2008, p. 33)

Outra referência seria feita na descrição da Sra. D. Maria da Assunção, mulher muito rica e devota, mas caracterizada por “enormes dentes esverdeados, cravados nas gengivas como cunhas.” (QUEIRÓS, 2008, p. 176) D. Maria seria uma exceção às pessoas de posição, que eram descritas com dentes muito brancos. Mesmo sendo rica, não escapou à má saúde bucal, predominante na época.

Dionísia, uma mulher pobre que outrora fora uma “Dama das Camélias”, também já não possui o branco dos dentes tão brilhante como é ressaltado em jovens como Amaro ou Amélia. O romance diz que agora, ao dar os antigos sorrisos, “faltavam já os dois dentes de diante.” (QUEIRÓS, 2008, p. 139) Mas certamente, o personagem que mais é caracterizado

negativamente por seus dentes é Artur Couceiro, um homem pobre, escrevente da administração, com uma família numerosa e quatro filhos para sustentar. Sua descrição sempre é seguida por alguma referência aos seus dentes podres:

Era um rapaz extremamente alto, amarelo, com as faces cavadas, uma grenha riçada, um bigode a D. Quixote; quando ria tinha uma sombra na boca, porque **lhe faltavam quase todos os dentes de diante**; e nos seus olhos encovados, de grandes olheiras, errava um sentimentalismo piegas. Trazia uma guitarra na mão. (QUEIRÓS, 2008, p. 73, grifo nosso)

Artur cantava enternecido, o olhar vago; mas nos intervalos, durante o acompanhamento, sorria em redor — e na sua boca cheia de sombra viam-se os **restos de dentes podres**. (QUEIRÓS, 2008, p. 75, grifo nosso)

Amaro foi para o seu quarto, começou a rezar no Breviário; mas distraía-se, lembravam-lhe as figuras das velhas, **os dentes podres de Artur**, sobretudo o perfil de Amélia. (QUEIRÓS, 2008, p. 78, grifo nosso)

O **pobre Artur, sem dentes**, cheio de filhos, com os seus olhos de carneiro triste, acusado de perder virgens!... (QUEIRÓS, 2008, p. 395, grifo nosso)

D) Doenças mentais

As doenças mentais também entram em questão quando a personagem Totó, filha do sineiro, é introduzida no enredo da terceira edição do romance. Embora os religiosos acreditassem que a moça estivesse endemoniada, Dr. Gouveia diagnosticara um caso de histeria, doença acompanhada por grande ansiedade e depressão. Antes atribuída somente às mulheres, por um movimento irregular de sangue do útero ao cérebro, a histeria seria mais minuciosamente estudada por Freud, que notaria casos da doença também em homens, e perceberia suas relações muito mais com o histórico psicossocial do paciente, do que com questões fisiológicas. Alguns dos sintomas listados por Freud seriam explosões de choro, paralisias, sufocamento e nó na garganta, tosse nervosa, ansiedade e dores de cabeça (BREGER, 2000, p. 150). Tio Esguelhas descreve o comportamento de Totó, com sintomas tais como mau humor, frenesim e caprichos, “tinha manias: ora fazia bonecas e apaixonava-se por elas a ponto de ter febre; outros dias passava-os num silêncio medonho com os olhos cravados na parede. Mas às vezes estava alegre, palrava, chalaceava... Uma desgraça!” (QUEIRÓS, 2008, p. 395)

Além da instabilidade do humor, Totó também sente atração sexual pelo padre Amaro, o que fica comprovado várias vezes no romance. Um dos sintomas ligado à histeria por Freud era a irrealização sexual, ligada muitas vezes a uma abstinência involuntária (BREGER, 2000, p. 150). Quando o pároco começa a frequentar sua casa para os encontros furtivos com Amélia, Totó começa a ser preocupar mais com a aparência visando impressionar o padre.

Nesses dias tinha vestido um chambre branco, os cabelos reluziam-lhe de óleo; porque ultimamente, desde as visitas de Amaro, viera-lhe "uma birra de parecer alguém", como dizia encantado o tio Esguelhas, a ponto de se não querer separar dum espelho e dum pente que escondia debaixo do travesseiro e obrigar o pai a encafiar sob a cama, entre a roupa suja, as bonecas que agora desprezava. (QUEIRÓS, 2008, pp. 333-334)

Totó parecia sentir ciúmes de Amélia, confirmando sua atração pelo cônego. A moça começa a tratar Amélia de forma muito rude, demonstrando a inveja que sentia por não ser ela a amante do padre: “A Totó parecia odiá-la; respondia-lhe muito carrancuda; outras vezes persistia num silêncio rancoroso, voltada para a parede; um dia despedaçara o alfabeto; e encolhia-se toda encruada se Amélia lhe queria compor o xale sobre os ombros ou conchegar-lhe a roupa...” (QUEIRÓS, 2008, p. 334)

E) Tísica

A tísica, como se viu no início deste trabalho, era uma doença muito comum no século XIX, responsável por grande parte das mortes. É possível ver alguns personagens em *O Crime do Padre Amaro* que sofrem deste mal, como Joana Vieira (mãe de Amaro), a Ruça, Totó, Artur Couceiro e Joanhina Gomes (amiga de Amélia). Como esta era uma doença muito comum, e na maior parte das vezes fatal, havia certo medo pelo seu contágio, algo demonstrado no romance através da atitude de um dos personagens: “o amanuense Pires, severo e digno, aproximou-se, carregando para a orelha o seu barretinho de seda, com horror às correntes de ar.” (QUEIRÓS, 2008, p. 209) A mãe de Amaro é descrita como uma mulher forte e sã, mas é acometida de repente por uma tísica da laringe que lhe tira a vida um ano após a morte de seu marido. A Ruça, criada de S. Joaneira, é referida várias vezes por sua tosse proveniente da tísica, que a assola durante todo o romance. Abaixo há o momento de sua apresentação ao padre Amaro, ocasião em que se faz alusão à sua doença pela primeira vez:

A moça saiu, pondo o avental sobre a boca.
— Parece doente, coitada, observou o pároco.
Muito achacada, muito!... A pobre de Cristo era sua afilhada, órfã, e estava quase tísica. Tinha-a tomado por piedade... (QUEIRÓS, 2008, p. 33)

Totó, a filha do tio Esguelhas, que já era uma menina doente, tem por fim sua vida ceifada quando é acometida por um tipo ainda mais grave desta doença: “Totó adoecera de repente: o dia seguinte ao da visita do cônego, passara-o soltando golfadas de sangue: o doutor Cardoso, chamado à pressa, falara de tísica galopante, questão de semanas, caso

decidido...” (QUEIRÓS, 2008, p. 363) O tipo de tísica contraída por Totó, conhecida também como “galopante”, não lhe deixava opções de tratamento, pois levaria a doente à morte em pouco tempo.

Artur Couceiro também sofria da doença, o que fica claro quando é feita a sua descrição: “Depois Artur Couceiro, cada dia mais chupado e mais tísico, cantava o fado novo que compusera.” (QUEIRÓS, 2008, p. 155). Em outro momento, ele se queixaria das dores no peito e da tosse, confirmando a existência da doença. Por diversas vezes o narrador faz referência à tísica também para destacar o aspecto magro e adoentado de algum personagem, como o faz quando fala de Gustavo, tipógrafo amigo de João Eduardo: “E carregava furiosamente no *r* da palavra — a forrrça! — agitando os seus pulsos magríssimos de tísico sobre o grande prato de iscas que o moço trouxera.” (QUEIRÓS, 2008, p. 264).

Joaninha Gomes, antiga amiga de Amélia, também fica tísica depois de se envolver com um padre Abílio e então ser abandonada por ele: “aí vivia nalguma viela ao pé do quartel, entisicando, gasta por todo um regimento!” (QUEIRÓS, 2008, p. 148) A situação indigna da moça que perdera sua honra e o respeito, tendo como resultado de sua aventura amorosa apenas o abandono e a doença, serve neste momento como um exemplo para Amélia, que vê seu destino bastante parecido, caso continuasse a nutrir sentimentos pelo padre Amaro.

Por fim, João Eduardo parece também ter contraído a tísica ao final do romance, segundo informações incertas do Cônego Dias em conversa com o padre Amaro: “E o João Eduardo diz que está tísico... que eu não sei, nunca mais o vi... Quem mo disse foi o Ferrão.” (QUEIRÓS, 2008, p. 499)

F) Outras doenças do peito

Além da tísica, outras doenças do peito eram comuns à população oitocentista, e são também citadas no romance, como o catarro e a pneumonia. D. Maria da Assunção sofria de um catarro crônico, e suas crises são citadas algumas vezes, sendo motivo de promessas de sua parte e das orações de suas amigas beatas. Ao final do romance, quando retorna da Vieira, ela sofre também de uma inflamação dos brônquios, decorrente de uma noite gelada enfrentada durante a viagem de volta à Leiria. D. Gertrudes, irmã de D. Josefa, que vivia entrevada em uma cama, também teria piorado consideravelmente após ter apanhado um catarro durante o inverno, que a vinha fazendo definhar. João Eduardo também sofrera de uma pneumonia três anos antes do momento em que se passam os fatos, e fora curado por um tratamento dado pelo Dr. Gouveia. Por fim, D. Josefa sofre de uma grave pneumonia ao final

do romance, o que consterna as amigas, e passa então por um longo período de recuperação.

Uma noite a criada do cônego apareceu, esfalfada de correr, a dizer que a Sra. D. Josefa estava à morte.

Na véspera a excelente senhora sentira-se doente com uma pontada no lado, mas insistira em ir à Senhora da Encarnação rezar a sua coroa; voltou transida, com uma dor maior e uma ponta de febre; e nessa tarde, quando o doutor Gouveia foi chamado, tinha-se declarado uma pneumonia aguda. (QUEIRÓS, 2008, p. 390)

Sendo talvez a doente mais grave de todo o romance, e a que passa mais tempo neste estado enfermo, acompanhada de perto pelo narrador, é possível perceber neste episódio vários pontos comuns com as situações de enfermidade vividas pela população portuguesa durante o século XIX. Numa época em que pessoas com família não recorriam aos hospitais, a casa tornava-se uma enfermaria. O triste cenário da doença é descrito minuciosamente pelo narrador, mostrando as reações das amigas e de seu único familiar, o cônego Dias, diante à iminência da morte.

O cônego lá estava a um canto, aniquilado, sucumbido com aquela brusca aparição da doença e do seu cenário melancólico — as garrafadas de botica enchendo as mesas, as entradas solenes do médico, as faces compungidas que vêm saber se há melhoras, o hálito febril espalhado em toda a casa, o timbre funerário que toma o relógio de parede no abafamento de todo o ruído, as toalhas sujas que ficam dias no lugar em que caíram, o anoitecer de cada dia com a sua ameaça de treva eterna... De resto, um pesar sincero prostrava-o; havia cinquenta anos que vivia com a mana e era amimado por ela; o longo hábito tornara-lha cara; e as suas caturrices, as suas toucas negras, o seu espalhafato pela casa faziam como uma parte mesma do seu ser... Além disso, quem sabe se a morte, entrando-lhe em casa, para poupar passos, o não levaria também!... (QUEIRÓS, 2008, p. 391)

Ao final do romance, no parto de Amélia, o narrador também falaria deste cenário, quando compara o ambiente do quarto, onde fora realizado o parto e onde se lutava pela sobrevivência da rapariga, a um campo de batalha: “Quando voltou ao quarto de Amélia, a Dionísia e a Gertrudes, de rojos ao lado da cama, rezavam. O leito, todo o quarto estava revolvido como um campo de batalha.” (QUEIRÓS, 2008, p. 480).

Dr. Gouveia se aplica bastante na cura de D. Josefa. Tal como acontecera a João Eduardo três anos antes, a velha consegue se recuperar, o que é motivo de grande alegria para todas as amigas. O narrador mostra como a doença lhe tirara a força e o vigor, e o estado debilitado em que se encontrava, mesmo na fase de recuperação:

Enfim, uma manhã, o doutor Gouveia declarou D. Josefa livre de perigo. (...) E daí a duas semanas houve uma festa na casa, quando D. Josefa, pela primeira vez, amparada nos braços de todas as amigas, deu dois passos trêmulos no quarto. Pobre D. Josefa, o que dela fizera a doença! Aquela vozinha irritada em que as palavras eram despedidas como setas envenenadas, assemelhava-se agora apenas a um som expirante, quando, num esforço ansioso da vontade, pedia a escarradeira ou o xarope. Aquele olhar sempre alerta, escrutador e maligno, estava hoje como refugiado no fundo das órbitas, assustado da luz, das sombras e

dos contornos das coisas. E o seu corpo, tão teso outrora, duma secura de ramo de sarmento, agora ao cair no fundo da poltrona, sob a trapalhada dos agasalhos, parecia um trapo também. (QUEIRÓS, 2008, p. 392)

Há então ideias de uma viagem à Vieira, feita pelo Cônego Dias todos os anos, para tomar banhos de mar. Dr. Gouveia alerta que seria preferível para a senhora uns tempos pela Ricoça, nos Poiais, por ser um “lugar abrigado e muito temperado”. As viagens como forma de recuperação das doenças do peito são bem comuns. Acreditava-se que os ares do interior, próximos à natureza, seriam eficazes no tratamento. O Cônego Dias também tinha seu costume dos banhos de mar à Vieira como tratamento e fortalecimento da saúde.

As viagens de fato eram vistas com propriedades curativas, tendo grande interferência na prevenção e cura de doenças, não só pelos banhos de mar nas cidades litorâneas, como também pela mudança de ares. Além da viagem do cônego Dias à Vieira e de D. Josefa à Ricoça, vê-se em *O Crime do Padre Amaro* recomendações a Artur Couceiro quanto a uma viagem à Ilha da Madeira, onde poderia obter melhora para suas dores no peito. Pela fala do personagem percebe-se que não eram todos os que tinham a oportunidade de desfrutar desta indicação médica, uma vez que ele era pobre e não tinha condições de se retirar à Madeira para respirar bons ares.

— Então como vai isso hoje? perguntaram-lhe logo.

— Mal, respondeu ele com voz triste, sentando-se. Sempre as dores no peito, a tosezita(...)

— Uma viagem à Madeira, isso é que era, isso é que era! disse a Sra. D. Joaquina Gansoso com autoridade.

Ele riu, com uma jovialidade súbita:

— Uma viagem à Madeira! Não está má! A D. Joaquina Gansoso tem-nas boas! Um pobre amanuense de administração com dezoito vinténs por dia, mulher e quatro filhos! Para a Madeira! (QUEIRÓS, 2008, p. 73)

G) Sífilis

Uma doença sexualmente transmissível muito comum àquela época era a sífilis. Algumas moléstias eram tidas pelos religiosos como castigo divino, e esta era uma delas, em virtude de seu contágio ocorrer através do ato sexual fora dos padrões daquela sociedade. O administrador do concelho possivelmente sofria desta enfermidade, o que fica claro quando manda o boticário Carlos lhe aviar uma receita de mercúrio. No primeiro momento em que faz o pedido, age com muita discrição, temendo talvez a vergonha de ser descoberto como portador de uma doença comum àquelas que frequentavam lupanares:

Sua excelência, de dentro do seu gabinete, chamou-o misteriosamente com o dedo. (...)
 — Eu estava para passar pela botica — disse-lhe o administrador baixo e sem transição, dando-lhe um papel dobrado — para que me mandasse isto a casa, hoje. É uma receita do doutor Gouveia... Mas já que o amigo aqui está... (...) Não se esqueça, mande-me isso antes das seis. É para tomar ainda esta noite. Adeus. Não se esqueça! (QUEIRÓS, 2008, p. 287)

Irritado pela absolvição de João Eduardo após agressão cometida contra o padre Amaro, o boticário esquece a discrição e fala abertamente à sua esposa Amparo sobre a receita do sr. Administrador. O mercúrio foi o primeiro tratamento específico indicado para a sífilis e foi utilizado por cerca de 450 anos, até meados do século XX. (NETO; G. SOLER; BRAILE; DAHER, 2009, p. 129) A senhora, que pela convivência em meio aos remédios já conhecia as indicações e os benefícios deste medicamento, faz-se escarlate ao deduzir a enfermidade.

O que era? e no seu furor, desdenhando o segredo profissional e o bom renome da autoridade, o Carlos exclamou:
 — É um frasco de xarope de Gibert para o senhor administrador! Aí tem a receita, Sr. Augusto.
 Amparo, que, com alguma prática de farmácia, conhecia os benefícios do mercúrio, fez-se tão escarlate como as fitas flamejantes que lhe enfeitavam a cuia. (QUEIRÓS, 2008, p. 288)

H) Reumatismo

O reumatismo é outra patologia referida no romance, que encolhia a perna do Dr. Gouveia, sempre a mancar um pouco, e atingia também o abade Ferrão, que nos dias mais frios ficava em casa, impossibilitado de sair pelas dores. O bispo D. Joaquim, personagem apenas mencionado no início do romance, é substituído pelo chantre Valadares no governo do bispado e se retira para uma quinta no Alto Minho, pois sofria há dois anos de um forte reumatismo que lhe impedia de continuar no cargo. O padre Silvério, antigo confessor de Amélia, também sofria do mesmo mal, e em certo trecho o narrador chega a afirmar: “parecia que um reumatismo geral tolhia todo o clero diocesano.” (QUEIRÓS, 2008, p. 445)

I) Demais doenças mencionadas

Outras doenças são ainda citadas no romance, como a doença de fígado do cônego Sanches, referida numa conversa entre padre Amaro, D. Josefa e o cônego Dias; a hidropisia que atinge S. Joaneira após a morte de Amélia, citada por Dias em conversa com Amaro; as doenças do coração e os flatos de Escolástica, empregada de Amaro; as enfermidades que acometem os doentes no consultório do Dr. Gouveia; a difícil recuperação da perna quebrada

do padre Natário; e as doenças que eram mais comuns no verão, descritas pelo cônego Dias ao padre Amaro, como a colerina ou as “febritas”.

O ambiente do consultório é apresentado quando João Eduardo vai até lá solicitar auxílio do Dr. Gouveia, para que interceda pelo seu noivado com Amélia. Há um homem amarelo com o braço ao peito, o que talvez nos leve a inferir uma das muitas doenças do peito que atingiam a população portuguesa de então. Há também um homem com uma chaga na perna, decorrente de uma trave que lhe caíra por cima, e achava-se agora enrolada em trapos, demonstrando a pouca higiene dada à ferida. O pouco cuidado do enfermo poderia ser uma das causas da demora que encontrava agora para obter a cura. Havia ainda uma mulher com uma criança, mas não é feita nenhuma referência à doença que poderia assolar uma destas duas personagens.

Como afirmamos anteriormente, não era comum no século XIX que os doentes fossem aos hospitais. As pessoas que acompanham João Eduardo na sala de espera são pobres, e suas descrições retratam isso. Um homem que aguarda chega a afirmar: “Ser doente é bom, mas para quem é rico e tem vagares!” (QUEIRÓS, 2008, p. 252) Quando adoeciam, as pessoas em geral permaneciam em casa, onde recebiam os cuidados dos médicos e da família. João atesta este fato quando percebe sua condição se cair doente: “A ideia da doença, da solidão que ela traz, faziam agora parecer a João Eduardo mais amarga a perda de Amélia. Se adoecesse, teria de ir para o hospital. O malvado do padre tirara-lhe tudo — mulher, felicidade, confortos de família, doces companhias da vida!” (QUEIRÓS, 2008, p. 252)

A hidropisia de S. Joaneira é mencionada com galhofa pelo cônego Dias ao final do romance. A doença, resultado da má circulação do sangue, consiste na acumulação anormal de fluido em algumas partes do corpo, sendo uma das mais comuns o abdômen. É por isso conhecida hoje também como barriga d’água. Quando Amaro pergunta como vai a senhora, Dias afirma que houve um grande susto, por uma suspeita que a ela estivesse sucedendo o mesmo que acontecera a Amélia: uma gravidez. Sabendo que a senhora há muito não mais poderia engravidar, Dias demonstra seu humor cruel e sua insensibilidade para com a morte de Amélia: “Você sabe, ao princípio tivemos um susto dos diabos... Pensávamos que lhe ia suceder como à Amélia. Mas não, era hidropisia...” (QUEIRÓS, 2008, p. 498).

A quantidade de doenças mencionadas mostra que o povo do século XIX ainda padecia de uma série de enfermidades que encontrava um tratamento demorado e nem sempre muito eficaz. O equívoco brevemente narrado com relação à perna do padre Natário mostra que a Medicina ainda cometia erros, como os comete até hoje, pois se encontrava em pleno estado de desenvolvimento e esclarecimento. Doenças temíveis como a pneumonia já

encontravam a cura e não eram mais vistas como sentenças de morte, embora inspirassem cuidados. Este e outros fatos demonstram que a ciência médica se desenvolvia positivamente, trazendo novos e diferentes recursos para enfermidades antes difíceis de obterem a cura, aumentando assim a confiança depositada nos médicos.

3.2. A fé e a superstição no diagnóstico e tratamento de doenças

A fé católica influencia muito no modo como os personagens de *O Crime do Padre Amaro* encaram as enfermidades. Vivendo sob uma religião do medo, onde se cria num Deus cruel e castigador, os religiosos acreditavam muitas vezes que as doenças eram resultado de maus atos que poderiam ter desagradado a Deus ou aos santos. Amélia retrata bem este tipo de pensamento, quando teme os castigos divinos decorrentes do seu envolvimento com o padre Amaro:

Mas havia alguma coisa pior a temer que as reprovações do mundo: eram as vinganças de Nosso Senhor. Era da perda possível do Paraíso que ela gemia baixo; ou de mais medonho ainda, de algum castigo de Deus, não das punições transcendentais que acabrunham a alma além da tumba, mas dos tormentos que vêm durante a vida, que a feriam na sua saúde, no seu bem-estar e no seu corpo. Eram vagos medos de doenças, de lepras, de paralisias ou de pobreza, de dias de fome — de todas essas penalidades de que ela supunha pródigo o Deus do seu catecismo. (QUEIRÓS, 2008, p. 366)

Os santos católicos, na visão dos religiosos de Leiria, se assemelhavam muito aos deuses do Olimpo, que tinham sentimentos muito próximos aos dos seres humanos: sentiam ódio, desejavam vingança, reclamavam a Deus contra aqueles que lhes teriam ofendido e mandavam doenças aos que cometessem pecados. Amélia sente muito medo de Nossa Senhora depois que usa seu manto na sacristia da Sé, a pedido de Amaro. A moça “tinha certeza que a Virgem a odiava e, que não cessava de reclamar contra ela (...); sentia bem Nossa Senhora, inacessível e desdenhosa, de costas voltadas.” (QUEIRÓS, 2008, p. 366) Abade Ferrão chega a comparar a religião ensinada na cidade com a de Calígula:

O abade Ferrão ficou calado um momento: sentia-se triste, pensando que por todo o reino tantos centenares de sacerdotes trazem assim voluntariamente o rebanho naquelas trevas de alma, mantendo o mundo dos fiéis num terror abjeto do Céu, representando Deus e os seus santos como uma corte que não é menos corrompida, nem melhor, que a de Calígula e dos seus libertos. (QUEIRÓS, 2008, p. 416)

Algumas doenças não eram vistas como castigos divinos, e sim como uma espécie de virtude pelos religiosos. Logo ao início do romance há um relato sobre a Santa de Arregaça,

uma senhora que há mais de vinte anos estaria entrevada, que era vista pelas beatas como uma santa a quem era atribuída uma série de milagres. João Eduardo, acusado logo de cético e sem religião, atribui à senhora uma doença nervosa, conforme diziam os médicos. As beatas escandalizadas, no entanto, afirmam que toda a graça pedida à enferma lhes é concedida e que, ao comungar, a Santa chegaria a levitar.

Amaro perguntou então:

— Quem é a Santa da Arregaça? (...)

— Olhe, senhor pároco, começou a Sra. D. Joaquina Gansoso endireitando-se no xale, falando com solenidade: a Santa é uma mulher que aqui há numa freguesia perto, que está há vinte anos na cama... (...)

Houve entre as velhas um silêncio comovido. João Eduardo, que por trás das velhas, de pé, com as mãos nos bolsos, sorria mordicando o bigode, disse então:

— Olhe, senhor pároco, a coisa é o que os médicos dizem: é que aquilo é uma doença nervosa. (...)

— Olhe, também lho digo, exclamou a Sra. D. Josefa Dias, o senhor é um homem sem religião e sem respeito pelas coisas santas. (...)

— Está entrevadinha de todo, senhor pároco! rompeu a irmã do cônego, ávida de falar. Parece uma alminha de Deus! Os bracinhos são isto! — E mostrava o dedo mínimo. — Para a gente a ouvir é necessário pôr-lhe a orelha ao pé da boca! (...)

— Mas que faz então a Santa? perguntou o padre Amaro, para pacificar.

— Tudo, senhor pároco, disse a Sra. D. Joaquina Gansoso: está sempre de cama, sabe rezas para tudo; pessoa por quem ela peça tem a graça do Senhor; é a gente apegar-se com ela e cura-se de toda a moléstia. E depois, quando comunga, começa a erguer-se, e fica com o corpo todo no ar, com os olhos erguidos para o Céu, que até chega a fazer terror. (QUEIRÓS, 2008, pp. 71-73)

Por acreditar no que diziam os médicos, João Eduardo é duramente repreendido. Para as “pessoas de bons costumes”, era um grande ceticismo descrever dos prodígios da suposta santa e crer na racionalidade dos médicos. Posteriormente, quando tenta dissuadir Amélia do casamento com o escrevente, Amaro relembra este episódio, buscando convencer-lhe da irreligião do rapaz: “Ainda me lembro, na primeira noite que aqui passei, com que desacato ele falou da Santa da Arregaça!...” (QUEIRÓS, 2008, p. 222)

Outras enfermidades eram vistas como possessão demoníaca, sobretudo aquelas de cunho nervoso, envolvendo problemas mentais. É o caso de Totó, a filha do sineiro Esguelhas, que tem o diagnóstico de histeria pelo Dr. Gouveia, mas é vista como endemoniada pelos religiosos. Como a história se passa numa cidade sob forte influência da Igreja, a opinião que prevalece entre a população é a da possessão demoníaca.

O tio Esguelhas, viúvo, tinha uma filha de quinze anos parálitica, desde pequena, das pernas. “O diabo embirrou com as pernas da família”, costumava dizer o tio Esguelhas. Era decerto esta desgraça que lhe dava uma tristeza taciturna. Contava-se que a rapariga (cujo nome era Antônia, e que o pai chamava Totó) o torturava com perrices, frenesis, caprichos abomináveis. O doutor Gouveia declarou-a *histérica*: mas era uma certeza, para as pessoas de bons princípios, que a Totó estava *possuída do Demônio*. Houvera mesmo o plano de a exorcismar; o senhor vigário-geral, porém, sempre assustado com a imprensa, hesitara em conceder a permissão ritual, e tinham-lhe feito apenas, sem resultado, as aspersões simples de água benta. (QUEIRÓS, 2008, pp. 219)

Devemos ressaltar o trecho: “para as pessoas de bons princípios, que a Totó estava possuída do Demônio”. As pessoas que já possuíam algum tipo de esclarecimento, proveniente da evolução da ciência, como o próprio Dr. Gouveia, criam na histeria como causa do estado da menina. Entretanto, como o pensamento racional não era visto com bons olhos pelos religiosos, a ideia de possessão cabia àqueles que tinham “bons princípios”. As beatas acreditavam então que era necessário aproximar a alma da moça de Deus para que assim obtivesse a cura e a libertação, e não uma intervenção médica.

Neste caso, o “endemoniamento” era visto com dúvida mesmo por alguns padres. Quando Amélia fica aterrorizada com a ideia de um demônio ao lado de suas relações com Amaro, o pároco também parece questioná-la, alegando que o desenvolvimento da ciência lançava um novo olhar sobre este tipo de problema:

Andava agora aterrada: viera-lhe a ideia que Deus estabelecera ali, ao lado do seu amor com o pároco, um demônio implacável para a escarnecer e apupar. Amaro, querendo-a tranquilizar, dizia-lhe que o nosso santo padre Pio IX, ultimamente, declarara pecado crer em pessoas possessas...

— Mas para que há rezas, então, e exorcismos?

— Isso é da religião velha. Agora vai-se mudar tudo isso... Enfim a ciência é a ciência... (QUEIRÓS, 2008, pp. 346)

O abade Ferrão também não tem certeza quanto ao “endemoniamento” e levanta dúvidas quanto a isso. Apresentado como um padre simples de província, mas com ideias superiores aos de seus colegas de Leiria, Ferrão passa por um clérigo mais esclarecido, mais compromissado com a religião que professa, mantendo-a pura. Por vezes ele aceita a Ciência como explicação para fatos que a Igreja julga como provenientes do campo espiritual. Cônego Dias aguardava a chegada de Amélia para ir ver Totó, quando encontrou com o abade e lhe convidou para acompanhá-lo na visita à doente. Diante à insistência do cônego, o abade argumentou:

O abade então confessou ao caro colega que eram coisas que não gostava de examinar. Aproximava-se sempre delas com um espírito rebelde à crença, com desconfianças e suspeitas que lhe diminuíam a imparcialidade.

— Mas enfim há prodígios! disse o cônego. — Apesar das suas próprias dúvidas, não gostava daquela hesitação do abade, a propósito dum fenómeno sobrenatural, em que ele, cônego Dias, estava interessado. Repetiu com segura: — Tenho alguma experiência, e sei que há prodígios.

— Decerto, decerto há prodígios, disse o abade. Negar que Deus ou a Rainha do Céu possa aparecer a uma criatura, é contra a doutrina da Igreja... Negar que o demônio possa habitar o corpo de um homem, seria estabelecer um erro funesto... Aconteceu a Jó, sem ir mais longe, e à família de Sara. Está claro, há prodígios. Mas que raríssimos que são, cônego Dias! (QUEIRÓS, 2008, pp. 354-355)

O próprio cônego Dias alimentava certas dúvidas sobre este assunto, ainda obscuro para a Igreja, mas não viu com bons olhos a desconfiança do abade Ferrão. Isto lhe ofendia por se tratar de um assunto que lhe despertava interesse. Logo, tentou impor autoridade e dissipar suas próprias dúvidas quando disse que tinha alguma experiência e que, portanto, tinha certeza que havia prodígios. O abade então levanta uma questão que fica em aberto na discussão, quando o cônego corta a conversação com a chegada de Amélia. Ferrão repara que o “endemoniamento” era algo que sucedia apenas às mulheres, os prodígios de santos e a aparição mesmo destes santos nunca ocorriam a homens respeitáveis, clérigos ou juizes de Direito.

— E depois não tem o colega notado que é uma coisa que só sucede às mulheres? É só a elas, cuja malícia é tão grande que o próprio Salomão não lhes pôde resistir, cujo temperamento é tão nervoso, tão contraditório, que os médicos não as compreendem. É só a elas que sucedem prodígios!... O colega já ouviu de ter aparecido a nossa Santa Virgem a um respeitável tabelião? Já ouviu dum digno juiz de direito possuído do espírito maligno? Não. Isto faz refletir... E eu concluo que é malícia nelas, ilusão, imaginação, doença, etc... Não lhe parece? A minha regra nesses casos é ver tudo isso de alto e com muita indiferença. (QUEIRÓS, 2008, p. 355)

As possíveis explicações sugeridas pelo abade são várias: imaginação, ilusão, doença. Como seres mais vulneráveis à religião, as mulheres pareciam mais propensas a imaginarem estes prodígios. S. Joaneira relembra o que dizia o senhor chantre, seu antigo amante, quanto à vulnerabilidade das mulheres: “neste mundo, as duas coisas que se pegavam mais às mulheres eram tísicas e demônio no corpo” (QUEIRÓS, 2008, p. 352). Embora as beatas e os religiosos alimentassem a ideia geral de que não devia haver dúvidas entre as pessoas de bem, e que decerto o que afligia Totó era o demônio que lhe habitava o corpo, em algumas passagens fica claro que este assunto não era completamente incontestável e esclarecido, uma vez que os próprios clérigos alimentavam dúvidas íntimas quanto à veracidade da explicação religiosa.

Para a cura das doenças em geral era natural ao povo beato recorrer à intervenção dos santos. No entanto, não deixavam de procurar também a Medicina, pois, aliando seus xaropes e sua ciência à influência dos santos devotos, acreditava-se que era possível conseguir a cura de maneira mais rápida e eficaz. João Eduardo se lembra da confiança que as beatas da Rua da Misericórdia depositavam em Dr. Gouveia que, “apesar de se escandalizarem com a sua irreligião, dependiam humildemente da sua ciência para os achaques, os flatos, os xaropes.” (QUEIRÓS, 2008, p. 251) Isso fica claro quando D. Josefa cai doente com uma pneumonia. A busca pela cura em igrejas, acendendo velas aos santos, é retratada, mas o médico está sempre ao lado, tratando a doente com sua ciência, e sendo inquirido pelas beatas.

E então, durante semanas, na tranquila casa do cônego, foi um alvoroço de dedicações aflitas: as amigas, quando se não espalhavam pelas igrejas a fazer promessas e a implorar os seus santos devotos, estavam lá em permanência, saindo e entrando no quarto da doente com passos de fantasmas, acendendo aqui e além lamparinas às imagens, torturando o doutor Gouveia com perguntas piegas. À noite na sala, com o candeeiro a meia luz, era pelos cantos um cochichar de vozes lúgubres; e ao chá, entre cada mastigadela de torrada, havia suspiros, lágrimas furtivamente limpadas... (QUEIRÓS, 2008, p. 390)

Quando a cura enfim ocorre, as beatas acreditam que seria fruto das suas orações devotas aos santos, embora soubessem que a Medicina também exercera a sua parte. Criam que o auxílio médico só era de todo eficaz se aliado às orações.

Enfim, uma manhã, o doutor Gouveia declarou D. Josefa livre de perigo. Foi um vivo regozijo para as senhoras — certa, cada uma, que aquilo era devido à intervenção particular do seu santo devoto. (...) Mas enfim o doutor Gouveia, apesar de anunciar uma convalescença longa e delicada, dissera rindo ao cônego, diante das amigas (depois de ter visto D. Josefa manifestar o seu primeiro desejo, o desejo de se chegar à janela) que com muita cautela, tónicos, e as orações de todas aquelas boas senhoras — a mana estava ainda para amores...
— Ai doutor, exclamou D. Maria, as nossas orações não lhe hão-de faltar...
— E eu não lhe hei-de faltar com os tónicos, disse o doutor. De modo que, o que resta é congratularmo-nos. (QUEIRÓS, 2008, p. 392)

Dr. Gouveia, conhecendo a fé das senhoras, com jovialidade, atribui a cura alcançada, tanto aos seus tónicos, quanto às orações feitas por cada uma delas.

Quando o médico descobre a gravidez de Amélia, admitindo a tendência das beatas de depositarem demasiada confiança nos santos, a adverte: “Manda-me chamar. Não te fies muito nos teus santos... Eu entendo mais disso que Santa Brígida ou lá quem é.” (QUEIRÓS, 2008, p. 439).

Havia um costume de se fazerem promessas e orações como primeira medida diante de uma doença. Quando as beatas ficaram sabendo que padre Natário caíra da égua e quebrara uma perna, logo se lembraram da necessidade de intervir junto aos santos de sua devoção, cada uma pensando naquele com quem mais acreditava ter influência.

Era necessário também assegurar a intervenção do Céu: e cada uma se prontificou a usar do seu valimento com os santos da sua intimidade; D. Maria da Assunção, que ultimamente praticava com Santo Eleutério, ofereceu a sua influência; D. Josefa Dias encarregava-se de interessar Nossa Senhora da Visitação; D. Joaquina Gansoso afiançou S. Joaquim. (QUEIRÓS, 2008, p. 374)

A esposa do boticário Carlos também recorre ao céu como primeiro socorro quando tem uma filha acometida por sarampo. Ela corre à igreja a fim de fazer promessas, mesmo não se tratando de uma enfermidade grave: “Amparo, mulher do boticário, que tinha uma criança com sarampo, e, apesar de não ser coisa de cuidado, ‘viera à cautela fazer uma promessa’” (QUEIRÓS, 2008, p. 234). Pouco depois D. Josefa visitaria a criança, reforçando a fé nas

orações e na promessa, que eram vistas às vezes como mais eficiente que os remédios.

D. Josefa então quis ver a menina com o sarampo. Mas não passou da porta do quarto, recomendando à pequena, que arregalava uns olhos de febre, muito abafada na roupa, "não se descuidasse das suas oraçõezinhas de manhã e à noite". Aconselhou à Amparo alguns remédios, que eram milagrosos no sarampo; mas se a promessa fora feita com fé, a menina podia considerar-se curada... (QUEIRÓS, 2008, p. 235)

Em certo momento esta crença nas orações em detrimento da busca por auxílio médico é ridicularizada no romance. Quando cônego Dias passa mal após um jantar com D. Josefa, Amaro e Amélia, sua irmã coloca-se de joelhos em orações enquanto ele geme suas dores na cama. Amaro chama a atenção de D. Josefa para a ineficácia de tal atitude e da necessidade imediata de se fazer alguma coisa prática.

Amaro então, realmente assustado, entrou-lhe no quarto. D. Josefa de joelhos diante da cômoda gemia orações a uma grande litografia de Nossa Senhora das Dores; e o pobre padre-mestre, estirado de barriga sobre a cama, rilhava o travesseiro.
— Mas minha senhora, disse o pároco severamente, não se trata agora de rezar. É necessário fazer-lhe alguma coisa... Que se lhe costuma fazer? (QUEIRÓS, 2008, p. 310)

Depois que o cônego se sente mais aliviado de suas dores e por fim adormece, D. Josefa volta a buscar a intervenção junto aos santos: “Acendera duas velas a S. Joaquim, e fizera uma promessa a Nossa Senhora da Saúde. Era a segunda aquele ano, por causa da dor do mano. E Nossa Senhora não lhe tinha faltado...” (QUEIRÓS, 2008, p. 311).

Outra crença nutrida pelos religiosos e citada em *O Crime do Padre Amaro* é o chamado “mito do anjinho”. Cria-se que, quando um bebê morria, transformava-se em um pequeno anjo no céu. Como era comum a morte de crianças no parto, Amaro alimenta uma grande esperança de que seu filho nasça morto, como uma maneira de se ver livre de um problema que lhe poderia causar escândalo. E o cônego Dias, em muito parecido no caráter com Amaro, ameniza este desejo cruel pautando-o no “mito do anjinho”: “A felicidade, Padre-Mestre, era que a criança nascesse morta! – Era um anjinho mais – rosnou o cônego sorvendo sua pitada.” (QUEIRÓS, 2008, p. 397)

Quando Amaro questiona Dionísia quanto a uma ama para entregar seu filho, ela lhe conta a história de Carlota, chamada *tecedeira de anjos* por morrerem todas as crianças que lhe chegavam à mão para criação. O nome consistia num eufemismo para uma mulher que assassinava crianças com o consentimento daqueles que lhas entregavam, uma vez que, de forma velada, sabiam de sua fama e que com ela as crianças não viveriam. Assim, também preferiam crer que o que aquela mulher fazia era transformar todas as crianças em pequenos anjos.

Amaro também lamenta a sua existência quando se vê sem saída diante da gravidez de Amélia. Ele chega a desejar ter sido ele mesmo assassinado logo depois de nascer, mais uma vez tentando amenizar a culpa por desejar tão veementemente a morte do próprio filho, e justificá-la como melhor destino possível.

E continuava passeando tristemente pelo quarto. Realmente o nome era bem posto, *tecedeira de anjos*... Com razão. Quem prepara uma criança para a vida com o leite do seu peito, prepara-a para os trabalhos e para as lágrimas... Mais vale torcer-lhe o pescoço, e mandá-la direita para a eternidade bem-aventurada! Olha ele! Que vida a sua, nesses trinta anos atrás! Uma infância melancólica, com aquela pega da marquesa de Alegros; depois a casa na Estrela, com o alarve do tio toucinheiro; e daí as clausuras do seminário, a neve constante de Feirão, e ali em Leiria tantos tranSES, tantas amarguras... Se lhe tivessem esmagado o crânio ao nascer, estava agora com duas asas brancas, cantando nos coros eternos. (QUEIRÓS, 2008, p. 454)

Ao final, quando ainda oscila quanto ao destino do filho, questionando se de fato deveria entregá-lo à *tecedeira de anjos*, Amaro decide-se por fim pelo seu assassinato. De forma dissimulada, o pároco mais uma vez se baseia no “mito do anjinho” para atribuir a Deus o auxílio em sua decisão: “Era decerto Deus apiedado que não queria que houvesse na terra mais um enjeitado, mais um miserável, — e que reclamava o seu anjo!...” (QUEIRÓS, 2008, p. 465).

Muitos mitos ainda circundavam o imaginário do povo português, sobretudo ligados à fé e à religião. A ciência se desenvolvia, mas *O Crime do Padre Amaro* mostra que os religiosos ainda conservavam alguns pensamentos antigos, como a doença vista como um castigo divino ou mito do anjinho (quando lhes convinha).

Ciência e religião: uma já admitia a presença da outra, chegando ao ponto de caminharem juntas em uma enfermidade, como ocorre na ocasião do reestabelecimento de D. Josefa. A religião já aceitava a intervenção da ciência e a via como necessária, assim como a ciência ainda admitia a presença da religião ao seu lado.

3.3. Curandeirismo, parteiras, boticários e remédios caseiros: a busca pela cura por outros meios.

Assim como ocorre até hoje, muitos personagens de *O Crime do Padre Amaro* também exerciam “sua própria Medicina”, e pelo saber popular indicavam os melhores medicamentos, óleos e plantas eficazes para as mais diversas enfermidades. Havia ainda a crença em benzedeadas, em parteiras, que disputavam lugar com os médicos, e em boticários, que também exerciam sua Medicina. A ciência efetivamente encontrava bastante

concorrência, e o povo buscava os mais diversos meios a fim de obter a cura.

Padre Silvério é um personagem muito adepto dos remédios caseiros. Uma de suas distrações era colecionar receitas de Medicina caseira e repassá-las aos seus fieis e colegas. Em dado momento, Silvério chega a receitar uma de suas soluções ao padre Natário, que pede um medicamento para dores de ouvido, na verdade como uma desculpa para tentar descobrir o autor do *Comunicado* que difamara a ele e a outros padres. Silvério o atende com presteza:

Havia porém duas semanas, uma tarde de chuva Natário fizera repentinamente uma visita ao padre Silvério — sob pretexto que “o pilhara ali uma pancada de água, e que se vinha recolher um instante”.

— E também, acrescentou, para lhe pedir a sua receita para a dor de ouvidos, que uma das minhas sobrinhas, coitada, está como doida, colega!

O bom Silvério, esquecendo decerto que ainda nessa manhã vira as duas sobrinhas de Natário sãs e satisfeitas como dois pardais, apressou-se a escrever a receita, todo feliz de utilizar os seus queridos estudos de Medicina caseira. (QUEIRÓS, 2008, p. 207)

Todos os demais sempre tinham um remédio pronto a ser receitado. Como não se teve sempre a presença acessível do médico, a busca pelos remédios caseiros tornou-se tradição, sendo a primeira coisa procurada em caso de enfermidade. Com as orações e devoções pessoais, a cura se fazia ainda mais rapidamente. Quando a filha de Amparo contrai sarampo, D. Josefa exerce sua Medicina aconselhando alguns “remédios milagrosos”. Artur Couceiro, sempre com a sua “tossezita” e as dores no peito decorrentes da tísica, é aconselhado por uma das amigas da Rua da Misericórdia que tentasse o uso do óleo de fígados de bacalhau, mas, segundo ele, isso já não surtia efeito.

Quando o cônego Dias passa mal após um jantar em sua casa, na companhia do padre Amaro e de Amélia, D. Josefa afirma que o melhor remédio nestas horas era sempre o chá de tília, que infelizmente não tinha em casa à mão. A criada Gertrudes corre para buscar um médico. Com a demora, Amaro chega a conseguir a planta, mas o cônego se sente aliviado e adormece antes que pudessem lhe administrar o chá. Ele traz consigo a Dionísia, “que vinha oferecer a sua atividade e a sua experiência” (QUEIRÓS, 2008, p. 311). A mulher, além de parteira, também tinha alguma experiência com a Medicina caseira, e por isso fora trazida em auxílio na falta de um médico.

As beatas da Rua da Misericórdia logo se lembram de muitos remédios eficazes quando ficam sabendo da perna quebrada do padre Natário: “Todos lembraram logo remédios que se lhe devia mandar, foi uma gralhada de oferecimentos — ligaduras, fios, um unguento das freiras de Alcobaça, meia garrafinha dum licor dos monges do deserto de ao pé de Córdova...” (QUEIRÓS, 2008, p. 374) Cada uma, com sua Medicina própria, indicava a melhor solução para aliviar as dores do clérigo.

Quando Amaro vai visitá-lo, Natário reclama muito dos médicos e da Medicina em geral, sobretudo por ter sua fratura mal tratada ao início, o que ocasionara uma lenta recuperação, que o tolhia por muitos dias, impedindo-o de se vingar dos seus inimigos. O aspecto do quarto é descrito, assim como o é na ocasião da doença de D. Josefa, e percebe-se um ambiente desagradável, em que predominam os ares de doença. Além disso, a falta de higiene, as pontas de cigarro e as expectorações negras sobre o soalho tornam o lugar ainda mais lúgubre.

Outras vezes ia ao colega Natário, cuja fratura, mal tratada ao princípio, o retinha ainda na cama com o aparelho na perna. Mas aí, enjoava-o o aspecto do quarto — impregnado dum cheiro de arnica e de suor, com uma profusão de trapos ensopados em malgas vidradas, e esquadões de garrafas sobre a cômoda entre fileiras de santos. Natário, mal o via aparecer, rompia em queixas: as cavalgadas dos médicos! A sua má sorte habitual! As torturas a que o forçavam! O atraso em que estava a Medicina neste maldito país!... E ia salpicando o soalho negro de expectorações e de pontas de cigarro. Desde que estava doente, a saúde dos outros, sobretudo dos amigos, indignava-o como uma ofensa pessoal.

— E você sempre rijo, hem? Pudera! — murmurava com rancor.

E pensar que aquela besta do Brito nunca lhe doera a cabeça! E que o alarve do abade se gabava de nunca ter estado na cama depois das sete da manhã! Animais! (QUEIRÓS, 2008, pp. 404-405)

Natário faz uma crítica à Medicina neste trecho, pois a demora no seu reestabelecimento se daria devido a um erro no tratamento recomendado a princípio pelos médicos. Suas sobrinhas apresentam então outra opção à cura: a busca por uma benzedeira que teria sido responsável pelo reestabelecimento de outras pessoas: “O seu grande desgosto era que o titi não mandasse vir a benzedeira pôr-lhe virtude na perna: era o que tinha curado o morgadinho da Barrosa, e o Pimentel de Ourém...” (QUEIRÓS, 2008, p. 405)

O boticário Carlos é outro personagem que, assim como a parteira Dionísia, passa por ter alguma ciência e receita remédios aos doentes que lhe chegam à farmácia. Embora somente os médicos pudessem de fato tratar os doentes, havia um costume em consultar boticários que, pelo conhecimento que tinham dos remédios, frequentemente tinham uma indicação a fazer. Carlos, sempre que é colocado em cena, tem observações científicas a fazer, seja qual for o assunto. Embora seja muito dado à ciência, é um pequeno-burguês conservador, defende veementemente o clero e a religião católica, pois acredita que um mundo que não tenha a direção da religião estará correndo sérios riscos quanto à moral e aos bons costumes. Além disso, é inquilino do cônego Dias. Por depender dele, sendo um pouco “ronceiro na renda”, tem sempre palavras de louvor à Igreja. Outras vezes expressa sua opinião crítica quanto ao clero, como é relatado logo no início, quanto ao padre José Miguéis, por quem nunca escondeu sua antipatia: “Lá vai a jiboia esmoer. Um dia estoura!” (QUEIRÓS, 2008, p. 17). Ou quanto às reuniões de clérigos e beatas na Rua da Misericórdia:

“a Sé’, como dizia com tédio o Carlos da botica, ‘era agora na Rua da Misericórdia’” (QUEIRÓS, 2008, p. 94).

O boticário, que tivera um papel menos desenvolvido nas duas primeiras edições do romance, toma um “ar majestoso” atrás da bancada de sua farmácia na edição definitiva, e receita fórmulas para aqueles que se acham incomodados. Se nas primeiras edições a descrição da farmácia, da bancada e dos remédios ofuscava a presença do farmacêutico, na terceira edição o personagem se sobressai, sobretudo quando tem oportunidade de falar sobre a sua ciência.

— Então, se me dá licença... E como vai o nosso cônego?

— Não tornou a ter a dor. Mas tem sofrido de tonturas.

— Começos de Primavera, disse o Carlos que retomara o seu ar majestoso, de pé no meio da sala, com os dedos nas aberturas do colete. Também eu me tenho sentido perturbado... Nós, as pessoas sanguíneas, sofremos sempre disto que se pode chamar o renascimento da seiva... Há uma abundância de humores no sangue, que, não sendo eliminados pelos canais próprios, vão, por assim dizer, abrir caminho, aqui e além, pelo corpo, sob a forma de furúnculo, espinha, nascida, às vezes, em lugares bem incômodos, e, ainda que em si insignificantes, acompanhados sempre, por assim dizer, dum cortejo... Perdão, sinto o praticante a falar... Se me dá licença... Respeitos ao nosso cônego. Que use a magnésia de James! (QUEIRÓS, 2008, p. 235)

Quando o padre Amaro é atacado por João Eduardo, Carlos o socorre com ares de médico, procurando tratar o possível ferimento: “Apressou-se a conduzir o senhor pároco para a botica; fez preparar, com estrépito, flor de laranja e éter; gritou pela esposa, para arranjar uma cama... Queria examinar o ombro de sua senhoria: haveria intumescência?” (QUEIRÓS, 2008, p. 278). Sempre buscava diagnosticar os problemas, não apenas os de saúde, mas também os da sociedade. E receitava fórmulas, como o faz ao cônego Dias no exemplo acima, indicando a “magnésia de James”.

Dionísia é outra personagem importante em *O Crime do Padre Amaro*. Além de ser cúmplice do padre Amaro, participa do parto de Amélia. Neste episódio é possível perceber o lugar que os médicos disputavam também com as parteiras. Para o parto de Amélia é dada preferência a Dionísia, e o médico só se manteria por perto para o caso das coisas se complicarem. Antes o próprio médico havia recomendado uma outra parteira, pelo costume de se procurar estas profissionais nestes momentos, quando a Medicina era buscada somente em último caso: “A Dionísia vinha também frequentemente: devia ser a parteira, apesar do doutor Gouveia ter aconselhado a Micaela, matrona duma experiência de trinta anos.” (QUEIRÓS, 2008, p. 444) Quando chega o momento do parto, Amélia prefere chamar ambos, Dionísia e Dr. Gouveia, já prevendo que pudesse haver algum problema: “Nessa manhã viera da Ricoça um moço da quinta com um bilhete de Amélia quase ininteligível — *Dionísia*

depressa, a coisa chegou! Trazia ordem também de ir chamar o senhor Gouveia.” (QUEIRÓS, 2008, p. 463) Amélia sentia mais segurança ao saber que o doutor também estava ao pé de si, pronto para qualquer imprevisto: “era forte, e o parto, com a presença do doutor, seria apenas uma hora de dores.” (QUEIRÓS, 2008, p. 443).

Mesmo quando as coisas se complicam, a parteira vê com maus olhos os procedimentos médicos, e demonstra isso em um diálogo com o abade Ferrão.

— Eu não quis dizer nada... Que o senhor doutor tem um gênio!... Mas sangrar a rapariga naquele estado é querer matá-la... Que ela tinha perdido pouco sangue, é verdade... Mas nunca se sangra ninguém em semelhante momento. Nunca, nunca!
 — O senhor doutor é homem de muita ciência...
 — Pode ter a ciência que quiser... Eu também não sou nenhuma tola... Tenho vinte anos de experiência... Nunca me morreu nenhuma nas mãos, senhor abade... Sangrar em convulsões? Até causa horror!...
 Estava indignada. O senhor doutor tinha torturado a criaturinha. Até lhe quisera administrar clorofórmio... (QUEIRÓS, 2008, p. 478)

Dionísia desaprova a atitude do médico de sangrar Amélia logo após o parto. Abade Ferrão ainda tenta defendê-lo e mostrar à parteira que o doutor era um homem de muita ciência. Dionísia não se importa com o entendimento científico do médico, e se coloca no mesmo nível que ele, alegando não ser tola, e colocando seus vinte anos de experiência ao lado da ciência do doutor.

Em um momento anterior, Dionísia já havia mostrado a Amaro que entendia tanto de partos, quanto de abortos, oferecendo seus serviços ao padre para o que fosse necessário: “Quando o senhor pároco quiser é chamar-me da janela para o quintal, disse ela do alto da escada. Para tudo o que precisar. De tudo sei um bocadinho; até de desarranjos e de partos...” (QUEIRÓS, 2008, p. 326)

Em uma sociedade onde o médico ainda estava conquistando seu espaço, era natural que convivesse com parteiras, boticários, medicina caseira, etc. E, sobretudo por se tratar de pessoas fortemente influenciadas por um catolicismo exacerbado, as benzedadeiras não poderiam deixar de ser referidas como alternativa à cura. Ainda se acostumando com a presença dos médicos, que paulatinamente ganhavam a confiança da população, não se deixava de buscar tratamento pelos meios já utilizados por alguns séculos.

3.4. Dr. Gouveia e a Medicina em *O Crime do Padre Amaro*

3.4.1. A construção da personagem ao longo das três edições.

Na primeira edição de *O Crime do Padre Amaro* publicou-se de fato um primeiro borrão, contra a vontade do próprio Eça. Muitos personagens que se encontram na versão definitiva não existiam na primeira, e alguns nem na segunda edição. Outros, que já existiam nas versões anteriores, são muito mais aprofundados na versão final, ganhando um novo viés e uma importância especial no enredo. Não é o objetivo deste trabalho fazer uma análise minuciosa das diferenças entre as versões de 1875, 1876 e 1880. Contudo, será feita uma breve comparação da construção da personagem Dr. Gouveia ao longo destas três edições.

O Dr. Gouveia não existe na versão de 1875. Surge em poucas cenas na versão de 1876 e, finalmente, ganha um maior espaço na versão final, de 1880. Sua presença é extremamente importante para a exposição de ideias positivistas e naturalistas, em contraste com algumas ideias vistas então como obsoletas, propagadas pelos religiosos.

Na primeira versão, a inexistência de Dr. Gouveia leva João Eduardo a buscar ajuda em outro personagem na ocasião do rompimento com Amélia. Ele procura um advogado chamado Dr. Silves, personagem extinto posteriormente. Nesta versão de 1875 não há um médico da cidade, que trate das famílias do romance, o que só passa a existir na edição de 1876. A primeira aparição do Dr. Gouveia na edição de 1880, quando pela primeira vez cuida da Amélia ainda adolescente, não é sua primeira cena na versão de 1876. Tal episódio seria protagonizado por outro personagem, chamado Dr. Gregório, presente apenas neste momento. Dr. Gouveia só seria apresentado algumas páginas à frente, no capítulo VIII, quando aconselha S. Joaneira a providenciar um casamento para a filha.

Ao outro dia a febre acalmou. O dr. Gregório tranquilizou a S. Joaneira com uma simples palavra:

– Nada de sustos, minha rica senhora: são os quinze anos da rapariga. Hão-de-lhe vir amanhã as vertigens e os enjoos. Depois acabou-se.

A S. Joaneira tinha compreendido.

– Esta rapariga tem o sangue vivo e há-de ter as paixões fortes! disse o velho prático, sorrindo e sorvendo a sua pitada. (QUEIRÓS, 2000, p. 236)

O trecho da segunda edição é quase idêntico, mudando, dentre poucos detalhes, apenas o nome da personagem. A forma pela qual o narrador chama o médico – velho prático – e o costume de sorver a pitada são comuns ao Dr. Gouveia.

Outro médico surge ainda, já na terceira edição, somente para diagnosticar a morte

iminente de Totó. Dr. Cardoso, que possui uma única aparição, pinta a morte da menina de maneira muito prática e nada eufêmica: “É destas, meu amigo, tinha ele dito, que é trás... trás... — era a sua maneira de pintar a morte, que, quando tem pressa, conclui o seu trabalho com uma fouçada aqui, outra além.” (QUEIRÓS, 2000, p. 363)

Há uma cena importante, em que Dr. Gouveia lança muitas das suas ideias a João Eduardo, quando este o procura após rompimento com Amélia. Esta cena inexistente na versão de 1876, em que o médico quase não tem voz. Nas poucas vezes em que aparece, vem para tratar de Amélia e depois de D. Josefa, sem grandes oportunidades de expor as teorias em que acreditava. Num breve trecho, pode-se perceber que talvez Eça já o quisesse fazer naturalista, numa versão embrionária do que seria o Dr. Gouveia da edição posterior: “Estás na verdade. A natureza manda conceber, não manda casar. O casamento é uma fórmula administrativa, (...) mas como naturalista acho que te tornaste útil, e regozijo-me.” (QUEIRÓS, 2000, p. 908) Talvez seja este o único momento em que o médico tem a oportunidade de exprimir um pouco a sua opinião, nesta versão de 1876. Suas aparições se resumem a visitas a Amélia no início do romance, e a D. Josefa, ao final, sem grandes falas.

Na versão de 1876, a doença de D. Josefa é tratada muito rapidamente, e não há a intervenção do Dr. Gouveia logo no início. Aqueles que tratam da beata são referidos de maneira genérica, e quem a acompanha mais de perto em sua convalescença é a amiga, S. Joaneira: “Os médicos receavam sobretudo a idade e a fraqueza. A S. Joaneira tinha corrido logo aflita – e daí por diante tinha-se estabelecido sua enfermeira, passava lá os dias.” (QUEIRÓS, 2000, p. 820) Na versão final, Dr. Gouveia acompanha de perto a recuperação de D. Josefa, quando sua enfermidade é descrita passo a passo, como já discutido neste trabalho. O papel do médico ganha relevo no restabelecimento de D. Josefa, na terceira versão, quando ele aparece como um bom prático, que inspira segurança e de fato consegue a cura.

Além disso, é extremamente importante a sua convivência com as beatas, que precisavam de sua ciência, embora se escandalizassem com sua irrelição. Se não fosse o Dr. Gouveia um médico, com certeza as boas senhoras não se atreveriam a dirigir-lhe a palavra, por medo do fogo do inferno, como de fato ocorre depois a João Eduardo. Quando o rapaz é tido como um herege pelos padres de Leiria, as senhoras se encarregam de eliminar tudo o que lhe pertencia, bem como de se manter distantes daquele que julgavam pronto ao inferno. Sujeitavam-se, apesar de tudo, à convivência com o Dr. Gouveia, não escondendo por vezes certa simpatia pelo médico, talvez por necessitarem, fosse como fosse, de seus conhecimentos.

O caráter paternal do Dr. Gouveia também é referido na segunda edição, quando

descobre a gravidez de Amélia: “E começou, com um modo todo paternal, a dar-lhe conselhos sobre a maneira de andar, de se deitar e de se lavar...” (QUEIRÓS, 2000, p. 908) Contudo, ao contrário da edição de 1880, na versão de 1876 ele sorri cinicamente quando conclui que a enfermidade inicial de Amélia decorreria da necessidade de realização sexual:

Aquela excitação contínua deu-lhe uma febre. Esteve alguns dias de cama. O dr. Gouveia veio vê-la. Estava toda pálida, com grandes olheiras. O velho prático saiu do quarto, com um pequeno sorriso cínico.

– Então, sr. doutor? disse a S. Joaneira.

– Case-me esta rapariga, S. Joaneira, case-me esta rapariga. Tenho-lho dito tantas vezes, criatura!

– Mas sr. doutor...

– Mas case-a por uma vez, S. Joaneira, case-a por uma vez!

E saiu, arrastando um pouco a perna, como costumava e rindo baixo. (QUEIRÓS, 2000, pp. 372-374)

A atitude do médico remeteria a algum tipo de juízo feito por ele quanto à moça, demonstrando também um pouco do seu caráter. Na edição final, Dr. Gouveia é completamente neutro, limitando-se a dar o diagnóstico: “O velho prático, depois de ver Amélia, veio à sala de jantar sorvendo com satisfação a sua pitada” (QUEIRÓS, 2000, p. 373) Na versão final, fica claro o desejo de Eça de distinguir Dr. Gouveia dos padres, através de um ar mais neutro, de homem de ciência, pouco afeito a juízos moralizantes. Estes cabiam frequentemente aos padres e à religião, que estavam sempre prontos a julgar e punir. A ciência tão somente constatava os fatos, sem emitir qualquer opinião relacionada à moral, o que fica claro no comportamento do Dr. Gouveia.

A principal cena protagonizada pelo médico é a que ocorre na ocasião do parto de Amélia, quando trava uma discussão sobre ciência e religião com o abade Ferrão. Como este personagem só apareceria na edição de 1880, este momento também não é narrado na edição de 1876. Apenas estão presentes ao parto de Amélia o padre Amaro, que aguarda para dar um destino à criança, e Dionísia, a parteira. Mesmo tendo oferecido seus serviços, Dr. Gouveia não é chamado quando as coisas se complicam.

Na terceira versão, o médico é descrito como um homem bom e de muita confiança, independente de sua irreligião. Alguns traços físicos reforçariam a sua postura, sempre na ocasião de sua aparição: o modo grave de caminhar, as longas barbas grisalhas, o largo chapéu desabado da cabeça, a perna um pouco manca devido a um reumatismo. Estas características sempre são retomadas, acompanhadas por seu sorriso paternal e sua inseparável pitada. A cena do doutor em seu consultório caracteriza bem sua figura imponente de médico respeitável: “Mas a porta abriu-se. O doutor estava diante dele, com a sua longa barba grisalha que lhe caía sobre a quinzena de veludo preto, o largo chapéu desabado na

cabeça, calçando as luvas de fio de escócia” (QUEIRÓS, 2008, p. 253)

As longas barbas do doutor são por vezes retomadas em sua descrição, como marca de sua autoridade, conhecimento e superioridade: “João Eduardo ouvia com respeito, com espanto estas frases, a que a face plácida, a bela barba grisalha do doutor davam uma autoridade maior.” (QUEIRÓS, 2008, p. 255)

Sua figura era tão imponente que inspirava medo em Amélia, por sua possível reação ao encontrá-la grávida, sendo ainda solteira. Para a rapariga, o médico da família, que a tratava desde bem cedo, com certeza lhe lançaria um olhar condenador que a faria estremecer.

Fora também por esse tempo que o doutor Gouveia começara a vir à Ricoça, porque D. Josefa tinha piorado com os dias mais frios do Outono. Amélia, ao princípio, à hora da visita, fechava-se no seu quarto, tremendo à ideia de ver o seu estado descoberto pelo velho doutor Gouveia, o médico da casa, aquele homem duma severidade legendária. (QUEIRÓS, 2000, p. 438)

Quando Amélia encontra com o Dr. Gouveia na Ricoça, vendo a tristeza da moça por seu estado vexatório, ele não a condena, mas expõe suas ideias (tão dentro do ideário positivista da época) quanto ao casamento. Ele demonstra que não reprovava de todo, como a sociedade o fazia, a sua gravidez. Mesmo sem entender as teorias do doutor, Amélia se regozija com as suas palavras, pois lhe pareciam representar perdão. Além disso, elas lhe transmitiam confiança, sobretudo pelo “ar de infalibilidade do médico”, atribuído também à sua aparência, em especial às barbas grisalhas.

Todas estas palavras que em parte não compreendia bem, mas em que sentia uma vaga justificação e uma bondade de avô indulgente, sobretudo aquela ciência que lhe prometia a saúde e a que as barbas grisalhas do doutor, umas barbas de Padre Eterno, davam um ar de infalibilidade, reconfortaram-na, aumentaram a serenidade que havia semanas gozava, desde a sua confissão desesperada na capela dos Poiais. (QUEIRÓS, 2008, p. 439)

Amélia pede ao médico que não conte às pessoas da cidade sobre sua gravidez. Na versão de 1876, Dr. Gouveia chama Amélia de estúpida e se ofende com a atitude da moça: “Far-me-ás, todavia, o favor de me não supores linguareiro como os padres, e as beatas das suas relações.” (QUEIRÓS, 2000, p. 908) Já na versão final, o médico compreende sua preocupação: “está na lógica do teu temperamento.” (QUEIRÓS, 2000, p. 908) Afinal, convivendo em meio às beatas que ansiavam por um mexerico, era natural que ela o julgasse de igual caráter. Sendo mais pacífico e indulgente na versão final, o médico já não se ofende com Amélia, e entende seu comportamento.

Mais uma vez há um claro contraponto entre Dr. Gouveia e os padres, onde fica evidente o seu caráter completamente diverso do comumente seguido por clérigos e beatas.

Porém, mais ainda, pode-se dizer que o contraponto se estabelece entre a atitude do homem de ciência, que tão somente se limita a observar os fatos e emitir conselhos médicos, e o senso comum, tão propenso a emitir julgamentos e fazer condenações.

Dr. Gouveia representa uma classe que teve grande importância no final do século XIX, a classe dos médicos. A ascensão da Medicina, a presença dos médicos no dia a dia das famílias e a confiança que passou a lhes ser depositada são demonstradas através da evolução deste personagem de *O Crime do Padre Amaro*. Sua construção é feita gradativamente. Conforme o enredo vai se desenvolvendo, ele vai ganhando espaço para apresentar a sua ciência e suas ideias. O relevo que ganha ao longo das versões demonstra talvez um firme propósito de Eça de apresentar um quadro mais amplo da “vida devota” na província, menos maniqueísta, com personagens que podem forjar, se não um embate direto com os padres no campo das ações, pelo menos um confronto de ideias e propósitos.

3.4.2. Dr. Gouveia: porta-voz do século

Através do Dr. Gouveia são feitas críticas ao celibato dos padres e ao batismo de crianças, dois temas fortemente polêmicos na esfera católica. A princípio, ele é apresentado como o médico de Amélia, que trata da rapariga desde seus quinze anos. Ele ressurgue em outros momentos, sempre aconselhando S. Joaneira a casar Amélia, por perceber que a moça tinha “sangue vivo” dado a “paixões fortes”. Sua única aparição fora do contexto da casa dos doentes dá-se quando é procurado em seu consultório por João Eduardo, ocasião em que pode expor muito do seu pensamento.

João Eduardo vê no Dr. Gouveia sua única salvação para restaurar o noivado com Amélia. Como homem de ciência, instruído e respeitado dentro daquela sociedade, o rapaz vê no médico alguém que poderia arrasar o padre Amaro e expulsá-lo do convívio na Rua da Misericórdia. Mesmo Dr. Gouveia sendo, segundo João Eduardo, “inimigo declarado da padraria”, ele era extremamente respeitado entre as beatas:

E uma esperança imensa alumiu-lhe bruscamente a alma: o doutor Gouveia é que o podia salvar! O doutor era seu amigo; tratava-o por tu desde que o curara havia três anos da pneumonia; aprovava muito o seu casamento com Amélia; havia ainda semanas perguntara-lhe ao pé da Praça: — “Então, quando se faz essa rapariga feliz?” E que respeitado, que temido na Rua da Misericórdia! Era médico de todas as amigas da casa que, apesar de se escandalizarem com a sua irreligião, dependiam humildemente da sua ciência para os achaques, os flatos, os xaropes. Além disso, o doutor Gouveia, inimigo decidido da padraria, decerto se ia indignar com aquela intriga beata: e João Eduardo via-se já entrando na Rua da Misericórdia atrás do doutor Gouveia, que repreendia a S. Joaneira, arrasava o padre Amaro, convencia as velhas, — e a sua felicidade recomeçava, inabalável agora! (QUEIRÓS, 2008, p. 251)

João Eduardo se sente feliz por ser amigo da figura influente que era Dr. Gouveia, e relembra quando fora curado de uma pneumonia, ocasião em que passaram a se tratar por *tu*. De fato, ele viria a ajudá-lo posteriormente. É com uma carta de recomendação do Dr. Gouveia que João consegue empregar-se em um cartório de Lisboa, depois de exilado de Leiria. A amizade com o médico lhe dava *status*, o que é visto quando o jovem chega ao consultório e declara que não estava doente, mas estava ali porque teria negócios a tratar com o doutor: “— E vossa senhoria, é coisa de cuidado? perguntou ele. — Eu não estou doente, disse o escrevente. São negócios com o senhor doutor. Os dois homens olharam-se com inveja.” (QUEIRÓS, 2008, p. 253)

O diálogo de Dr. Gouveia e João Eduardo é extremamente importante, pois mostra algumas teorias em voga no final do século XIX, defendidas por naturalistas e positivistas. Quando João Eduardo termina o relato sobre as injustiças cometidas contra ele e as investidas do padre Amaro por conquistar Amélia, o médico expõe de forma simples o que pensava de toda aquela situação, tão complexa para o rapaz.

O doutor escutava-o, cofiando a barba.

— Vejo o que é. Tu e o padre, disse ele, quereis ambos a rapariga. Como ele é o mais esperto e o mais decidido, apanhou-a ele. É lei natural: o mais forte despoja, elimina o mais fraco; a fêmea e a presa pertencem-lhe.

Aquilo pareceu a João Eduardo um gracejo. Disse, com a voz perturbada:

— Vossa excelência está a caçar, senhor doutor, mas a mim retalhasse-me o coração!

— Homem, acudiu o doutor com bondade, estou a filosofar, não estou a caçar... Mas enfim, que queres tu que eu te faça? (QUEIRÓS, 2008, p. 254)

Ideias darwinistas sobre a sobrevivência do mais forte são expostas por Dr. Gouveia, quando discute sobre a disputa entre Amaro e João Eduardo por Amélia. Prevaleceria a lei do mais forte, segundo a qual “o mais esperto e o mais decidido”, conseguiria laçar sua presa, alcançando assim o objetivo. Ele analisa friamente as motivações fisiológicas para o romance entre Amaro e Amélia. Como naturalista, o médico defendia o condicionamento do ser humano às suas características biológicas, além de sofrer forte influência de Charles Darwin.

Tentando mostrar a João Eduardo a forma de pensar de Amélia, e porque lhe seria impossível recuperá-la, o médico explica como funcionava o “cérebro de devota” da rapariga, que estava fadada a seguir somente o que lhe era ordenado pela Igreja, numa suprema dependência dos padres para guiarem a sua vida.

— Escuta. E a rapariga, descartando-se de ti em obediências às instruções do senhor padre fulano ou sicrano, comporta-se como uma boa católica. É o que te digo. Toda a vida do bom católico, os seus pensamentos, as suas ideias, os seus sentimentos, as suas palavras, o

emprego dos seus dias e das suas noites, as suas relações de família e de vizinhança, os pratos do seu jantar, o seu vestuário e os seus divertimentos — tudo isto é regulado pela autoridade eclesíastica (abade, bispo ou cônego), aprovado ou censurado pelo confessor, aconselhado e ordenado pelo diretor da consciência. O bom católico, como a tua pequena, não se pertence; não tem razão, nem vontade, nem arbítrio, nem sentir próprio; o seu cura pensa, quer, determina, sente por ela. O seu único trabalho neste mundo, que é ao mesmo tempo o seu único direito e o seu único dever, é aceitar esta direção; aceitá-la sem a discutir; obedecer-lhe, dê por onde der; se ela contraria as suas ideias, deve pensar que as suas ideias são falsas; se ela fere as suas afeições, deve pensar que as suas afeições são culpadas. Dado isto, se o padre disse à pequena que não devia nem casar, nem sequer falar contigo, a criatura prova, obedecendo-lhe, que é uma boa católica, uma devota conseqüente, e que segue na vida, logicamente, a regra moral que escolheu. Aqui está, e desculpa o sermão. (QUEIRÓS, 2008, p. 255)

O que é retratado pelo médico já havia sido referido pelo narrador diversas vezes, na caracterização de Amélia. Desde quando se vê apaixonada pelo padre Amaro, a rapariga pensa em soluções para sua situação, seja através de encontros furtivos para a satisfação sexual, seja pelo aniquilamento daquele sentimento em seu coração. No momento em que o *Comunicado* torna quase pública a paixão, ela busca uma maneira de salvar sua reputação, mas não é capaz de encontrar nada que não seja ligado ao seu mundo de devota.

— Que hei-de eu fazer? que hei-de eu fazer? murmurava, às vezes, com as mãos apertadas na cabeça. O seu cérebro de devota apenas lhe fornecia soluções devotas — entrar num recolhimento, fazer uma promessa a Nossa Senhora das Dores “para que a livrasse daquele apuro”, ir confessar-se ao padre Silvério... E terminava por se vir sentar resignadamente ao pé da mãe com a sua costura, considerando, muito enternecida, que desde pequena fora sempre bem infeliz! (QUEIRÓS, 2008, p. 188)

Amélia dependia tão fortemente da Igreja que não era capaz de tomar decisões por si só. Em tudo buscava sempre auxílio na amizade que tinha com Nossa Senhora das Dores, ou procurava seu padre confessor.

Muitas mulheres eram dirigidas inteiramente pelos padres, pois eram vistas como “espíritos fracos” que precisavam de alguém que lhes orientasse. E muitos padres se aproveitavam disso, tirando partido em benefício próprio, como fica bem claro na fala do padre Natário quanto à confissão: “A coisa então vai pelas mulheres, mas vai segura! Da confissão tira-se grande partido.” (QUEIRÓS, 2008, p. 121)

A suposta fragilidade das mulheres é bem demonstrada também na fala de Amaro, quando convence D. Josefa que o melhor para Amélia seria ter a ele como seu confessor: “A rapariga é um espírito fraco; como a maior parte das mulheres não se sabe dirigir por si; necessita por isso um confessor que a governe com uma vara de ferro, a quem ela obedeça, a quem conte tudo, a quem tenha medo... É como deve ser um confessor.” (QUEIRÓS, 2008, p. 230) Quando enfim torna-se amante do padre Amaro, encontra nele alguém que pudesse dominá-la completamente, e assim entrega-se por inteiro.

E não lho ocultava; gozava em se humilhar, oferecer-se sempre, sentir-se toda dele, toda escrava; queria que ele pensasse por ela e vivesse por ela; descarregara-se nele, com satisfação, daquele fardo da responsabilidade que sempre lhe pesara na vida; os seus juízos agora vinham-lhe formados do cérebro do pároco, tão naturalmente como se saísse do coração dele o sangue que lhe corria nas veias. “O senhor pároco queria ou o senhor pároco dizia” era para ela uma razão toda suficiente e toda poderosa. Vivia com os olhos nele, numa obediência animal: tinha só a curvar— se quando ele falava, e quando vinha o momento a desapertar o vestido. (QUEIRÓS, 2008, p. 121)

João Eduardo fica desapontado, pois agora lhe parecia impossível recuperar o amor de Amélia e, ao contrário do que esperava, Dr. Gouveia não está disposto a acompanhá-lo à Rua da Misericórdia para defendê-lo. Segundo o médico, ele poderia “receitar à rapariga *este ou aquele xarope*”, mas não lhe poderia “impor *este ou aquele homem!*” O rapaz ainda tenta convencê-lo afirmando que fora caluniado como “um homem de maus costumes”, porém mais uma vez o Dr. Gouveia lhe mostra que, segundo a moral católica, nada do que fora dito era calúnia. Em vez de se indignar perante aquela sociedade que tachava como patifes todos aqueles que não cumpriam os seus deveres de devoto, não jejuavam, não frequentavam as missas ou não se confessavam, Dr. Gouveia evidencia ironicamente uma realidade comprovada, causando certo mal-estar no leitor, que percebe a veracidade de suas afirmações.

— Meu rapaz, tu podes ter socialmente todas as virtudes; mas, segundo a religião de nossos pais, todas as virtudes que não são católicas são inúteis e perniciosas. Ser trabalhador, casto, honrado, justo, verdadeiro, são grandes virtudes; mas para os padres e para a Igreja não contam. Se tu fores um modelo de bondade mas não fores à missa, não jejuares, não te confessares, não te desbarretares para o senhor cura — és simplesmente um maroto. (...) Enfim, amigo, estas coisas são assim. E parece que são boas, porque há milhares de pessoas respeitáveis que as consideram boas, o Estado mantém-nas, gasta até um dinheirão para as manter, obriga-nos mesmo a respeitá-las, — e eu, que estou aqui a falar, pago todos os anos um quatinho para que elas continuem a ser assim (...) que vai ajudar a manter o esplendor da Igreja — da Igreja que em vida me considera um bandido, e que para depois de morto me tem preparado um inferno de primeira classe. (QUEIRÓS, 2008, p. 256)

Quando por fim João Eduardo percebe que não há solução para o seu caso, deseja então o fim dos padres, que fossem todos varridos da Terra.

O Dr. Gouveia chama a atenção de João Eduardo para a contradição em que vivia: apesar de tudo, ele ainda acreditava em Deus, na Criação, almejava o Céu, entre outras crenças católicas. O médico constata que João Eduardo era um “liberal racionalista nos limites da Carta”. Assim, mesmo dando valor à razão e ao pensamento lógico, João Eduardo era moderado, tal qual a Carta, de modo que não suportava os exageros da religião, mas cria em um Deus a quem devotava seu culto pessoal. Dr. Gouveia destaca que João necessitava dos padres, queria preparar-se para o Paraíso, e portanto devia ser ensinado por eles. Atônito, João Eduardo pergunta por que o médico também não necessitaria dos padres. Dr. Gouveia

expõe então sua religião, que não precisava de um deus físico como a dos católicos. O próprio médico admite que suas doutrinas eram subversivas, pois um católico que as ouvisse decerto se escandalizaria.

Eu não preciso dos padres no mundo, porque não preciso do Deus do Céu. Isto quer dizer, meu rapaz, que tenho o meu Deus dentro de mim, isto é, o princípio que dirige as minhas ações e os meus juízos. Vulgo Consciência... Talvez não compreendas bem... O fato é que estou aqui a expor doutrinas subversivas... E realmente são três horas... (QUEIRÓS, 2008, p. 258)

O médico aconselha João Eduardo a esquecer de Amélia e todos da Rua da Misericórdia. O rapaz lamenta o amor que lhe era impossível arrancar do peito. Mais uma vez, Dr. Gouveia analisa as paixões do rapaz pelo lado prático, atribuindo seus desejos a outro órgão, que não o coração. Para o médico, sua ligação com Amélia seria muito mais sexual do que sentimental, e sendo assim, seria mais fácil esquecê-la.

Olha que isso às vezes não é paixão, não está no coração... O coração é ordinariamente um termo de que nos servimos, por decência, para designar outro órgão. É precisamente esse órgão o único que está interessado, a maior parte das vezes, em questões de sentimento. E nesses casos o desgosto não dura. Adeus, estimo que seja isso! (QUEIRÓS, 2008, p. 259)

Como único médico da cidade, Dr. Gouveia circula pelas casas de muitas pessoas, mas as duas pacientes que mais requerem sua atenção são D. Josefa e Amélia. A primeira contrai uma pneumonia e precisa de seus cuidados na parte final do romance. Dr. Gouveia administra tônicos à senhora, convivendo mais de perto com as beatas. Neste momento ele não expõe qualquer teoria, mas respeita e incentiva a fé das senhoras, que creem que suas orações sarariam mais rápido a amiga enferma. Já Amélia é tratada pelo médico desde o início, com suas febres nervosas, até o derradeiro momento do parto. É neste momento que o prático ganha voz.

Logo que descobre a gravidez da rapariga, percebendo sua vergonha, Dr. Gouveia fala do que de fato era importante para a ordem natural das coisas: conceber, dar “um bom mocetão ao Estado”. Era claro que uma moça grávida ainda solteira representava um escândalo pelas regras morais daquela sociedade, e o casamento era importante para evitar o que se supunha “imoral”. Contudo, segundo os princípios do médico, essas ideias da sociedade não importavam, quando valorizadas as características biológicas do homem: “O casamento é uma fórmula administrativa”. Notando que a moça não compreendia o que dizia, Dr. Gouveia muda de assunto e passa a lhe dar conselhos sobre higiene durante o período da gestação. Ao final do diálogo, quando Amélia lhe pede que não comente com ninguém sobre

seu estado, o doutor lhe pergunta por que não se casara com João Eduardo, e dessa forma não precisaria pedir segredo, pois estaria dentro das regras: casada e grávida, concebendo dentro do ambiente saudável do lar e da família. Logo na mesma sequência o médico afirma: “Enfim, isso para mim é um detalhe secundário... O essencial é o que te disse...” (QUEIRÓS, 2008, p. 439)

No derradeiro momento de sua gravidez, Amélia encontra dois portos seguros que lhe trazem certa tranquilidade na hora do parto: o Dr. Gouveia e o abade Ferrão, que lhe apresenta um Deus bondoso e perdoador, diferente daquele que conhecera no catecismo.

E com a sua natureza de boa rapariga tinha um reconhecimento sincero pelo abade. Como dissera a Amaro naquela tarde, “devia-lhe tudo”. Era o que sentia agora também pelo doutor Gouveia, que vinha regularmente ver a velha de dois em dois dias. Eram os seus bons amigos, como dois papás que o Céu lhe mandava — um que lhe prometia a saúde, outro a graça. (QUEIRÓS, 2008, p. 442)

Não é a toa que estas duas figuras são colocadas lado a lado. Até o final do romance podem-se perceber várias discussões entre o padre e o médico, enquanto Amélia se ocupava com suas costuras: “O doutor Gouveia às vezes encontrava-se com o abade Ferrão; ambos se estimavam; depois da visita à velha, iam para o terraço, e começavam logo as suas eternas questões sobre Religião e sobre Moral.” (QUEIRÓS, 2008, p. 443) Mas somente uma destas discussões é descrita pelo narrador, levando o leitor a refletir sobre as duas teorias defendidas. Ao final do romance, depois do parto de Amélia, o abade Ferrão e o Dr. Gouveia travam um longo debate, interrompido pela piora do estado de saúde de Amélia.

O médico toca em um assunto muito delicado para a Igreja: o batismo de crianças. Para ele, não havia razão para batizar um indivíduo que ainda não tinha nenhuma consciência de nada. Isso era impor-lhe inteiramente a religião de seus pais.

E agora, dizia o doutor trinchando o peito do frango, agora que eu introduzi a criança no mundo, os senhores (e quando digo os senhores, quero dizer a Igreja) apoderam-se dele e não o largam até a morte. (...) A Igreja, continuava o doutor com serenidade, começa, quando a pobre criatura ainda nem tem sequer consciência da vida, por lhe impor uma religião... (QUEIRÓS, 2008, p. 470)

Ferrão, que por um momento permanecera calado apenas ouvindo os argumentos do Dr. Gouveia, a uma crítica tão dura ao batismo de crianças, logo repreende o médico, advertindo-o quanto ao perigo de excomunhão. Mais uma vez, Dr. Gouveia não se indigna perante as punições impostas pela Igreja Católica, mas age com ironia e irreverência, irritando o abade:

O abade interrompeu, meio sério, meio rindo:

— Ó doutor, ainda que não seja senão por caridade com a sua alma, devo adverti-lo que o sagrado Concílio de Trento, cânnon décimo terceiro, comina a pena de excomunhão contra todo o que disser que o batismo é nulo, por ser imposto sem a aceitação da razão.

— Tomo nota, abade. Eu estou acostumado a essas amabilidades do Concílio de Trento para comigo e outros colegas...

— Era uma assembleia respeitável! acudiu o abade já escandalizado.

— Sublime, abade. Uma assembleia sublime. O Concílio de Trento e a Convenção foram as duas mais prodigiosas assembleias de homens que a terra tem presenciado...

O abade fez uma visagem de repugnância àquele cotejo irreverente entre os santos autores da doutrina e os assassinos do bom rei Luís XVI. (QUEIRÓS, 2008, p. 471)

O batismo de crianças é retomado logo depois, no dia seguinte ao parto de Amélia. Enquanto na edição de 1876 a manhã de Amaro é ocupada por uma missa encomendada por D. Maria da Assunção, na edição de 1880 o pároco celebra o batizado do filho do Guedes, dono de uma loja de ferragens em Leiria. O acontecimento produz grande enfado em Amaro, que conduz aquela cena repleta de pessoas contentes pelo bebê, enquanto ele próprio fora pai no dia anterior e entregara seu filho a uma assassina, sem poder também ele regozijar-se por seu batismo. O fato é descrito minuciosamente, recheado de críticas sutis e muita ironia. Não é por acaso que Eça opta por esta cerimônia religiosa no lugar da missa de D. Maria, presente na versão de 1876. De fato, percebe-se nesta cena que muito do que falara o médico algumas páginas atrás confirmava a posição do narrador quanto ao batismo de crianças.

Ao fundo da igreja, com o pensamento bem longe da Ricoça e na Barrosa, foi engorolando à pressa as cerimônias: soprando em cruz sobre a face do pequerrucho, para expulsar o Demônio que já habitava aquelas carinhas tenras; impondo-lhe o sal sobre a boca, para que ele se desgostasse para sempre do sabor amargo do pecado e tomasse gosto a nutrir-se só da verdade divina; tocando-o com saliva nas orelhas e nas narinas, para que ele não escutasse jamais as solicitações da carne e jamais respirasse os perfumes da terra. (...) Amaro, então, pondo de leve o dedo sobre a touquinha branca, exigiu do pequerrucho que ele, ali em plena Sé, renunciasse para sempre a Satanás, às suas pompas e às suas obras. O sacristão Matias, que dava em latim as respostas rituais, renunciou por ele — enquanto o pobre pequerrucho abria a boquinha a procurar o bico da mama. (QUEIRÓS, 2008, p. 481)

O retrato detalhado deste episódio permite ao leitor refletir sobre o absurdo da religião imposta a alguém que tinha como única atitude voluntária a busca pelo bico da mama. Mesmo não tendo qualquer consciência do que era a religião, precisava estar sob suas ordens desde o momento de seu nascimento. E a cena termina com outra frase marcada pela ironia queirosiana: “Enfim, acabara! Amaro correu à sacristia a desvestir-se — enquanto a parteira grave, o papá Guedes, as senhoras enternecidas, as velhas devotas e os gaiatos saíam ao repique dos sinos; e agachados sob os guarda-chuvas, chapinhando a lama, lá iam levando em triunfo Francisco, o novo cristão.” (QUEIRÓS, 2008, p. 482)

Dr. Gouveia ainda discute outros assuntos com o abade Ferrão enquanto Amélia descansa do parto. Depois de esgotarem o assunto sobre a religião imposta às crianças,

Dionísia aparece à sala informando que a rapariga acordara e agora reclamava o filho. Diante de tal cena, ambos emudecem e não conseguem retomar a discussão que se direcionava para a formação das línguas na Torre de Babel. Dr. Gouveia não tarda, entretanto, a começar outro assunto, o celibato dos padres, afirmando que “eram aquelas as consequências da situação do padre na sociedade...”. E expõe o que pensa sobre o assunto tão polêmico:

— Aí tem o abade uma educação dominada inteiramente pelo absurdo: resistência às mais justas solicitações da natureza, e resistência aos mais elevados movimentos da razão. Preparar um padre é criar um monstro que há-de passar a sua desgraçada existência numa batalha desesperada contra os dois fatos irresistíveis do Universo — a força da Matéria e a força da Razão!

— Que está o senhor a dizer? exclamou assombrado o abade.

— Estou a dizer a verdade. Em que consiste a educação dum sacerdote? *Primo*: em o preparar para o celibato e para a virgindade; isto é, para a supressão violenta dos sentimentos mais naturais. *Secundo*: em evitar todo o conhecimento e toda a ideia que seja capaz de abalar a fé católica; isto é, a supressão forçada do espírito de indagação e de exame, portanto de toda a ciência real e humana... (QUEIRÓS, 2008, p. 473)

Além da crítica à abstinência sexual, Dr. Gouveia também argumenta contra a castração de ideias, algo imposto aos padres, que não podem adquirir qualquer conhecimento que esteja em desacordo com a fé católica ou que possa estremecê-la. As opiniões do Dr. Gouveia quanto à repressão do desejo nos padres viriam a confirmar o que pensava Amaro nos seus furores pela irrealização sexual e na revolta por ter sido feito padre:

Então, passeando excitado pelo quarto, levava as suas acusações mais longe, contra o Celibato e a Igreja: por que proibia ela aos seus sacerdotes, homens vivendo entre homens, a satisfação mais natural, que até têm os animais? Quem imagina que desde que um velho bispo diz — serás casto — a um homem novo e forte, o seu sangue vai subitamente esfriar-se? e que uma palavra latina — accedo — dita a tremer pelo seminarista assustado, será o bastante para conter para sempre a rebelião formidável do corpo? E quem inventou isto? Um concílio de bispos decrepitos, vindos do fundo dos seus claustros, da paz das suas escolas, mirrados como pergaminhos, inúteis como eunucos! Que sabiam eles da Natureza e das suas tentações? Que viessem ali duas, três horas para o pé da Ameliazinha, e veriam, sob a sua capa de santidade, começar a revoltar-se-lhe o desejo! Tudo se ilude e se evita, menos o amor! E se ele é fatal, por que impediram então que o padre o sinta, o realize com pureza e com dignidade? É melhor talvez que o vá procurar pelas vielas obscenas! — Porque a carne é fraca! (QUEIRÓS, 2008, pp. 157-158)

Tanto Amaro quanto Dr. Gouveia analisam o celibato dos padres como uma imposição contra as leis naturais. Os votos feitos quanto à abstinência sexual não eram impossíveis de serem quebrados, uma vez que o desejo não se extinguiu após o juramento. Desta forma, conforme ratifica o médico, criava-se um monstro impelido por um desejo que não lhe era permitido satisfazer.

Entre algumas interrupções de Dionísia sobre os choramingos de Amélia, o abade e o médico continuam sua discussão sobre a negação da ciência à religião, que logo é rebatido pelo religioso com argumentos de como a Igreja se servia da ciência. Dr. Gouveia discute

então sobre a decadência real da Igreja no século XIX em Portugal. Aquela que fora a mais poderosa, que depusera reis e controlara grandes Estados, agora se achava dependendo de favores, a mendigá-los ao ministro da justiça.

— Escusa de ir mais longe, abade. Veja a Igreja em Portugal. É grato observar-lhe o estado de decadência...

Pintou-lho a largos traços, de pé, com o seu frasco na mão. A Igreja fora a Nação; hoje era uma minoria tolerada e protegida pelo Estado. Dominara nos tribunais, nos conselhos da Coroa, na fazenda, na armada, fazia a guerra e a paz; hoje um deputado da maioria tinha mais poder que todo o clero do reino. Fora a ciência no país; hoje tudo o que sabia era algum latim macarrônico. Fora rica, tinha possuído no campo distritos inteiros e ruas inteiras na cidade; hoje dependia para o seu triste pão diário do ministro da Justiça, e pedia esmola à porta das capelas. Recrutara-se entre a nobreza, entre os melhores do reino; e hoje, para reunir um pessoal, via-se no embaraço e tinha de o ir buscar aos enjeitados da Misericórdia. Fora a depositária da tradição nacional, do ideal coletivo da pátria; e hoje, sem comunicação com o pensamento nacional (se é que o há) era uma estrangeira, uma cidadã de Roma, recebendo de lá a lei e o espírito... (QUEIRÓS, 2008, p. 475)

Dr. Gouveia viria a confirmar conclusões já tiradas por Amaro no início do romance, que ansiava poder punir João Eduardo pela sua não interdição para o amor, e Amélia, por ser a noiva do escrevente, mas que lamentava não estar mais nos tempos da Inquisição, época de poder supremo da Igreja. O pároco lamenta o poder limitado que possui na Igreja de então, e relembra com saudosismo os tempos em que era todo-poderosa e podia jogar homens e mulheres na fogueira, acusados de heresia.

Um mundo irreligioso reduzira toda a ação sacerdotal a uma mesquinha influência sobre almas de beatas... E era isto que lamentava, esta diminuição social da Igreja, esta mutilação do poder eclesiástico, limitado ao espiritual, sem direito sobre o corpo, a vida e a riqueza dos homens... O que lhe faltava era a autoridade dos tempos em que a Igreja era a nação e o pároco dono temporal do rebanho. Que lhe importava, no seu caso, o direito místico de abrir ou fechar as portas do Céu? O que ele queria era o velho direito de abrir ou fechar a porta das masmorras! Necessitava que os escreventes e as Amélias tremessem da sombra da sua batina... Desejaria ser um sacerdote da antiga Igreja, gozar das vantagens que dá a denúncia e dos terrores que inspira o carrasco, e ali naquela vila, sob a jurisdição da sua Sé, fazer estremecer, à ideia de castigos torturantes, aqueles que aspirassem a realizar felicidades — que lhe eram a ele interditas; e pensando em João Eduardo e em Amélia; lamentava não poder acender as fogueiras da Inquisição! (QUEIRÓS, 2008, p. 143-144)

Os argumentos do abade Ferrão nunca superam os de Dr. Gouveia, que tem muito mais voz durante a discussão. Na maior parte das vezes o abade fica atônito, nervoso ou corado. Sua resposta à decadência da Igreja é: “Pois se está assim tão prostrada, mais uma razão para a amar! — disse o abade, erguendo-se escarlate.” (QUEIRÓS, 2008, p. 475) Neste momento, quando rumina “toda uma argumentação eriçada de textos, de nomes formidáveis de teólogos, que ia fazer desabar sobre o doutor Gouveia” (QUEIRÓS, 2008, p. 475), se vê sozinho por meia hora e não tem mais a oportunidade de continuar o debate, pois Amélia piora e o médico passa a lutar por sua vida. Em reflexão durante suas orações, o abade tem a

certeza que diante de toda aquelas ciências, ideias, filosofias e glórias profanas, nada prevaleceria tanto quanto a cruz: “só ela permanece e permanecerá, a cruz — esperança dos homens, confiança dos desesperados, amparo dos frágeis, asilo dos vencidos, força maior da humanidade” (QUEIRÓS, 2008, p. 477)

Quando enfim é chamado por já não se poder fazer nada por Amélia, o abade faz uma última declaração em defesa de sua fé ao Dr. Gouveia, tentando fazê-lo perceber que no derradeiro momento, teorias ou ideias não tinham valor algum, mas o que havia reservado para o homem era o Céu ou o Inferno, de acordo as ações desta vida julgadas pela justiça divina:

O abade então recolheu o Breviário, a cruz — mas antes de sair, julgando do seu dever de sacerdote pôr diante do médico racionalista a certeza da eternidade mística que se desprende do momento da morte, murmurou ainda:
— É neste instante que se sente o terror de Deus, o vão do orgulho humano...
O doutor não respondeu, ocupado a afivelar o seu estojo. (QUEIRÓS, 2008, p. 479)

O médico, que fora ao encontro da paciente quando a parteira já não conseguia mais solucionar o problema, agora autoriza os sacramentos do padre quando percebe que não há alternativa para a rapariga e que sua morte é certa. Entretanto, o próprio padre pede ao médico que permaneça, pois ainda possui esperanças de que ela melhore, e é um momento em que a ciência, na pessoa do Dr. Gouveia, se orgulha de suas capacidades que não podem ser satisfeitas somente pelos poderes da fé e da religião.

O abade saiu – mas, já no meio do corredor, voltou ainda, e falando com inquietação:
– O doutor desculpe... Mas tem-se visto, depois dos socorros da religião, os moribundos voltarem a si de repente, por uma graça especial... A presença do médico então pode ser útil...
– Eu ainda não vou, ainda não vou, disse o doutor, sorrindo involuntariamente de ver a presença da Medicina reclamada para auxiliar a eficácia da Graça. (QUEIRÓS, 2008, p. 479)

Este extenso diálogo que ocupa quase todo o capítulo XXIII de *O Crime do Padre Amaro*, e que inexistente nas versões de 1875 e 1876, traz à discussão alguns assuntos que tornam o romance mais maduro, questionando temas polêmicos e refletindo sobre certos assuntos que não eram claramente discutidos naquela sociedade. O romance leva o leitor a examinar e repensar certas ideias aceitas por leitores menos atentos. Este diálogo entre o abade e o Dr. Gouveia exige de certo modo um novo leitor, que ainda naquele momento se forjava no campo literário.

É importante notar que as ideias do Dr. Gouveia também têm ainda uma face bastante conservadora. Sua visão positivista não busca a felicidade do homem, mas quase reduz a espécie a macho e fêmea. Em nenhum momento Dr. Gouveia questiona se Amélia seria de

fato feliz ao lado do escrevente, o homem que ela não ama. O médico percebe apenas a opção como o melhor para suas necessidades fisiológicas de realização sexual, bem como para sua necessidade social de procriação dentro do casamento. Entretanto, não basta procriar e garantir a legitimidade dos filhos. Acima de tudo, era necessário que Amélia tivesse liberdade de escolha, coisa que ela não possui entre padres, nem teria se vivesse de acordo com as ideias do Dr. Gouveia. Ambos concordam quando a questão é o casamento segundo as regras morais daquela sociedade. O médico chega a afirmar que o importante não era casar, e sim conceber, mas ele entende que naquela sociedade não havia lugar para uma mulher que concebia sem a presença de um marido.² O que Dr. Gouveia propõe é que a menina se case com um homem forte e honesto, que fosse um bom pai de família e constituísse com ela uma família robusta e sã. Para isto João Eduardo servia, embora Amélia não o amasse. A felicidade é algo que permanece em segundo plano. O trecho a seguir, extraído do *Suplemento ao Dicionário de Eça de Queiroz*, verbete “Erotismo Queirosiano”, deixa clara a posição da mulher naquela sociedade: “A supressão da dimensão transcendente da figura feminina, a tradução da paixão pela fisiologia e a redução do eros ao instinto, acompanham a recusa da poética romântica e definem a mulher pela sua exclusiva materialidade.” (MATOS, 2000, p. 280)

² Quanto a isto, destaca-se o trecho a seguir, que demonstra o que a sociedade pensava a respeito deste assunto: “Perdida seria para a justiça, para o bem e para o direito, a sociedade cuja literatura consagrasse o adultério, celebrasse o desprezo pela paternidade e escarnecesse o trabalho”. MATOS, A. Campos (org.). *Suplemento ao Dicionário de Eça de Queiroz*. Lisboa: Ed. Caminho, 2000.

4. O DISCURSO MÉDICO EM *OS MAIAS*

Os Maias, considerado hoje obra-prima de Eça de Queirós, não foi assim logo visto na ocasião de seu lançamento, em junho de 1888. Ao ser apresentado ao público causou espanto por conter mais de novecentas páginas, divididas em dois grandes volumes. A crítica foi contundente, e poucos foram os que perceberam a importância da obra, dentre os quais podemos destacar Silva Gaio e Mariano Pina.

Fialho de Almeida é um dos que chamam a atenção para a extensão do romance: “São o trabalho torturante, desconexo, e difícil dum homem de gênio que se perdeu num assunto, e leva 900 páginas a encontrar-lhe saída.” (ALMEIDA apud LOURENÇO, 2000, p. 35) Por se tratar de um romance extenso para se fazer uma rápida leitura e análise, a crítica imediata ateu-se a certos pontos específicos da obra, sobretudo ao tema do incesto, ao rebater às duras análises feitas quanto à sociedade portuguesa e às críticas ao romantismo, através do personagem Tomás de Alencar.

Silva Gaio, que só escreveria sua impressão do romance quase um ano após a publicação de *Os Maias*, destacaria o verdadeiro valor da obra, escrevendo uma longa e detalhada crítica¹ ao que chamou de “mais belo sucesso literário do ano, em Portugal.” (GAIO apud LOURENÇO, 2000, p. 73) O jornalista Mariano Pina também publica suas impressões na revista *A Ilustração*, em agosto de 1888, apenas dois meses após a publicação do romance. Pina afirma que ainda era cedo para julgar ou classificar *Os Maias*,² e tece duras críticas àqueles que apontam como principal defeito a extensão do romance: “A Crítica arregimentada fez-se uma ideia tão pequena, tão curta do que seja romance, que considera como não sendo romance – todo o volume que excede as 300 páginas sacramentais das livrarias francesas.” (PINA apud LOURENÇO, 2000, p. 61)

A discussão sobre a figura real que estaria por detrás do personagem Tomás de Alencar tomou proporções maiores do que sobre a própria obra em si. Pinheiro Chagas, um dos inimigos de Eça, seria um dos maiores inspiradores desta discussão, que teria saído em defesa de Bulhão Pato. Este teria se visto em Alencar, e em resposta teria escrito *Duas Palavras* e *Lázaro Cônsul*, publicados em fevereiro de 1889. Eça escreveria então uma carta a Carlos Lobo de Ávila, publicada no *Tempo*, onde rebateria as acusações de Chagas e Pato,

¹ Destaca-se ainda o trecho que confirma a atenção especial dada por Gaio à extensa leitura, possibilitando perceber seu real valor: “Li vagarosamente, capítulo a capítulo, e página a página, num delicioso recolhimento de espírito, esta obra.” (GAIO apud LOURENÇO, 2000, p. 73)

² “Não é hoje o momento de poder julgar e classificar definitivamente, nem *Os Maias*, nem mesmo o primeiro romance que há quinze ou vinte anos escreveu o sr. Eça de Queirós. Esse momento há-de só chegar – daqui a cinquenta anos, quando se tiver dado o balanço literário à nossa geração.” (PINA apud LOURENÇO, 2000, p. 61)

num tom bastante irônico, tal qual lhe era característico.³

É certo que hoje o que é reconhecido como obra-prima de Eça de Queirós, por ele mesmo certamente percebido à época do lançamento (MÓNICA, 2009, 317), não recebeu a seu tempo o reconhecimento devido. A primeira edição demorou a se esgotar. *O Primo Basílio*, obra preferida pelo público, ia já à sua terceira edição em 1888. Quanto a *Os Maias*, só teria sua segunda edição publicada em 1904, quatro anos depois da morte do autor. Hoje não se pode negar a imensa importância deste romance dentre todas as obras queirosianas; já é o romance mais traduzido de Eça, superando *A Relíquia*. Fazendo um balanço do Portugal de seu século, *Os Maias* traz à discussão temas como literatura, política, educação, ciências, entre outros.

Quanto às características técnico-formais, depois dos romances *O Primo Basílio* e *O Crime do Padre Amaro*, *Os Maias* surge num momento de ruptura, que já vinha acontecendo desde a publicação de *O Mandarim* e *A Relíquia*. Configura um período de crise do naturalismo, reunindo traços naturalistas, mas sobretudo mesclando outras características que nada tem em comum com os romances naturalistas ortodoxos. Se por um lado há em *Os Maias* Eusebiozinho, que recebe uma educação católica e se torna um indivíduo fraco e covarde, por outro há Carlos, que recebe uma educação inglesa, que não pode ser considerada como motivo de seus infortúnios.

Atendo-se ao tema central deste trabalho, temos Carlos Eduardo, o protagonista, que escolhe como profissão a Medicina. Carlos não é um prático que vê tudo com os olhos da ciência, tal qual o é Julião ou Dr. Gouveia. Suas visões diferenciadas em certos momentos chegam a se opor ao cientificismo exagerado, deixando claro que os médicos em Eça vão muito além do papel de mero contraponto ao discurso religioso.

Também foram percebidas doenças e intervenções médicas em *Os Maias*, mas em muito menor escala do que em *O Crime do Padre Amaro*. *Os Maias* já não mostra um personagem defensor do cientificismo como saída para os maiores problemas sociais.

4.1. Enfermidades e tratamentos em *Os Maias*

Os Maias contempla a sociedade lisboeta, retratando seu dia a dia de jantares, *soirées*, saraus literários, discussões políticas, diferentemente de *O Crime do Padre Amaro*, que

³ “Se o sr. Bulhão Pato se reconheceu nos defeitos, então aqui temos um homem que em meio dos seus amigos se acerca do público e declara com serenidade: ‘Apareceu aí um romance em que há um poeta que é medíocre, um palrador, um farfante e um piteireiro. Ora com tão pífias qualidades só eu existo em Portugal. Esse poeta, portanto, sou eu!’”. *Notas Contemporâneas*, p. 160.

mostra a realidade de Leiria, uma província portuguesa.

Temporalmente o romance divide-se em quatro partes: início do século XIX, com a juventude de D. Afonso da Maia; meados do século, quando ocorre casamento e morte de Pedro da Maia; o ano de 1875, quando acontece a maior parte dos fatos narrados envolvendo Carlos e Maria Eduarda; e finalmente 1886, quando Carlos retorna a Lisboa e revê seu país que pouco mudara. Em todas estas fases há referências a doenças e males que assolavam os portugueses ao longo do século.

O aspecto adoentado de certos personagens é por vezes mencionado, como uma característica importante na descrição do caráter. Na primeira fase do romance temos madame Runa, esposa de D. Afonso, caracterizada, ao lado de algumas qualidades, como uma moça debilitada: “Foi então que conheceu d. Maria Eduarda Runa, filha do conde de Runa, uma linda morena, mimosa e um pouco adoentada.” (QUEIRÓS, 2003, p. 11) Percebe-se na descrição dos personagens que esta era uma característica comum aos portugueses que se apegavam exageradamente à religião. Pedro da Maia, que herda muitos traços de caráter da mãe e que recebe uma rígida educação católica, também é apresentado como uma criança fraca e débil, superprotegida pela mãe, que temia que enfermidades o atingissem:

Às vezes Afonso, indignado, vinha ao quarto, interrompia a doutrina, agarrava a mão do Pedrinho – para o levar, correr com ele sob as árvores do Tâmis, dissipar-lhe na grande luz do rio o pesadume crasso da cartilha. Mas a mamã acudia de dentro, em terror a abafá-lo numa grande manta: depois lá fora o menino, acostumado ao colo das criadas e aos recantos estofados, tinha medo do vento e das árvores: e pouco a pouco, num passo desconsolado, os dois iam pisando em silêncio as folhas secas – o filho todo acobardado das sombras do bosque vivo, o pai vergando os ombros pensativo, triste daquela tristeza do filho. (QUEIRÓS, 2003, p. 13)

Na caracterização de Pedro há uma coincidência semântica entre as palavras que foram utilizadas para descrevê-lo e descrever a sua mãe. Pedro teria então herdado sobretudo o caráter dos Runa, crescendo “pequenino e nervoso como Maria Eduarda, tendo pouco da raça, da força dos Maias.” (QUEIRÓS, 2003, p. 15) Ainda se percebe, na caracterização da segunda geração dos Maias, uma forte influência naturalista, que tem seu destino determinado fortemente na educação que recebera, e do qual não pode fugir. Contudo, isso não se verificará mais na caracterização de Carlos Eduardo.

Mais tarde, quando Carlos da Maia é uma criança, d. Ana Silveira frequenta sua casa em Santa Olávia com o filho e uma sobrinha que lhe são coleguinhas: Eusebiozinho e Teresinha. O primeiro também é criado sob uma forte influência da educação católica, e logo se destaca em sua caracterização uma referência ao seu aspecto mole e adoentado, que o acompanha toda vez em que é referido, mesmo quando já adulto: “E nada havia mais

melancólico que a sua facezinha trombuda, a que o excesso de lombrigas dava uma moleza e uma amarelidão de manteiga.” (QUEIRÓS, 2003, p. 48) Teresinha, que, quando criança era chamada por Carlos de sua noiva, “fizera-se uma rapariguinha feia, amarela como uma cidra.” (QUEIRÓS, 2003, p. 64)

O patriotismo e a política são discutidos no romance diversas vezes. No jantar no Hotel Central, alguns cavalheiros, dentre eles Alencar, Ega, Carlos, Dâmaso e Cohen, conversam sobre estes temas. Ega conclui enfim que Portugal não necessitava de reforma, mas sim de uma invasão espanhola. Sua afirmação causa escândalo aos mais patriotas, sobretudo Alencar, que se revolta e defende sua nação. Dâmaso, sempre preocupado apenas com o *chic* e venerando nações como França e Inglaterra, afirma simplesmente que, se tal ocorresse, fugiria sem demora para Paris, o que confirma a teoria de Ega: se algo neste sentido ocorresse, todos os portugueses fugiriam em massa. Carlos, assim como Alencar, defende Portugal e acredita que não haveria fuga, mas uma luta pela pátria. É então que Ega revela o seu ponto de vista sobre os portugueses:

Ega rugiu. Para quem estavam eles fazendo essa pose heroica? Então ignoravam que esta raça, depois de cinquenta anos de constitucionalismo, criada por esses saguões da Baixa, educada na piolhice dos liceus, roída de sífilis, apodrecida no bolor das secretarias, arejada apenas ao domingo pela poeira do Passeio, perdera o músculo como perdera o caráter, e era a mais fraca, a mais covarde raça da Europa? (...) A mais miserável raça da Europa! continuava ele a berrar. E que exército! Um regimento, depois de dois dias de marcha, dava entrada em massa no hospital! Com seus olhos tinha ele visto, no dia da abertura das Cortes, um marujo sueco, um rapagão do Norte, fazer debandar, a socos, uma companhia de soldados; as praças tinham literalmente largado a fugir, com a patrona a bater-lhe os rins; e o oficial, enfiado de terror, meteu-se para uma escada, a vomitar!... (QUEIRÓS, 2003, p. 117)

Para João da Ega, cinquenta anos de constitucionalismo tinham feito seus cidadãos sujeitos fracos e frágeis, com uma vida libertina contaminada pela sífilis, a “mais covarde raça da Europa”. Com uma vida de gabinetes, de liceu, não havia mais músculo entre os portugueses, algo tão privilegiado por Mr. Brown na educação inglesa que dera a Carlos.

Ao final do romance, depois de alguns anos passados em Paris, Carlos retorna a Lisboa e chama a atenção para a aparência amarelada dos portugueses em geral, que a seu ver pareciam sempre estar enfermos. Ele então expõe seu ponto de vista a respeito da saúde dos portugueses: “Isso é horrível quando se vem de fora! – exclamou Carlos. – Não é a cidade, é a gente. Uma gente feíssima, encardida, molenga, reles, amarela, acabrunhada!...” (QUEIRÓS, 2003, p. 473)

Jacinto do Padro Coelho chama a atenção para o romance *Os Maias* como um retrato de Portugal como objeto de reflexão. Tendo seu início nos conturbados anos vinte, prossegue reproduzindo o estatismo social das décadas de 70 e 80: “*Os Maias* encerram um pensamento

– destinam-se a fazer pensar. (...) Mas o que domina como objecto de reflexão é Portugal, personagem oculta por detrás das personagens visíveis. (...) O projeto global de escrever, de explicar Portugal como problema é, no romance, o seu mais forte princípio de unidade.” (COELHO, 1976, p. 188) Fica claro o aspecto multiforme e polifônico do romance: levar o leitor ao pensamento crítico e à reflexão sobre Portugal, e não explicar ou ensinar. Vários personagens expõem seus pontos de vista, não ficando claro quem seria talvez a voz do autor, ou algo que pudesse ser chamado de “verdade absoluta”. O próprio leitor lerá e refletirá em cima de cada comentário, de cada personagem, sobre a situação da sociedade e de seu país, chegando às suas próprias conclusões.

Em certo ponto do romance, quando se discutem as doenças que acometiam d. Diogo e o marquês, os personagens conversam sobre toda a gente que na verdade também sofria de alguma moléstia, por mais saudável que parecesse, e citam algumas das mais comuns: “Toda essa gente, parecendo forte por se ocupar de coisas fortes, no fundo tinha asma, tinha pedra, tinha gota...” (QUEIRÓS, 2003, p. 85) De fato, percebe-se que quase todos os personagens do romance adoecem em algum momento, exceto o próprio protagonista Carlos da Maia, sobre o qual não é referida qualquer enfermidade.

Bronquites, constipações, asma, catarro, pneumonia: as doenças do peito são recorrentes ao longo de toda a trama. Logo no início há referência às tosses de Madame Runa. Quando sente uma piora, a senhora imediatamente prevê que poderia lhe suceder o pior, e confessa a d. Afonso “‘sua ambição derradeira’, que era ver o sol uma vez mais!” (QUEIRÓS, 2003, p. 14), numa alusão ao seu desejo de voltar a Portugal, uma vez que estavam exilados na Inglaterra. E como eram comuns as mortes decorrentes deste mal, logo em seguida há uma alusão à morte de tia Fanny, que é acometida por uma pneumonia, doença quase sempre mortal nesta época. Clemence, esposa de Mr. Guimarães, também padece de uma doença do peito referida rapidamente. Seria esta a enfermidade que a teria matado, e Guimarães menciona o assunto para lembrar como Maria Monforte lhe auxiliara neste difícil período, vivendo na França com a esposa à morte.

O “catarro” também assolava grande parte da população, e em reuniões que recebiam muita gente, como o teatro ou o sarau que ocorre ao final do romance, fala-se de “uma tosse tímida de catarro que se desmanchava no silêncio, logo abafada no lenço” (QUEIRÓS, 2003, p. 398), ou nos “encatarroados [que] tossiam livremente.” (QUEIRÓS, 2003, p. 404)

D. Diogo, amigo de d. Afonso, sofre de bronquite e uma forte tosse que o debilitam. Na descrição deste personagem, há referências a esta doença, ressaltando um homem que outrora fora um dândi conquistador, mas que os anos e a doença transformaram num

“decrépito leão”, assolado pelas tosses e pelo horror às correntes de ar.

No escritório de Afonso da Maia ainda durava, apesar de ser tarde, a partida de *whist*. A mesa estava ao lado da chaminé, onde a chama morria nos carvões escarlates, no seu recanto costumado, abrigada pelo biombo japonês, por causa da bronquite de D. Diogo e do seu horror ao ar.

Esse velho *dandy*, – a quem as damas de outras eras chamavam o "Lindo Diogo", gentil toureiro que dormira num leito real – acabava justamente de ter um dos seus acessos de tosse, cavernosa, áspera, dolorosa, que o sacudiam como uma ruína, que ele abafava no lenço, com as veias inchadas, roxo até a raiz dos cabelos. (QUEIRÓS, 2003, p. 79)

Um tratamento ao qual D. Diogo recorria eram as gemadas e os emplastros, administrados por sua criada Margarida, com quem tinha um caso de amor. As gemadas, tão populares na história por representarem força, consistiam basicamente numa mistura de ovo cru e leite. Hoje já não é mais recomendada, pois há riscos de contaminação com a salmonela, bactéria que pode estar presente no ovo cru. Já os emplastros eram compressas de água quente ou fria, às vezes também administrados com produtos naturais. Foram utilizados durante anos nos tratamentos de doenças. Em *O Primo Basílio* vemos Julião lutando contra a morte de Luísa com emplastros. Quando Carlos Eduardo revela sua opção pela Medicina, a primeira coisa que os amigos da casa pensam é que “viesse a estragar a vida receitando emplastros”.

Por muitas vezes serem fatais as doenças do peito, havia um cuidado especial para que não se achassem surpreendidos por correntes de ar que provocariam estas enfermidades. O marquês, com panos enrolados no pescoço, em quase todas as vezes que aparece em cena teme por sua garganta: “No Aterro, temendo o ar do rio, o marquês quis tomar uma tipoia” (QUEIRÓS, 2003, p. 209). É apresentado como um hipocondríaco, preocupando-se exageradamente com a garganta e as doenças do peito que lhe poderiam acometer. Em uma outra cena, revela alguns dos muitos cuidados que tomava, como gargarejos de água com sal. Carlos, caçoando das cautelas excessivas do amigo, brinca com a força do homem português, o que parece irritá-lo um pouco:

O marquês veio chamá-los para dentro, impaciente, querendo fechar a porta envidraçada, outra vez preocupado com a garganta. E desejava antes de jantar ir ao quarto de Carlos gargarejar água e sal...

– E é isto um português forte! – exclamou Carlos, travando-lhe alegremente no braço.

– Eu sou piegas na garganta – replicou logo o marquês, desprendendo-se dele e olhando-o com ferocidade. – E você é-o no sentimento. E o Craft é-o na respeitabilidade. E o Damasozinho é-o na tolice. Em Portugal é tudo Pieguice e Companhia! (QUEIRÓS, 2003, p. 212)

A exclamação de Carlos quanto à nacionalidade e força do marquês não é a toa. De fato, o homem representava alguns dos pensamentos portugueses da época. Além dos terrores de doenças, também tinha pavores católicos da morte e do inferno, lembrando alguns dos

personagens de *O Crime do Padre Amaro*. O marquês relata: “Apenas sentia o menor incômodo, uma dor, um arrepio, considerava-se logo, como ele dizia, *liquidado*. O mundo começava a findar para ele: tomavam-no terrores católicos, uma preocupação angustiosa da Eternidade. Nesses dias fechava-se no quarto com o padre capelão – com quem às vezes, todavia, terminava por jogar damas.” (QUEIRÓS, 2003, p. 207) O fato de estes terrores terminarem num jogo de damas com o padre revela um pouco da habitual ironia queirosiana.

A tuberculose, doença muito comum e extremamente fatal à época, também acomete personagens de *Os Maias*. Eusebiozinho, pouco depois de ficar viúvo, contrai a tísica e, como era então costume, faz uma viagem à Madeira procurando a cura através da mudança de ares. Enlutado e com o costumeiro aspecto adoentado, o jovem fica ainda mais sombrio. Carlos Eduardo o descreve como “um fúnebre”. Posteriormente, quando o encontra em Sintra acompanhado de prostitutas, Eusebiozinho engrola como desculpa “a ordem do médico para mudar de ares.” (QUEIRÓS, 2003, p. 156) Outro caso da tísica surge numa conversa entre Maria Eduarda e Carlos, quando ela conta o suposto passado de sua mãe, conforme conhecia. Monforte teria dito à filha que se casara “na Madeira com um austríaco que fora lá acompanhar o irmão tísico...” A primeira providência para aqueles que tinham alguma condição financeira, quando se encontravam surpreendidos pela tísica, era sempre a mudança de ares.

A Ilha da Madeira, assim como Sintra, eram destinos muito procurados, não só para a recuperação da tuberculose, como para outros males. Alencar é aconselhado pelo médico a uma mudança de ares, pois vinha sofrendo constantemente da garganta, e é em Sintra que ele encontra refúgio. É em Sintra também que o conde de Steinbroken busca a melhora para os seus ataques de entranhas, embora D. Afonso lhe tivesse oferecido a quinta de Santa Olávia: “pusera à sua disposição Santa Olávia, para ele se restabelecer nesses ares fortes e limpos do Douro.” (QUEIRÓS, 2003, p. 139) A abundância de natureza na quinta favoreceria a recuperação.

Ainda percebe-se certa resistência por consultar médicos no relato de alguns personagens logo ao início do romance, quando conversam em Santa Olávia sobre a dor do sr. juiz de direito. O homem sofria de uma dor periódica, que lhe acometia a cada três meses com fortes desconfortos, tornando-o magro e abatido, mas insistia em não ir ao médico à procura de ajuda especializada.

Doenças como gota e reumatismo, esta última que já aparecia em *O Crime do Padre Amaro*, também aparecem em *Os Maias*. D. Caetano, pai de Afonso da Maia, sofria fortes dores decorrentes de crises de gota. Steinbroken também chega a faltar a um jantar no Hotel

Central por estar atacado por sua gota. Vilaça pai se protegia do frio com uma flanela escarlate por debaixo da camisa, como uma forma de prevenir as dores do reumatismo, doença da qual também sofria. O papá Monforte sofria de reumatismos articulares que lhe faziam arrastar um pouco a perna enquanto andava, sempre alguns passos atrás da filha. Como recurso para amenizar este mal, o velho recorria às águas dos Pireneus, uma cordilheira a sudoeste da Europa, cujos montes formam uma fronteira natural entre os países da França e da Espanha. Acreditava-se muito nos banhos de mar e de água fria como medida de prevenção e tratamento para diversas enfermidades. Dr. Chaplain, médico de Maria Eduarda em Paris e antigo professor e amigo de Carlos, recomenda a Maria tempos à beira-mar, que ela toma em Lisboa. O próprio D. Afonso da Maia chega a padecer de reumatismo, e por isso precisa abrir mão dos banhos frios, que tanto apreciava como profilaxia para outras doenças.

Quando D. Diogo reclama de sua falta de saúde, o conde de Steinbroken lhe recomenda ginásticas e muita água fria. A ginástica, que fizera parte da educação de Carlos e que por vezes é criticada pelo conde de Gouvarinho, neste momento é exaltada como uma saída para uma saúde melhor. Quanto ao recurso do banho, Afonso já o utilizava com Carlos Eduardo em sua infância, e Vilaça o sabe por relatos do criado Teixeira: “E todas as manhãs, zás, para dentro numa tina de água fria, às vezes a gear lá fora.” (QUEIRÓS, 2003, p. 40) O que causava escândalo aos criados na verdade era uma busca por se alcançar uma saúde mais resistente.

A angina, uma doença cardíaca que se caracteriza por dores no peito que irradiam para outras partes do corpo, é citada duas vezes no romance. Maria Monforte sofreria desta doença, que logo no início é referida como motivo para atraso do batizado do pequeno Carlos Eduardo. Afinal, seria esta doença que a mataria, conforme é relatado por Maria Eduarda ao irmão: “A mamã já se queixava da doença de coração que a matou...” (QUEIRÓS, 2003, p. 348) Ega também sofre desta moléstia, quando, ao final do romance, não pode visitar Carlos, que regressara de Paris, e se instalara em Santa Olávia por “estar retido num quarto do Braganza com uma angina.” (QUEIRÓS, 2003, p. 469)

Por fim, há ainda uma referência a uma epidemia de anginas que teria atingido Celorico. Por este episódio é possível perceber como a forte crença católica ainda povoava intensamente o imaginário português. Depois que termina a faculdade em Coimbra, Ega espera que sua mãe, mulher viúva e muito rica, o mantenha financeiramente em Lisboa. Ela não concorda, e ele permanece em Celorico, até que a epidemia de anginas surja e lhe seja atribuída a culpa, por estar desagradando a Deus com seu ateísmo. Ele relata o fato ao amigo Carlos:

Fiquei na quinta, fazendo epigramas ao padre Serafim e a toda a corte do céu. Chega julho, e aparece nos arredores uma epidemia de anginas. Um horror, creio que vocês lhe chamam diftéricas... A mamã salta imediatamente à conclusão que é a minha presença, a presença do ateu, do demagogo, sem jejuns e sem missa, que ofendeu Nosso Senhor e atraiu o flagelo. Minha irmã concorda. Consultam o padre Serafim. O homem, que não gosta de me ver na quinta, diz que é possível que haja indignação do Senhor – e minha mãe vem pedir-me quase de joelhos, com a bolsa aberta, que venha para Lisboa, que a arruíne, mas que não esteja ali chamando a ira divina. No dia seguinte bati para a Foz...

– E a epidemia...

– Desapareceu logo, disse o Ega, começando a puxar devagar dos dedos magros uma longa luva cor de canário. (QUEIRÓS, 2003, p. 39)

O fato de a epidemia ter desaparecido logo após a partida de Ega certamente reforçou ainda mais a crença católica e sua tese da insatisfação divina no povo de Celorico de Basto. Este pensamento correspondia ao que representava o Portugal antigo, submisso a tudo como “vontade de Deus”, e que ainda não percebia o avanço da ciência em busca de respostas para o surgimento das moléstias.

Há uma referência apenas que aponta para os males psiquiátricos: um avô de Maria Eduarda Runa, com quem Afonso encontra semelhanças com seu filho Pedro. “Esse homem extraordinário, com que na casa se metia medo às crianças, enlouquecera – e julgando-se Judas enforcara-se numa figueira...” (QUEIRÓS, 2003, p. 16) O comportamento excêntrico de Pedro após a morte da mãe preocupa D. Afonso e o faz se lembrar deste Runa que sofrera perturbações mentais ao ponto de cometer suicídio. Afinal, é este também o destino de Pedro, talvez por não conseguir enfrentar a sua vida sem a mulher que amava.

Uma série de doenças já vistas nos outros romances, algumas não muito diferentes das que acometem as pessoas hoje, aparece em *Os Maias*. A questão do tratamento não é tratada a fundo como em *O Crime do Padre Amaro*, onde a personagem principal depende durante quase todo o enredo de serviços médicos. Contudo, algumas medidas de prevenção muito difundidas nesta época são mencionadas, e é possível perceber que gradativamente a ciência progredia, embora coexistisse sempre com algumas crendices e preconceitos.

4.2. As mortes ao longo do romance

Os Maias é um romance que atravessa quase todo o longo século XIX. É natural que haja muitas mortes no decorrer da história, uma vez que a vida não era muito longa durante esta época.

As doenças respiratórias eram responsáveis por uma boa parte dos óbitos ocorridos durante o século XIX. Fanny, tia de Afonso da Maia, viaja para a Inglaterra quando a mãe do

Maia morre. Lá a tia inglesa passa a viver com ele, seu filho e sua esposa, e pouco tempo depois morre de pneumonia. Na passagem de fase de Carlos Eduardo criança para jovem adulto, são relatadas algumas mortes de bons amigos de Santa Olávia que acompanharam seu crescimento. Teixeira e Gertrudes, antigos criados de Benfica, que depois acompanham D. Afonso à Santa Olávia, morrem ambos de pleurises, uma doença pulmonar que causava inflamação aguda na pleura.

Ao final do romance, Carlos e Ega relembram ainda alguns bons amigos que teriam falecido nos últimos anos. D. Maria da Cunha padecera de hidropisia, a mesma enfermidade que acometera S. Joaneira em *O Crime do Padre Amaro*. O marquês, amigo que tanto temia pela saúde e que sempre pedia consultas a Carlos, também morrerá de causa não declarada. Carlos o sabe por uma notícia de jornal. Por fim Sequeira, grande amigo de D. Afonso assim como D. Diogo, morre de causa não relatada, repentinamente, ao sair de uma tipoia.

Quando Vilaça pai se põe a procurar a irmã de Carlos, descobre através do amigo Alencar que a pequena teria morrido em Paris. Vilaça, ao relatar a história a D. Afonso, deixa transparecer a ideia do “mito do anjinho”, presente na mentalidade de muitos portugueses durante o século XIX: “O pobre anjinho está numa pátria melhor. E para ela, bem melhor!” (QUEIRÓS, 2003, p. 57) Posteriormente se perceberá que na verdade não fora Maria Eduarda quem morrerá, mas outra irmã, filha de Maria Monforte com o amante italiano: “Tivera uma irmãzinha que morrerá de dois anos e que se chamava Heloísa.” (QUEIRÓS, 2003, p. 343) Não há estranheza em nenhuma das duas hipóteses, uma vez que a mortalidade infantil era alta nesta época, e não era algo fora do comum a ocorrência de mortes de crianças.

Há cinco casos de apoplexia no romance, sendo somente um deles não fatal. A mãe de D. Afonso morre em decorrência desta moléstia quando este já era casado e vivia na Inglaterra. Depois é Vilaça pai, procurador dos Maias, quem morre repentinamente. Seu filho relata que a causa seria a apoplexia. Numa carta detalhada, ele conta pormenores do momento em que o pai sofre o ataque, a primeira reação é a busca por um pouco de éter na tentativa de conseguir respirar melhor. O forte odor desta substância era utilizado para reanimar indivíduos desfalecidos e para desobstruir qualquer coisa que estivesse impedindo a respiração. Foi o material utilizado por Julião, em *O Primo Basílio*, para despertar Luísa de seu desmaio, ocorrido ao saber que Jorge descobrira seu adultério. Depois, quando Vilaça percebe que chegou seu derradeiro momento, dá as últimas recomendações ao filho sobre a casa que administrava, numa cena comovente de servo abnegado.

Fora depois do almoço que, de repente, Vilaça se sentira muito sufocado e com tonturas: ainda tivera forças de ir ao quarto respirar um pouco de éter: mas ao voltar à sala cambaleava, queixava-se de ver tudo amarelo, e caiu de bruços, como um fardo, sobre o canapé. O seu pensamento, que se extinguia para sempre, ainda nesse momento se ocupou da casa que há trinta anos administrava: balbuciou, a respeito duma venda de cortiça, recomendações que o filho já não pôde perceber: depois deu um grande ai; e só tornou a abrir os olhos, para murmurar no derradeiro sopro estas derradeiras palavras: *Saudades ao patrão!* (QUEIRÓS, 2003, p. 58)

A viscondessa, parente da falecida Maria Eduarda Runa, que vivia na casa de D. Afonso durante a infância de Carlos, também vem a falecer em decorrência de uma apoplexia. Em conversa entre Carlos Eduardo e João da Ega, o jovem Maia explica ao amigo que fora de fato uma hemorragia cerebral que ceifara a vida da pobre senhora. Sr. Thompson, pai da condessa de Gouvarinho também se vê acometido pela apoplexia, que o debilita intensamente. A condessa permanece no Porto, onde mora o pai, servindo-lhe de enfermeira, e o homem enfim sobrevive.

Por fim, a apoplexia é explicada como causa para a morte repentina de D. Afonso, que aos olhos dos amigos parecia ainda bem forte, embora já andasse avançado em idade e sofresse de uma doença do coração, como relata Ega: “O avô tinha quase oitenta anos, e uma doença de coração...” (QUEIRÓS, 2003, p. 455) Na verdade, Ega e Carlos já haviam percebido, logo quando D. Afonso retorna de uma temporada em Santa Olávia, que a velhice parecia pesar mais sob o avô: “Carlos e Ega acharam Afonso mais acabado, mais pesado. Todavia gabaram-lhe muito, entre os primeiros abraços, a sua robustez de patriarca. Ele encolheu os ombros, queixando-se de ter sentido desde o fim do verão vertigens, um cansaço vago...” (QUEIRÓS, 2003, p. 382)

Quase todo o romance decorre ao longo da vida do patriarca D. Afonso, que acompanha duas gerações dos Maias seguintes à sua. O velho é talvez o personagem que vive por mais tempo, excetuando o amigo de longa data, que pertencia à sua geração, D. Diogo, que murmura ao chegar ao velório do amigo: “e tinha menos sete meses do que eu” (QUEIRÓS, 2003, p. 383) Logo ao princípio do romance há uma referência àquilo que D. Afonso julgava ser o tratamento natural responsável por sua força perdurar mesmo já em idade avançada: o uso da água fria:

Todavia, Afonso ainda ia longe, como ele dizia, de ser um velho borralheiro. Naquela idade, de verão ou de inverno, ao romper do sol, estava a pé, saindo logo para a quinta, depois da sua boa oração da manhã que era um grande mergulho na água fria. Sempre tivera o amor supersticioso da água; e costumava dizer que nada havia melhor para o homem – que sabor d'água, som d'água, e vista d'água. O que o prendera mais a Santa Olávia fora a sua grande riqueza de águas vivas, nascentes, repuxos, tranquilo espelhar de águas paradas, fresco murmúrio de águas regantes... E a esta viva tonificação da água atribuía ele o ter vindo assim, desde o começo do século, sem uma dor e sem uma doença, mantendo a rica tradição de saúde da sua família, duro, resistente aos desgostos e anos – que passavam por ele, tão em vão,

como passavam em vão, pelos seus robles de Santa Olávia, anos e vendavais. (QUEIRÓS, 2003, p. 09)

De fato, os desgostos percorrem sua vida, trazendo-lhe os primeiros cansaços da velhice. O primeiro ocorre justamente quando Pedro se casa com Maria Monforte contra a sua vontade. Quando o filho suicida-se, Afonso cai em depressão, permanecendo trancado no seu escritório em Santa Olávia, magro e com a barba crescida. O procurador supõe então que o pobre velho não duraria mais do que um ano. A vida de Carlos Eduardo lhe dá novo ânimo, e Afonso vive para fazer do pequeno um bom homem, forte e cavalheiro, diferente de Pedro, que crescera tão fraco. Por fim, ao final de sua vida, quando todos o julgavam ainda saudável, apesar da idade, é acometido por um novo desgosto. Carlos, num ímpeto, na busca por desmentir a carta de Maria Monforte, pergunta ao avô sobre a existência da irmã. O velho fica profundamente abalado ao descobrir o neto amante da própria irmã, e desfalece lentamente nos últimos dias da intriga, indo morrer por fim no jardim.

Afonso da Maia lá estava, nesse recanto do quintal, sob os ramos do cedro, sentado no banco de cortiça, tombado por sobre a tosca mesa, com a face caída entre os braços. O chapéu desabado rolara para o chão; nas costas, com a gola erguida, conservava o seu velho capote azul... (...)

Arrebatadamente, Carlos levantara-lhe a face, já rígida, cor de cera, com os olhos cerrados, e um fio de sangue aos cantos da longa barba de neve. Depois caiu de joelhos no chão úmido, sacudia-lhe as mãos, murmurando: – “Ó avô! Ó avô!” – Correu ao tanque, borrifou-o d'agua: – Chamem alguém! chamem alguém!

Outra vez lhe palpava o coração... Mas estava morto. Estava morto, já frio, aquele corpo que, mais velho que o século, resistira tão formidavelmente, como um grande roble, aos anos e aos vendavais. Ali morrera solitariamente, já o sol ia alto, naquela tosca mesa de pedra onde deixara pender a cabeça cansada. (QUEIRÓS, 2003, p. 452)

O romance termina enfim quando faltam menos de duas décadas para o fim do século. João da Ega e Carlos Eduardo se reencontram em Lisboa, depois de longo exílio do Maia em Paris. Conversam sobre alguns amigos da casa que foram tão próximos durante o período em que viveram no Ramalhete. E constataam que alguns já haviam morrido, por diferentes razões.

Carlos teve uma exclamação de saudade. Pobre marquês! Fora uma das suas fortes impressões, nesses últimos anos – aquela morte do marquês, sabida de repente ao almoço, numa banal notícia de jornal!... E através do Rocio, andando mais devagar, recordavam outros desaparecimentos: a D. Maria da Cunha, coitada, que acabara hidrópica; o D. Diogo, casado por fim com a cozinheira; o bom Sequeira, morto uma noite numa tipoia ao sair dos cavalinhos... (QUEIRÓS, 2003, p. 476)

Dentre as mortes relatadas no romance, aquelas que se sabem terem ocorrido quando as vítimas ainda eram jovens são de Pedro da Maia, que suicida-se, e D. Maria Eduarda Runa, que morre muitas décadas antes de Afonso. Vilaça também teria sofrido morte prematura, uma vez que seu filho, Manuel Vilaça, ainda era uma criança, talvez amigo de Carlos

Eduardo.⁴ Pelo relato de Maria Eduarda sobre seu passado, pode-se supor que Maria Monforte teria morrido por volta de seus 50 anos, quando a filha alcançava mais de 25 anos de idade. Segundo Peter Gay (2002, p. 171), ao final do século estaria por volta de 46 anos a média de vida das mulheres da Europa.

Como já se viu anteriormente neste estudo, algumas mortes não eram passíveis de explicação detalhada devido aos poucos recursos da época.

4.3. A educação e suas implicações para a saúde

Os Maias coloca em evidência dois tipos de educação que seguem sendo discutidas ao longo de todo o romance: a educação portuguesa, tradicional, seguindo os manuais católicos; e a educação inglesa, diferenciada, privilegiando os exercícios e o contato com a natureza. Ligados diretamente à educação, há prejuízos ou ganhos para a saúde, de acordo com a forma com que são empregadas as teorias e o conhecimento. Sempre quando há uma referência à forma portuguesa de ensinar, esta se encontra acompanhada de saúde debilitada e fraca, ao passo que a educação inglesa estaria ligada à força. Contudo, não é exatamente assim que vê a maioria da população portuguesa da época.

O sistema educacional inglês visava a algo mais prático que a religiosa educação portuguesa. Os dois poderes que havia no século XIX eram a Igreja, que já vinha declinando, e a ciência, que ascendia. Ocorria a transformação de uma sociedade predominantemente eclesiástica, dominada pela monarquia e pela Igreja, para uma sociedade cientificista e burguesa.

Desde o início da obra é possível observar a educação portuguesa a que Pedro é submetido, crescendo subjugado pelos terrores do inferno, com a melancolia do latim e a falta de criatividade da cartilha que lhe era ensinada pelo padre Vasques. Afonso desaprovava a educação que via seu filho receber resignadamente. Nas poucas vezes em que tentava libertar Pedro do “pesadume crasso da cartilha”, era repreendido por sua esposa, boa católica que cria ser esse o melhor caminho para seu filho. E assim Pedro crescia, tornando-se exageradamente católico, frágil tanto física quanto psicologicamente, incapaz de encarar os problemas com que se defrontava, tendendo sempre à fuga. Seu caráter fraco procurava intensamente um refúgio para as contrariedades que se punham à sua frente, e a fuga encontrada para o maior problema com que se depara é, afinal, o suicídio.

⁴ “Mas, na véspera da partida do administrador para Lisboa, Afonso subiu ao quarto dele, a entregar-lhe as amêndoas de Páscoa que Carlos mandava a Vilaça Junior.” (QUEIRÓS, 2003, p. 56)

Quando D. Afonso tem em suas mãos o neto, resolve dar-lhe uma educação completamente diferente, e não permite que seja educado debaixo dos dogmas católicos. O terceiro capítulo do romance é todo voltado para a educação de Carlos. As coisas que lhe eram ensinadas, os exercícios físicos, a água fria, tudo é mencionado e discutido pelos amigos da casa. O que é inegável a todos é a saúde de Carlos, que cresce robusto e cheio de energia. Ao seu lado é colocado Eusebiozinho, filho de d. Ana Silveira, amiga que frequentava Santa Olávia e se escandalizava com o modo como D. Afonso vinha criando seu neto. Ao contrário de Carlos, Eusebiozinho cresce fraco e débil, sempre retratado como uma criança anêmica e medrosa.

Enquanto enfrentava uma reprovação quase geral dos amigos, Afonso prosseguia naquele que julgava ser o ideal de educação para tornar seu neto um cavalheiro forte e de bem. Utilizando uma técnica completamente diferente daquela a que os portugueses estavam acostumados, Afonso consegue para Carlos um preceptor inglês, causando escândalo aos amigos católicos que viam no abade Custódio, amigo de Santa Olávia, o melhor preceptor para o pequeno. Quando Vilaça questiona se o pequeno já estaria aprendendo latim, o avô de Carlos argumenta que não lhe era necessário começar a educação pelo aprendizado de uma língua já morta, e Brown destaca aquilo que privilegiava segundo os moldes ingleses: “Primeiro forrça! Forrça! Músculo...” (QUEIRÓS, 2003, p. 43) E Afonso conclui resumindo o que para ele era de fato necessário desenvolver:

Qual clássicos! O primeiro dever do homem é viver. E para isso é necessário ser são, e ser forte. Toda a educação sensata consiste nisto: criar a saúde, a força e os seus hábitos, desenvolver exclusivamente o animal, armá-lo duma grande superioridade física. Tal qual como se não tivesse alma. A alma vem depois... A alma é outro luxo. É um luxo de gente grande. (QUEIRÓS, 2003, p. 44)

Havia ainda a ideia errônea de que as ginásticas poderiam causar males do peito, ideia esta que se difundia por uma população que não percebia os benefícios das atividades físicas, quando na verdade provocavam efeito completamente contrário. Esta opinião é emitida por Vilaça quando Afonso exalta a prática da ginástica: “Vilaça já ouvira que enfraquecia muito o peito”. Trata-se de uma ideia que se espalhava boca a boca contra a educação inglesa, que privilegiava o corpo antes da alma.

Em uma cena logo ao início do romance é retratada a preocupação por parte do abade com as correntes de ar que poderiam lhes surpreender durante um jogo de cartas com D. Afonso. Contudo, esta cena implicaria mais do que simplesmente cuidados com as correntes de ar. Na ocasião da visita de Vilaça, D. Ana Silveira lhe confessa sua reprovação quanto à

educação inglesa a que Carlos é submetido. Neste momento, a senhora alude ao abade Custódio como um homem de grandes saberes para atuar na instrução do pequeno, sobretudo porque não fugiria ao que era tradicional em Portugal.

Já a presença do Brown, um herético, um protestante, como preceptor da família dos Maias, causara desgosto em Resende. Sobretudo quando o sr. Afonso tinha aquele santo do abade Custódio, tão estimado, homem de tanto saber... Não ensinaria à criança habilidades de acrobata; mas havia de lhe dar uma educação de fidalgo, prepará-lo para fazer boa figura em Coimbra.

Nesse momento, o abade, suspeitando uma corrente de ar, erguera-se da mesa de jogo a fechar o reposteiro: então, como Afonso já não podia ouvir, d. Ana ergueu a voz. (QUEIRÓS, 2003, p. 51)

Como que contradizendo o que d. Ana acabara de afirmar sobre os grandes saberes que possuía, o abade ergue-se para cerrar o reposteiro. Tais saberes poderiam ser muitos, mas já constituíam parte de uma ciência ultrapassada, substituída por uma educação inglesa mais forte tal qual a julgava d. Afonso. Não mais se cerravam portas e janelas para protegerem-se das enfermidades. Colocavam-se diante da natureza, na prática de exercícios e no uso água gelada para criar resistência. Carlos não era um menino pequenino e amarelo como o pai, que crescera cerrado em meio a rezas e catecismos, mas crescia forte perante os amigos da casa.

Haveria ainda na atitude do abade um simbolismo muito maior do que mera preocupação com a saúde. Quanto a isso, Carlos Reis (2002, p. 42) destaca: “Assim se confirma, como que simbolicamente, uma mentalidade que privilegia a vida enclausurada em detrimento do contacto com o exterior.” A atitude do abade mostrava um conhecimento que se fechava com suas verdades irrefutáveis, não aceitando o novo. Afonso, ao contrário, desejava para o neto o extremo contato com a vida exterior, com as doutrinas dos grandes pensadores, com a leitura de autores que não lhe acrescentassem apenas medo do inferno e das punições divinas. Quanto a isso, Afonso explica ao abade Custódio porque não acha imprescindível a doutrina católica para tornar-se um cidadão de bem.

Não, o sr. Afonso da Maia tinha muito saber, e corra muito mundo; mas duma cousa não o podia convencer, a ele pobre padre que nem mesmo o Porto vira ainda, é que houvesse felicidade e bom comportamento na vida sem a moral do catecismo.

E Afonso da Maia respondia com bom humor:

– Então que lhe ensinava você, abade, se eu lhe entregasse o rapaz? Que se não deve roubar o dinheiro das algibeiras, nem mentir, nem maltratar os inferiores, porque isso é contra os mandamentos da lei de Deus, e leva ao inferno, hein? É isso?...

– Há mais alguma cousa...

– Bem sei. Mas tudo isso que você lhe ensinaria que se não deve fazer, por ser um pecado que ofende a Deus, já ele sabe que se não deve praticar, porque é indigno dum cavalheiro e dum homem de bem...

– Mas, meu senhor...

– Ouça abade. Toda a diferença é essa. Eu quero que o rapaz seja virtuoso por amor da virtude e honrado por amor da honra; mas não por medo às caldeiras de Pero Botelho, nem com o engodo de ir para o reino do céu... (QUEIRÓS, 2003, p. 51)

Para o bom abade, não existia moral fora do catecismo, e um homem que crescesse sem os preceitos católicos corria grandes riscos de não se tornar um cidadão honesto.⁵ A ideia de que a religião era uma espécie de “cabresto social” foi muito difundida ao longo de todo o século XIX, e podia ser observada já em *O Crime do Padre Amaro*, através da fala do doutor Godinho a João Eduardo. Quando este reclama da irreligião dos padres e sua perversão social, Godinho afirma que sem “o prestígio do sacerdócio” tudo seria “anarquia e orgia”. E quando João Eduardo pergunta se poderia desabafar seu ódio aos padres em seu jornal, é então questionado por dr. Godinho:

Cuidado, meu caro amigo, cuidado, olhe que vai por um declive! É por esse caminho que se chega a perder o respeito da autoridade, da lei, das coisas santas e do lar. É por esse caminho que se vai ao crime! (...) Aonde nos querem os senhores levar com os seus materialismos, os seus ateísmos? Quando tiverem dado cabo da religião de nossos pais, que têm os senhores para a substituir? Que têm? Mostre lá! (QUEIRÓS, 2003, p. 248)

Neste capítulo, que é todo construído sob o olhar de Vilaça, há ainda o relato de D. Afonso ao amigo procurador sobre o que pensava sobre a educação que o pequeno Eusébio estava recebendo. Nas poucas palavras ditas, é possível perceber as ideias ultrapassadas que envolviam a educação recebida pelo menino, que aprendia coisas que já haviam sido desmentidas pela ciência.

Afonso da Maia, no entanto, com as pernas estiradas para o lume, recomeçara a falar do Silveirinha. Tinha três ou quatro meses mais que Carlos, mas estava enfezado, estiolado, por uma educação à portuguesa: daquela idade ainda dormia no choco com as criadas, nunca o lavavam para o não constiparem, andava couraçado de rolos de flanelas! Passava os dias nas saias da titi a decorar versos, páginas inteiras do Catecismo de Perseverança. Ele por curiosidade um dia abrija este livreco e vira lá, “que o sol é que anda em volta da terra (como antes de Galileu), e que Nosso Senhor todas as manhãs dá as ordens ao sol, para onde há de ir e onde há de parar etc, etc.” E assim lhe estavam arranjando uma almazinha de bacharel... (QUEIRÓS, 2003, p. 53)

Afonso chama a atenção para o desenvolvimento fraco e raquítico de Eusebiozinho, todo tomado por uma educação portuguesa. E enumera algumas maneiras como o pequeno era tratado, as quais desaprovava. Ainda dormia em meio às criadas, que lhe serviam como babás, e certamente era bajulado por elas. Isto o tornava ainda mais frágil e efeminado, assim como ocorreu a Amaro em *O Crime do Padre Amaro*, que crescera debaixo das saias das criadas. Os cuidados com sua saúde eram tantos que o enrolavam exageradamente em flanelas para

⁵ Quanto a isso, destaca-se o seguinte trecho de *O Século de Silvestre da Silva, Estudos Queirosianos*, de Sérgio Nazar David (2007, p. 96): “A educação religiosa é hipócrita, fundada no catecismo mofado, e que, na melhor das hipóteses, leva o homem à razão reta pelo temor do fogo do inferno. Apenas quer... E como não consegue, é por isso que, segundo D. Afonso, é preciso fazer o homem amar o que é justo pelo amor da virtude e da verdade”.

aquecê-lo, chegando ao ponto de não lhe permitirem banhos com medo de o constiparem, o que poderia ocasionar outras doenças pela falta de higiene. Enquanto D. Afonso via nos banhos uma saída para uma saúde mais forte, as Silveiras adotavam um método completamente oposto, que os abolia. Além disso, nas questões de lógica e ciência, o menino era educado segundo teorias ultrapassadas, como a de que o sol giraria em torno da terra. D. Afonso termina suas críticas afirmando ironicamente que era assim que o queriam para bacharel. Posteriormente é relatado que em Eusebiozinho adulto já não restavam quaisquer “vestígios de seu primeiro amor aos alfarrábios e às letras.” (QUEIRÓS, 2003, p. 64)

Não é por acaso que o fruto da educação inglesa é colocado até o fim da trama ao lado do que seria fruto da educação portuguesa, fortemente católica. Eusebiozinho e Carlos crescem juntos e o primeiro torna-se um fraco em caráter e personalidade, sempre ofuscado pela força de Carlos que se sobressai ao seu lado. Sérgio Nazar David (2007, p. 97) afirma quanto a isso: “Aquilo em que a educação religiosa falhara a educação inglesa fará. E o que é a educação inglesa para D. Afonso senão uma aposta no poder da razão entendida como conjunto de princípios universais?” De qualquer forma, é preciso destacar que a educação inglesa também não produzirá os efeitos esperados. Afinal, D. Afonso educara Carlos para se tornar útil ao seu país, o que ele não consegue ser, caindo definitivamente numa ociosidade que parecia ser o estigma dos Maias.⁶

Quando já é um médico formado, Maia vai até o Hotel Central depois de receber um chamado de Dâmaso para atender a pequena Rosa, filha de Maria Eduarda. Nesta ocasião, mais uma vez há uma menção à fraqueza natural das crianças portuguesas em detrimento das inglesas, que seriam mais fortes. Quem a faz é a governanta inglesa que se encarrega da educação da pequena, Miss Sara, não sem uma ironia percebida no discurso do narrador: “Oh se fosse uma criança inglesa saía com ela para o ar... Mas estas meninas estrangeiras, tão débeis, tão delicadas... E o labiozinho gordo da inglesa traía um desdém compassivo por estas raças inferiores e deterioradas.” (QUEIRÓS, 2003, p. 180)

Outras intervenções quanto à educação são ainda feitas ao longo de todo o romance. No intervalo de tempo que compreende a vida de Carlos no Ramalhete, há uma discussão sobre a necessidade de uma reforma na instrução pública. O conde de Gouvarinho, homem público, é quem por vezes menciona este assunto e expõe suas opiniões. Em uma ocasião, em sua casa, quando este ainda não se fazia presente justamente por estar na Câmara dos Pares discutindo o assunto, as senhoras conversavam sobre a necessidade de se diminuir o número

⁶ Em *O Essencial sobre Eça de Queirós*, Carlos Reis (2000, p. 45) afirma: “O que a acção d’*Os Maias* acabará por mostrar é que nem essa educação supostamente saudável foi capaz de levar Carlos a uma existência fecunda e produtiva.”

de disciplinas a que eram submetidos os pequenos. Segundo uma delas, “as pobres crianças sucumbiam verdadeiramente à quantidade exagerada de matérias, de cousas a decorar: o dela, o Joãozinho, andava tão pálido e tão desfigurado, que ela às vezes tinha vontade de o deixar ficar ignorante de todo.” (QUEIRÓS, 2003, p. 201) A ideia de que o estudo exagerado levava à enfermidade ainda era difundida entre alguns. Outra senhora ainda reclama do excesso de rigor dos avaliadores, e Carlos concorda muito amável. Logo em seguida, o conde chega à cena e relata seu discurso na Câmara, contra a ginástica nas escolas e em defesa do catecismo.

Quando ouvira porém o Torres Valente (homem de literatura, mas um doido, sem senso prático) quando o ouvira defender a ginástica obrigatória nos colégios – erguera-se. (...) Perguntara apenas ao seu ilustre amigo, o sr. Torres Valente, se na sua ideia, os nossos filhos, os herdeiros das nossas casas, estavam destinados para palhaços!... (...) Sim, dissera-lhe aquilo. E, respondendo a outras reflexões do Torres Valente, que não queria nos liceus, nem nos colégios, um ensino “todo impregnado de catecismo”, ele lançara-lhe uma palavra cruel. (...) Voltei-me para ele, e disse-lhe isto... “Cria o digno par, que nunca este país retomarà o seu lugar à testa da civilização, se, nos liceus, nos colégios, nos estabelecimentos de instrução, nós outros os legisladores formos, com mão ímpia, substituir a cruz pelo trapézio...”. – Sublime, rosnou o velho, dando um ronco medonho dentro do lenço. Carlos, erguendo-se, declarou aquilo duma ironia adorável. (QUEIRÓS, 2003, p. 204)

Fica claro na fala do conde de Gouvarinho que ainda não era bem aceita pelos portugueses a ideia da ginástica nas escolas. O que hoje se conhece como ótima forma de desenvolvimento físico e mental para a criança era então visto com maus olhos por aqueles que acreditavam que o ensino da religião deveria estar acima de tudo, como algo essencial ao desenvolvimento de um país. A forma como o conde e todos aqueles que o aplaudem veem a educação portuguesa é bem semelhante àquela sob a qual fora educado Pedro da Maia e Eusebiozinho. Carlos, sempre amigável, simplesmente admira a ironia de Gouvarinho, sem expor suas opiniões sobre uma educação à qual ele mesmo fora submetido, sem prejuízo ao seu caráter.

Em uma cena posterior, João da Ega vai à redação do *Jornal da Tarde* e presencia uma discussão de rapazes que relatam a pilhéria de Gouvarinho na Câmara, quanto à cruz e ao trapézio. Os padres parecem muito satisfeitos com a argumentação do conde em favor da religião, mas um dos rapazes vê em Gouvarinho não mais que um carola. Os rapazes saem em defesa do conde, afirmando que ele possuiria “toda a orientação mental do século, é um racionalista, um positivista...” O que todos exaltam em Gouvarinho é seu espírito, sua capacidade de fazer uma relação entre o trapézio e a cruz, ao mesmo tempo defendendo os princípios religiosos do país. Quando Ega é questionado sobre o caso, murmura despreocupadamente: “Sim, com efeito a cruz para isso ainda serve...” Assim como se percebeu em Dr. Godinho, em *O Crime do Padre Amaro*, Gouvarinho poderia ser contra a

Igreja e não acreditar em muitos dos seus preceitos, mas não deixava de crer que tudo sucederia de forma bem pior se ela fosse deixada de lado. Ega, ao contrário, não concorda com a afirmação do conde, e deixa claro que a cruz serviria apenas ainda como fonte de pilhérias.

D. Afonso era a favor do exercício físico para a preservação da saúde. Segundo ele, se “ainda há em Lisboa uns rapazes com certo músculo, a espinha direita, e capazes de dar um bom soco, deve-se isso ao touro e à tourada de curiosos...” (QUEIRÓS, 2003, p. 210) Depois de causar espanto ao Dâmaso por afirmar que preferia as touradas às corridas de cavalos, Afonso revela que acreditava serem as touradas a melhor educação física aos portugueses, apoiado pelo marquês, que discute sobre a ausência de exercícios aos portugueses, para que alcancem um pouco de fibra. Aos ingleses havia o *football* e outros esportes, aos franceses a ginástica e aos alemães o serviço militar obrigatório. Restava aos portugueses as touradas: “Tirem a tourada, e não ficam senão badamecos derreados da espinha, a melarem-se pelo Chiado!” (QUEIRÓS, 2003, p. 211)

A educação a que os portugueses estavam acostumados impunha uma série de limites pelo medo de serem acometidos por alguma enfermidade. Estes limites acabavam por tornar a saúde mais frágil e a aparência mais adoentada. Reconhecia-se essa fragilidade, mas no geral todos eram pouco adeptos de exercícios físicos. Estes chegam a ser discutidos algumas vezes ao longo do romance, sem muito apoio e vistos com certo desdém. Assim como se verá na carreira médica de Carlos, algumas teorias estudadas como benefício à saúde – exercícios, vacinas, etc. – eram vistas com maus olhos pelos portugueses, que não percebiam as suas reais utilidades.

4.4. A carreira de Carlos na Medicina

Carlos Eduardo opta por estudar Medicina ainda quando criança. O pequeno sente atração por estampas anatômicas e procura entender como funciona o corpo humano. À época em que vivia, sua atitude escandalizava os amigos da casa, que julgavam indecente à criança observar tão claramente os segredos da Medicina. Quando surge uma noite para mostrar aos amigos uma litografia de um feto de seis meses, todos se apavoram e há grande aflição, sobretudo por parte da boa católica, D. Ana Silveira. A atitude dos amigos demonstra como ainda eram vistos com excessos de pudor e recato alguns saberes médicos de anatomia:

D. Ana recuou, com um grito, colando o leque à face: e o dr. delegado, escarlate também, arrebatou prudentemente Euzebiosinho para entre os joelhos, tapou-lhe a face com a mão. Mas o que scandalizou mais as senhoras foi a indulgência de Afonso.

– Então que tem, então que tem? dizia ele sorrindo.

– Que tem, sr. Afonso da Maia!?! exclamou D. Ana. São indecências!

– Não há nada indecente na natureza, minha rica senhora. Indecente é a ignorância... Deixar lá o rapaz. Tem curiosidade de saber como é esta pobre máquina por dentro, não há nada mais louvável...

D. Ana abanava-se, sufocada. Consentir tais horrores nas mãos da criança!... Carlos começou a aparecer-lhe como um libertino “que já sabia coisas”; e não consentiu mais que a Terezinha brincasse só com ele pelos corredores de Santa Olávia. (QUEIRÓS, 2003, p. 61)

Quando Carlos opta enfim pela Medicina, sua escolha não é vista com bons olhos. A carreira da época, escolhida pela maior parte dos intelectuais e que garantia prestígio social, era o Direito. A Medicina, assim como a Engenharia, profissão de Jorge em *O Primo Basílio*, ainda estavam em ascensão. O Direito representava um Portugal antigo, que por séculos se dedicara às leis e aos gabinetes. Ainda no Liceu, Carlos deixa de lado os compêndios de lógica e retórica, imprescindíveis ao Direito, para se dedicar à anatomia. Com o avanço do cientificismo, novos saberes surgiam e a carreira médica ganhava destaque, embora não fosse ainda reconhecida pelos que insistiam em volver o olhar ao que ficava para trás. A ciência era usada para explicar conceitos antes resignadamente aceitos com crenças católicas da “vontade de Deus”. Doenças antes fatais agora já eram tratadas e o enfermo tinha grandes chances de se curar. Um exemplo é Marcelina, a primeira doente tratada por Carlos depois de sua chegada em Lisboa, curada completamente de uma grave pneumonia. A mesma sorte não teve a tia Fanny, tia de D. Afonso, que no início do século, ainda uma outra época, contraíra a mesma doença vindo a falecer. Questionamentos filosóficos e teorias positivistas tomam lugar fazendo parte dos interesses de Carlos, fatores que contribuem grandemente para sua opção pela Medicina.

Algumas pessoas viam a importância social dos médicos e a ascensão desta profissão. Assim como D. Afonso, que defende a carreira, Maria Eduarda também discute com Carlos sua inegável importância. Ela chega a fazer uma polêmica afirmação para o seu tempo, quando declara: “Jesus viveu há muito tempo, Jesus não sabia tudo... Hoje sabe-se mais, os senhores sabem muito mais.” (QUEIRÓS, 2003, p. 250) Quando Carlos relata que tratará das Medicinas antiga e moderna em seu livro, ela exalta a profissão destacando o seu valor mesmo comparada aos soldados que enfrentavam grandes guerras: “Aprovou, com simpatia, que ele pintasse as figuras dos grandes médicos, benfeitores da humanidade. Por que se glorificariam só guerreiros e fortes? A vida salva a uma criança parecia-lhe coisa bem mais bela que a batalha de Austerlitz.” (QUEIRÓS, 2003, p. 251)

O desejo de tornar-se útil ao seu país é um dos motivos que faz Carlos almejar o ofício

de médico. A ideia da utilidade já vinha sendo cultivada por D. Afonso no neto desde sua infância. O que atraía o rapaz eram os lados “militantes e heroicos da ciência”. Carlos queria salvar vidas, estar ao lado dos enfermos por longas noites a fio até conseguir obter a cura, dar “grandes batalhas à morte”. Desde antes do início do curso já via a profissão revestida de aventura e entusiasmo. Sua escolha causa desaprovação aos amigos de Santa Olávia, que ainda viam a carreira da magistratura mais atraente. D. Afonso sai em defesa do neto, relatando o real estado de doenças em que se encontrava Portugal, e a necessidade imediata de mais médicos.

O dr. juiz de direito confessou mesmo um dia a sua descrença de que o sr. Carlos da Maia quisesse “ser médico a sério”.

– Ora essa! exclamou Afonso. E porque não há de ser médico a sério? Se escolhe uma profissão é para a exercer com sinceridade e com ambição, como os outros. Eu não o educo para vadio, muito menos para amador; educo-o para ser útil ao seu país...

– Todavia, arriscou o dr. juiz de direito com um sorriso fino, não lhe parece a V. Ex^a. que há outras coisas, importantes também, e mais próprias talvez, em que seu neto se poderia tornar útil?...

– Não vejo, replicou Afonso da Maia. Num país em que a ocupação geral é estar doente, o maior serviço patriótico é incontestavelmente saber curar. (QUEIRÓS, 2003, p. 62)

Ainda na faculdade, Carlos já exercia com alegria e paixão a profissão que escolhera. Durante as férias, atendia aos amigos doentes em Santa Olávia, compartilhando suas opiniões com o velho Dr. Trigueiros, que já percebera a vocação do menino desde a infância. Lia grandes pilares da filosofia positivista, como Proudhon, Augusto Comte e Herbert Spencer, provocando a simpatia aos amigos de Coimbra. Discutia junto a estes amigos Democracia, Arte, Positivismo, Realismo, Amor, Evolução, entre outros assuntos que arrebatavam às certezas revolucionárias os jovens universitários. Carlos logo se apaixonou pela Literatura e pela Arte, deixando a ciência um pouco de lado, até receber uma nota ruim. João da Ega lança sobre o amigo um destino para tanto diletantismo: “estava destinado a ser um desses médicos literários que inventam doenças de que a humanidade papalva se presta logo a morrer.” (QUEIRÓS, 2003, p. 63) A profecia de Ega talvez viesse a se cumprir na forma de um médico que privilegiaria o estilo e que pouco consegue evoluir na carreira, até cair na ociosidade.

Quando está enfim formado, Carlos visita alguns hospitais pela Inglaterra, numa longa viagem pela Europa, antes de estabelecer seu consultório em Lisboa. Este é providenciado por Vilaça e mobiliado por Carlos com muito luxo. A vontade de Carlos por exercer a Medicina, atender pacientes, escrever artigos e livros fervia a tal ponto de não saber ao certo para onde se voltar. Ao final do relato dos diferentes anelos de Carlos, embora estivesse com o desejo sincero de trabalhar, o narrador faz uma conclusão:

As semanas foram passando nestes planos de instalação. Carlos trazia realmente resoluções sinceras de trabalho: a ciência como mera ornamentação interior do espírito, mais inútil para os outros que as próprias tapeçarias do seu quarto, parecia-lhe apenas um luxo de solitário: desejava ser útil. Mas as suas ambições flutuavam, intensas e vagas; ora pensava numa larga clínica; ora na composição maciça de um livro iniciador; algumas vezes em experiências fisiológicas, pacientes e reveladoras... Sentia em si, ou supunha sentir, o tumulto de uma força, sem lhe discernir a linha de aplicação. “Alguma coisa de brilhante”, como ele dizia: e isto para ele, homem de luxo e homem de estudo, significava um conjunto de representação social e de atividade científica; o remexer profundo de ideias entre as influências delicadas da riqueza; os elevados vagares da filosofia entremeados com requintes de *sport* e de gosto; um Claude Bernard que fosse também um Morny... No fundo era um *dilettante*. (QUEIRÓS, 2003, p. 68)

Carlos parecia refutar a ideia da ciência como “ornamentação interior do espírito”, mas em meio a tantas dúvidas acabava privilegiando a ciência de Claude Bernard com o toque de luxo de Morny, pois acreditava que o social e o científico precisavam andar juntos. Assim como o narrador deixa transparecer sua opinião sobre Carlos, não só na frase final como também na possibilidade de que o turbilhão de vontade que sentia na verdade somente “supusesse sentir”, os amigos também não esperavam que o jovem fosse exercer a profissão a sério, embora se reafirme que suas intenções eram de fato sinceras. Todos colocam defeitos no que veem de preparativos para o consultório, exceto o marquês que, com uma piscada de olho marota, diz a Carlos que vê no divã uma utilidade pouco a ver com a Medicina.

Ainda que o início seja rodeado de grande entusiasmo, Carlos não é logo bem-sucedido. Ao contrário do que se verifica no consultório do Dr. Gouveia em *O Crime do Padre Amaro*, o consultório de Carlos permanece sempre vazio, e raros são os doentes que aparecem. Começa então a viver um tédio de dias infintos dentro do consultório solitário, à espera de pacientes que não vêm. Ao lado do inseparável amigo Ega, Carlos lembrará com melancolia desta época, quando, já ao final do romance, por volta de seus quarenta anos, vê que o lugar onde atendia se tornou um pequeno atelier de modista: “Que estúpidas horas Carlos ali arrastara, com a *Revista dos Dois Mundos*, na espera vã dos doentes, cheio ainda de fé nas alegrias do trabalho!...” (QUEIRÓS, 2003, p. 475)

Uma afirmação franca do amigo e colega Dr. Teodósio revela a possível causa da sua falta de doentes: “Você é muito elegante para médico! As suas doentes, fatalmente, fazem-lhe olho! Quem é o burguês que lhe vai confiar a esposa dentro duma alcova?... Você aterra o *pater-familias!*” (QUEIRÓS, 2003, p. 130) Ao contrário de Dr. Gouveia, de *O Crime do Padre Amaro*, Carlos não tinha a aparência de doutor indulgente, barbas grisalhas, “ar de infalibilidade”. O jovem recém-saído de Coimbra era um elegante, que de fato provocava o olhar das mulheres. Num mundo ainda envolto em preconceitos, onde muitos homens viam os médicos como ameaças, com aval para estarem a sós com suas filhas e senhoras em roupas de baixo, era natural que houvesse verdade no que dizia Dr. Teodósio. A própria condessa de

Gouvarinho usa a desculpa de levar o filho Charlie ao médico para se insinuar a Carlos. Em outra ocasião, em sua própria casa, leva Carlos ao quarto do filho alegando uma indisposição no menino, quando na verdade pretendia estar a sós com o amante.

Quando desperta o interesse por Maria Eduarda, Carlos também conta com sua posição de médico para disfarçar as repetidas visitas. Assim despista as suspeitas de Dâmaso e da condessa de Gouvarinho, que desconfiam de caso amoroso. Embora não houvesse nada entre Maria e Carlos ainda neste momento, ambos já nutriam um amor mútuo, e aproveitavam a situação para se verem diariamente e desfrutarem da companhia um do outro. Até o fato de Maria escolher Carlos como médico da família, quando lhe manda chamar pela primeira vez através de um bilhete escrito por ela mesma, lhe soa como uma aceitação de seu amor. Afinal, seus pensamentos lhe dizem que ela poderia ter escolhido qualquer médico.

Carlos tem acesso a aposentos da casa de Maria Eduarda aos quais não teria se fosse outra a sua profissão. O médico traçava planos e estratégias para conhecer a mulher que tanto lhe chamara a atenção. Busca uma maneira de ser apresentado a ela através de Dâmaso, sem sucesso; vai até Sintra a fim de vê-la, também sem sucesso, até que é chamado inesperadamente para adentrar sua casa. Ele se surpreende com o chamado e se regozija, vai ao quarto de Maria tratar a pequena Rosa. Pelos objetos que ali observa, começa a traçar o perfil daquela que amava secretamente.

Nesta ocasião, Carlos encontra a pequena Rosa incomodada por uma dor. Ele vê um quarto todo fechado e a pobre menina metida na escuridão e no isolamento. O médico desaprova a medida, tomada pela governanta inglesa. Ele manda que se abram os reposteiros, para que haja luz no cômodo e repreende Miss Sara. Afinal, o que muitos ainda tinham costume de fazer – cerrar janelas quando se encontravam enfermos – é censurado pela Medicina de Carlos, que já compreende que este não era o tratamento adequado.

Após um longo período inicial sem doentes, Carlos recebe uma enxurrada de pacientes, pois a notícia de sua primeira experiência bem-sucedida se espalha pela cidade. O jovem consegue a cura para Marcelina, que padecia com uma pneumonia.

Era a primeira doente grave de Carlos, uma rapariga de origem alsaciana, casada com o Marcelino padeiro, muito conhecida no bairro pelos seus belos cabelos, loiros e penteados sempre em tranças soltas. Tinha estado à morte com uma pneumonia; e apesar de melhor, como a padaria ficava defronte, Carlos ainda às vezes à noite atravessava a rua para a ir ver, tranquilizar o Marcelino, que, defronte do leito e de gabão pelos ombros, sufocava soluços de amante, escrevinhando no livro de contas. Afonso interessara-se ansiosamente por aquela pneumonia; e agora estava realmente agradecido à Marcelina por ter sido salva por Carlos. Falava dela comovido; gabava-lhe a linda figura, o asseio alsaciano, a prosperidade que trouxera à padaria... Para a convalescença, que se aproximava, já lhe mandara até seis garrafas de Chateau-Margaux. (QUEIRÓS, 2003, p. 80)

D. Afonso preocupava-se com a ociosidade do neto e ficara realmente contente com a cura de Marcelina. O narrador relata o aumento no número de pacientes de Carlos com certa ironia: “via alguns doentes no bairro onde se espalhara, com um brilho de legenda, a cura de Marcelina – e as garrafas de Bordéus que lhe mandara Afonso.” (QUEIRÓS, 2003, p. 89) De fato, faz-se entender que não somente pela cura procuravam Carlos, mas talvez também com a vaga esperança de receber um pequeno regalo do avô do médico.

Neste momento a carreira de Carlos parece guinar: já é reconhecido por muitos na cidade como um médico respeitável, escreve artigos para a *Gazeta Médica* e planejava escrever um livro: *Medicina Antiga e Moderna*. Mas não deixava de cuidar do seu luxo, e com o gosto pela arte, não abandonava ideias de fazer uma Revista ao lado do amigo Ega, que fosse “força pensante em Portugal”.

Algumas pesquisas feitas por Carlos também eram mal compreendidas por colegas de profissão. A vacina, descoberta em 1796 pelo médico britânico Edward Jenner, ainda era motivo de críticas. Ainda não se acreditava plenamente que a inoculação do vírus para prevenção de moléstias era uma saída confiável. Eça descreve a vacina nas pesquisas de Carlos. Um tema que a história mostra ter sido extremamente polêmico por muito tempo, e que hoje se sabe ser eficaz, já era pesquisado por Carlos da Maia, não deixando de causar controvérsias. As críticas diziam que suas pesquisas não passavam de caprichos de homem rico e inteligente, e o faziam refugiar-se no projeto de seu livro.

O laboratório mesmo prejudicava-o. Os colegas diziam que o Maia, rico, inteligente, ávido de inovações, de modernismos, fazia sobre os doentes experiências fatais. Tinha-se troçado muito a sua ideia, apresentada na *Gazeta Médica*, a prevenção das epidemias pela inoculação dos vírus. Consideravam-no um fantasista. E ele, então, refugiava-se todo nesse livro sobre a Medicina antiga e moderna, o seu livro, trabalhado com vagares de artista rico, tornando-se o interesse intelectual de um ou dois anos. (QUEIRÓS, 2003, p. 130)

Não demora muito para que as mil ideias, o entusiasmo e o fervor característicos de sua chegada a Lisboa desapareçam. Quando Ega se vê escorraçado de Lisboa, depois da descoberta de seu caso amoroso com Raquel, D. Afonso comenta a péssima estreia do amigo. Carlos reflete nas palavras do avô e percebe que, em seis meses de trabalho, também não evoluíra nada, e toma para si também a “péssima estreia”:

E nessa noite, depois de voltar de Santa Apolónia, Carlos pensava nestas palavras, dizia também consigo: – Péssima estreia!... E nem só a estreia do Ega era péssima; também a sua. E talvez, por pensar nisso, as palavras do avô tinham tido aquela tristeza. Péssimas estreias! Havia seis meses que o Ega chegara de Celorico, embrulhado na sua grande peliça, preparado a deslumbrar Lisboa com as *Mémoires dum Átomo*, a dominá-la com a influência de uma Revista, a ser uma luz, uma força, mil outras coisas... E agora, cheio de dívidas e cheio de ridículo, lá voltava para Celorico, escorraçado. Péssima estreia! Ele, por seu lado,

desembarcara em Lisboa, com ideias colossais de trabalho, armado como um lutador: era o consultório, o laboratório, um livro iniciador, mil coisas fortes... E, que tinha feito? Dois artigos de jornal, uma dúzia de receitas, e esse melancólico capítulo da Medicina entre os Gregos. Péssima estreia! (QUEIRÓS, 2003, p. 198)

Os estudos no laboratório já começam a ser prejudicados pela paixão que nutre por Maria Eduarda. Por mais que desejasse dividir os momentos de estudo e trabalho com as horas de lazer que passava ao lado de Maria, todas as vezes em que sabia ir visitá-la à rua de S. Francisco, ficava tão ansioso que não conseguia concentrar-se no trabalho. Depois desta visita rotineira, recapitulava cada cena vivida, cada palavra falada, sem se dedicar em nenhum momento às suas pesquisas ou ao seu livro. Se punha de volta ao consultório, “fumava *cigarettes*, lia os poetas.” (QUEIRÓS, 2003, p. 252)

A ociosidade de Carlos incomoda D. Afonso e Maria Eduarda. Quando este retorna de uma temporada em Santa Olávia, Ega e Carlos inventam a ideia de uma Revista que promovesse educação, cultura e política, criada de última hora para agradar o velho, que a vê com entusiasmo. Carlos chega a se animar com a ideia, imagina como Maria se regozijaria com algo que “o lançava, como era o desejo dela, numa luta interessante de ideias.” (QUEIRÓS, 2003, p. 383) Mas a Revista não passa do entusiasmo do primeiro momento, e não volta sequer a ser discutida. Afinal, nesta mesma noite, Ega viria a descobrir que Carlos e Maria Eduarda eram irmãos.

Maria também não aprovava a ociosidade de Carlos: “Quase tinha remorsos, dizia ela, daquela preguiça de Carlos.” (QUEIRÓS, 2003, p. 353) Ela o incentiva a trabalhar, a concluir seu livro, mas ele responde sem muita seriedade e com bom humor às suas admoestações. Parecia não acreditar na civilização e estar frustrado com seu país, tal qual o amigo Ega. Como Maria continuava insistindo, Carlos volta a compor alguns artigos, que eram passados a limpo por ela. Mas fica claro que aquilo era mais para contentá-la do “que para satisfazer suas necessidades de espírito.” (QUEIRÓS, 2003, p. 358)

Carlos ainda tenta se dedicar ao livro que na verdade nunca será concluído. O projeto envolvia mostrar grandes médicos, benfeitores da humanidade, conforme chega a relatar a Maria Eduarda. Mas, assim como Ega, que proclama durante todo o romance a publicação das *Memórias dum Átomo*, Carlos faz grandes planos de revolucionar a Medicina, que não passam do fervor inicial, logo arrefecido e substituído por toda uma vida de ociosidade.

O estatismo social representaria Portugal. Afinal, quando, nos fins de 1886, retorna de Paris (sua nova morada), em visita a Lisboa, tanto sua vida quanto a capital pouco tinham mudado. As observações de Carlos incluem repetidas vezes palavras como mesma/mesmo/mesmos, representando esta inatividade. Ega conversa com ele sobre vários

assuntos, novidades, antigos amigos. Quando relata o caso da Adosinda, ocorrido entre os rapazes do turfe após a ceia no Silva, um fato divertido a Ega e aos amigos portugueses parece simplesmente “uma orgia grandiosa” para Carlos. Os amigos pareciam não mais falar a mesma língua, e Ega se revolta, defendendo sua orgia e sua Pátria. Carlos termina o romance vivendo uma existência de dândi em Paris, que não pretende abandonar.

Na famosa cena do americano, que ocorre ao final do romance, ele e Ega tecem longas considerações sobre efemeridade da vida e seu real valor. Concluem que não valeria a pena viver, numa conversa que logo seria desmentida pela atitude subsequente. Enquanto dizem que não vale a pena correr atrás de nada, lembrando o autor do Eclesiastes, veem um americano e se apressam por tomá-lo, lembrando o jantar marcado no Braganza. A metáfora apresentada na reta final da obra mostra que, por mais que Carlos se desiludisse com a vida, imediatamente se vê impulsionado a seguir seu rumo. Afinal, o impulso por se continuar a caminhada da vida é mais forte do que qualquer frustração.

4.5. O realismo-naturalismo em *Os Maias*

Carlos Eduardo é um médico diferente de todos os outros retratados por Eça. Julião era um clínico que via tudo com os olhos científicos, direto e frio em seus diagnósticos. Para ele, deveria haver uma ideia que explicasse de alguma forma o homem e sua existência, que desse uma resposta pautada na ciência até para os fatos mais simples da vida. Julião busca esta ideia durante todo o romance, mas não consegue encontrá-la. Dr. Gouveia crê que já encontrou esta ideia: para ele também era possível encontrar solução para qualquer caso aplicando o lado prático da ciência. Nas conversas que tinha com Amélia, não via a tristeza ou alegria da menina, mas sempre buscava um lado que contemplasse a conservação da reputação e ao mesmo tempo respeitasse as convenções sociais. Estes dois médicos agem como porta-vozes do realismo-naturalismo, proclamando teses e defendendo a ciência em voga, o Positivismo.

Se colocarmos em análise os três médicos, chegamos a conclusão de que são todos diferentes entre si: Dr. Gouveia busca e de fato acha que encontrou uma “ideia” que explica a vida e o homem, Julião busca e sabe que não encontrou, e Carlos nem ao menos busca, pois tem consciência de que esta ideia reducionista, capaz de tudo explicar, simplesmente não existe.

Carlos Eduardo mostra que o discurso médico não viria simplesmente para servir de contraponto ao discurso religioso. Ao contrário, ele questiona algumas teses do realismo-naturalismo, alegando que o lado prático desta visão chegara a um ponto que considera

exagerado. O momento emblemático do romance a este propósito é numa discussão sobre literatura que trava com os amigos no Hotel Central. Tudo começa quando Dâmaso relata um crime que acontecera à Mouraria, bairro pobre de Lisboa. Carlos afirma que este mundo de fadistas lhe parecia muito peculiar, e mereceria um estudo. Tal estudo caberia ao realismo-naturalismo, que se propunha a investigar o lado mais obscuro do ser através de olhos bastante analíticos. Alencar defende veementemente seu romantismo, chamando o realismo-naturalismo de “literatura latrinária”. E, ao lado de alguns amigos que também comentam o dito de Alencar, Carlos expõe a sua opinião:

Craft não admitia também o naturalismo, a realidade feia das coisas e da sociedade estatelada nua num livro. A arte era a idealização! Bem: então que mostrasse os tipos superiores duma humanidade aperfeiçoada, as formas mais belas do viver e do sentir... Ega horrorizado apertava as mãos na cabeça – quando do outro lado Carlos declarou que o mais intolerável no realismo eram os seus grandes ares científicos, a sua pretensiosa estética deduzida duma filosofia alheia, e a invocação de Claude Bernard, do experimentalismo, do positivismo, de Stuart Mill e de Darwin, a propósito duma lavadeira que dorme com um carpinteiro. (QUEIRÓS, 2003, pp. 113-114)

A busca pelos pensadores positivistas para explicar os mais simples fatos da vida era desaprovada por Carlos. Ega representa a voz extrema do realismo-naturalismo, defendendo uma visão mais próxima da de Julião. Ele não concorda com Carlos nem com Alencar, e afirma que o realismo precisava de ainda mais espírito científico, era necessário “o estudo seco dum tipo, dum vício, duma paixão, tal qual como se tratasse dum caso patológico, sem pitoresco e sem estilo!” (QUEIRÓS, 2003, p. 114) Ega se exaltará na defesa de seu ponto de vista, a ponto de discutir seriamente com Alencar.

Carlos não era defensor veemente destes ideais. Ele os questionava, levantava discussões, mas não se punha a lutar pelo seu ponto de vista como Ega ou Alencar. Carlos simplesmente deixa claro que, embora fosse um médico, defensor da ciência e estudioso da filosofia positivista, acreditava que ela não era necessária para toda a explicação ou romance que se fosse escrever. Para ele, seria perda de tempo e exagero a invocação de grandes nomes das ciências para este fim.

O cientificismo estava intimamente ligado ao realismo. Afirmando a superioridade da ciência sobre outras formas de compreensão humana da realidade, como a religião ou a filosofia, o cientificismo busca apresentar benefícios práticos com autêntico rigor cognitivo. Para tudo haveria uma explicação prática e científica. Em romances como *O Primo Basílio* e *O Crime do Padre Amaro*, isso aparece. Luísa trai o marido porque se casa sem amor, vive na ociosidade, lê romances onde há adultérios e é sonhadora. Poderia fugir do seu destino? Talvez sim, talvez não... O fato, entretanto, é que se deixa vencer pelo social e por si mesma.

Porém, naquela sociedade viviam muitas Luíças, que nem sempre morriam de culpa. Eça deixa isso ainda mais claro através de uma personagem que ilustra bem isso: Leopoldina, amiga de Luíça, que dança na *soirrée* da Cunha enquanto a amiga jaz na sepultura. Também Amélia é criada com os terrores da religião católica e sua vida é povoada por padres, igrejas e santos. Não conhecendo outra realidade, ela se deixa seduzir pelo padre Amaro, se torna sua amante e assim como Luíça, morre ao final. Mas a ambiguidade não deixa de existir também aqui: quantas mulheres também não viviam amancebadas com padres e não eram punidas com a morte? A própria S. Joaneira, mãe de Amélia, segue normalmente seu romance com cônego Dias mesmo após a morte da filha.

Em *Os Maias* temos o que Carlos Reis chamou de “colapso do realismo-naturalismo.” (REIS, 2000, p.32) No ideal naturalista, a educação sempre fora um determinante no destino do ser. Em Pedro da Maia ainda se percebe esta premissa. Carlos Eduardo, ao contrário, recebe uma educação que, segundo a concepção de seu avô, certamente faria dele um homem útil ao seu país. Mas ele é levado involuntariamente a viver uma relação incestuosa com Maria Eduarda. O golpe que recebe ao descobrir a verdade é tal que não consegue encará-lo, perde as esperanças de progredir em outras áreas de sua vida. Foi impossível fugir de seu insucesso, o que contraria algumas das leis do realismo-naturalismo, e ao final Carlos encontra-se numa ociosidade de dândi.

Por fim, Maria Eduarda tem em sua caracterização algo do naturalismo, embora não por completo. A construção desta personagem é híbrida, um pouco influenciada pelo meio, mas também mantendo posições e motivações próprias. Carlos Reis (2002, p.38) destaca: “Deparamos com uma caracterização híbrida, isto é, com uma caracterização que, ligando-se ainda à estética naturalista do ponto de vista temático, dela se desliga, em termos estruturais.” Maria de fato é levada pelas condições em que vive, ao lado da mãe, uma prostituta, a uma vida de “concubinato”, primeiro com o irlandês, depois com o brasileiro. Ainda assim alcança uma posição de “esposa”. Aos olhos de todos os portugueses de Lisboa, Maria Eduarda é madame Castro Gomes. Quando se impõe momentaneamente diante de Carlos, sendo ainda “a mesma mulher” que ele amara, embora não mais uma “madame”, ainda aqui consegue ultrapassar as convenções de seu tempo.

É possível perceber claramente o realismo-naturalismo na vida de Pedro da Maia, que, como Amélia, foi criado debaixo da cartilha dos padres e torna-se um homem frágil e covarde. Mas isto não fica completamente estabelecido na construção da personagem Maria Monforte, que poderia ser crucificada por abandonar o marido e o filho para viver uma aventura com o amante, mas que não consegue abandonar a filha. Leva-a consigo. E mesmo

quando se vê em dificuldades financeiras, não pensa em reclamar a herança que era de Maria Eduarda por direito.

João da Ega é defensor ferrenho do realismo-naturalismo em todo o romance. Vemos isto na cena em que se bate contra Alencar. Em outro ponto, quando retorna de uma temporada em Celorico, em uma conversa com Carlos, é repreendido pela linguagem chula que está adotando. Neste momento ele deixa transparecer despreocupadamente o que pensa ser o realismo-naturalismo: “Ega, um pouco corado, arrependido talvez, lançou-se em considerações críticas, clamando pela necessidade social de dar às coisas o nome exato. Para que servia o grande movimento naturalista do século?” (QUEIRÓS, 2003, p. 260) Destaca então uma das características do realismo, a seu ver uma das mais importantes: a luta por nomear as coisas, que antes eram vistas pela ótica romântica como um amor genuíno, mas que no realismo são nomeadas de “adultério”.

Em uma conversa de Ega com Gonçalo no jornal da *Tarde*, este lhe diz cinicamente o que para ele era a literatura de então, numa tentativa de justificar suas preferências políticas pelo Gouvarinho, uma vez que votaria nele mesmo o julgando uma cavalgada: “Antigamente a literatura era a imaginação, a fantasia, o ideal... Hoje é a realidade, a experiência, o fato positivo, o documento.” (QUEIRÓS, 2003, p. 390) Mesmo que sua afirmativa esteja envolta num cinismo por uma tentativa de compará-la com a política, não se pode dizer que ele estava errado. Afinal, a literatura romântica buscava retratar uma realidade envolta numa visão idealizada de seus autores, ao passo que a realista-naturalista via com o olho analítico da ciência, em busca de uma visão supostamente mais fiel à vida.

Alencar lembrará saudosamente o romantismo, como faz outras vezes no romance, e novamente irá expor sua visão quanto a esta literatura que ele mesmo abominava: “Era outra coisa, meu Carlos! Viviam-se! Não existiam esses ares científicos, toda essa palhada filosófica, esses badanecos positivistas... Mas havia coração, rapaz!” (QUEIRÓS, 2003, p. 123) Posteriormente ele mesmo se renderá à nova literatura, antes chamada de latrinária, admitindo concessões e compondo alguns versos utilizando o que agora chama de “Ideia Nova”, dentro dos moldes realistas.

A visão sexista do realismo-naturalismo também fica clara quando Ega e outros cavalheiros cavaqueiam na casa do conde de Gouvarinho. Comentava-se sobre a instrução das mulheres, e aos olhos do sr. Sousa Neto e do conde, a mulher deveria sim ter alguma instrução. Ega, entretanto, afirma:

Uma mulher com prendas, sobretudo com prendas literárias, sabendo dizer coisas sobre o sr. Thiers, ou sobre o sr. Zola, é um monstro, um fenómeno que cumpria recolher a uma companhia de cavalinhos, como se soubesse trabalhar nas argolas. A mulher só devia ter duas prendas: cozinhar bem e amar bem. (QUEIRÓS, 2003, p. 270)

E cita então seu respaldo literário para tal opinião: Phroudon fala do amor conjugal, estritamente no matrimônio, para a procriação. A mulher que lesse corria grandes riscos. Em *Os Maias* temos Maria Monforte, leitora de novelas, que, aliás, a inspiram a colocar o nome Carlos Eduardo em seu filho, e que poderiam ter contribuído para sua fuga com o italiano. E temos Maria Eduarda, leitora de clássicos, mulher de espírito capaz de conversar sobre assuntos mais eruditos. Seu caráter não é o de uma aventureira simplesmente por ler novelas.

Carlos também deixa transparecer algumas de suas ideias quanto ao pensamento realista-naturalista durante alguns episódios de sua vida. Num primeiro momento se vê diante de seu amor por Maria Eduarda interdito por seus próprios princípios, uma vez que descobre que ela nunca fora casada, mas vivia como amante de Castro Gomes. O amor por Maria o faz progredir neste amor, apesar das restrições e preconceitos da época. Posteriormente, quando vê seu nome ao lado do dela no artigo da *Corneta do Diabo*, se indigna e se rende ao moralismo de então:

Sim, toda a sociedade de Lisboa fazia um monturo sórdido neste canto do mundo – mas, em suma, havia no artigo da *Corneta* uma calúnia? Não. Era o passado de Maria, que ela arrancara de si como um vestido roto e sujo, que ele mesmo enterrara muito fundo, deitando-lhe por cima o seu amor e o seu nome. (QUEIRÓS, 2003, p. 360)

Carlos admite que o que o artigo publicara era verdade, quando na verdade não era. Maria não era uma cocote. Antes de Carlos, ela tivera dois homens, e não obstante as insinuações de sua mãe, nunca aceitara se prostituir. Mas este seu passado de amantes sem nunca ter se casado a deixava, aos olhos daquela sociedade, no mesmo nível que uma cocote que tivera mil homens. E Carlos, por mais que quisesse aceitá-la como ela era, propondo até o casamento, não conseguia se desarraigá-la dessa visão moralista, afirmando enfim que o que dizia a *Corneta* era verdade.

Num segundo momento, ao descobrir que Maria Eduarda é sua irmã, uma série de questionamentos surgem em sua mente, e ele pondera sobre o que deveria fazer. As duas óticas permeiam seus pensamentos: tanto a romântica, quanto a naturalista. E ele inicialmente condescende enfim com a última:

Decerto era terrível tornar a vê-la naquela sala, quente ainda do seu amor, agora que a sabia sua irmã... Mas por que não? Havia acaso ali dois devotos, possuídos da preocupação do demônio, espavoridos pelo pecado em que se tinham atolado ainda que inconscientemente,

ansiosos por irem esconder no fundo de mosteiros distantes o horror carnal um do outro? Não! (...) Ambos tinham em si bastante força para enterrar o coração sob a razão, como sob uma fria e dura pedra, tão completamente que não lhe sentissem mais, nem a revolta nem o choro. E ele podia desafogadamente voltar àquela sala, toda quente ainda do seu amor... (QUEIRÓS, 2003, p. 442)

Carlos não aceita para si a penitência, como ocorreria num romance ou num drama romântico, como ocorre em *Frei Luís de Sousa*, de Almeida Garrett. Ao contrário, ele entende que os tempos são outros. Carlos inicialmente não terá a força que pensa para, guiado pela razão, refutar esse amor, tão somente por saber que a mulher que tanto ama é sua irmã. Continua a encontrar-se com Maria Eduarda. Depois sim, introjeta as proibições sociais e recua, afastando-se dela.

Embora durante todo o romance Ega fosse um defensor implacável do realismo-naturalismo, ao final do romance, já mais maduro e sem os ímpetos da juventude, afirma que só o que dá relevo à vida é a paixão, e admite a Carlos: “Que temos nós sido desde o colégio, desde o exame de latim? Românticos: isto é, indivíduos inferiores que se governam na vida pelo sentimento e não pela razão!” (QUEIRÓS, 2003, p. 484) Carlos então expõe algumas de suas ideias ao inseparável amigo: “Mas Carlos queria realmente saber se, no fundo, eram mais felizes esses que se dirigiam só pela razão, não se desviando nunca dela, torturando-se para se manter na linha inflexível, secos, hirtos, lógicos, sem emoção até o fim...” (QUEIRÓS, 2003, p. 485)

Carlos, como foi dito anteriormente, não era um médico igual a Julião ou Dr. Gouveia. Ele mesmo reflete que não vivera pela razão, e se pergunta num tom crítico como seriam aqueles que por esta se guiavam. Aos seus olhos não se poderia ser feliz com esta visão de mundo, tão pautada no cientificismo, na lógica, sem qualquer emoção. Fica uma crítica final, demonstrando um pouco do seu pensamento quanto a esta filosofia tão seguida por aqueles que se dedicavam às ciências, mas refutada por ele como estilo de vida.

Afinal, Carlos talvez surja para mostrar que os médicos não servem apenas como um contraponto ao discurso religioso, como pode transparecer com a irreligião de Julião ou o caráter extremamente racional de Dr. Gouveia. Carlos Reis (2000, p. 32) também deixa isto claro quando fala sobre o colapso do realismo-naturalismo, pois a discussão científica como pano de fundo para o realismo estava tomando contornos exagerados em certos autores, como chega a criticar Carlos Eduardo em certo ponto do romance, já referido. Eça mostra com *Os Maias* que há reflexões a serem feitas, muito maiores do que tão somente rotular os médicos com a bandeira do cientificismo.

CONCLUSÃO

A vida durante o século XIX de fato não era das mais fáceis. As doenças elencadas neste trabalho, percebidas ao longo das três obras em estudo, possibilitam perceber que a saúde ainda era algo extremamente frágil. Embora se possa ver algum progresso, os enfermos ainda contavam com uma Medicina rudimentar e pouco equipada.

A tuberculose, então conhecida como tísica, é uma das doenças observadas em algumas obras de Eça, afligindo personagens de *O Crime do Padre Amaro* e de *O Primo Basílio*. Ao lado desta, estão outras doenças do peito, como a pneumonia, alguns dos males que mais afligiam a população oitocentista. Embora fosse uma doença extremamente perigosa e, em muitos casos, fatal, percebe-se nestas obras personagens que sobreviveram à tão temida enfermidade: João Eduardo, de *O Crime do Padre Amaro*, e Marcelina, d'*Os Maias*. Dr. Gouveia ganha grande estima de João após conseguir curá-lo. E Carlos Eduardo consegue alguma clientela e reconhecimento depois que consegue agir na recuperação de Marcelina. A Medicina dava alguns passos importantes, e doenças, antes fatais, agora já podiam ser contornadas.

Além das doenças do peito, foi possível observar outras moléstias recorrentes no século XIX: o reumatismo, as doenças mentais, as febres nervosas, a sífilis, a apoplexia. Esta última, tão mencionada em diversos romances como causa para tantas mortes, é conhecida hoje como acidente vascular cerebral. As mortes repentinas, como a do pai de Amaro ou a de D. Afonso da Maia, geralmente eram diagnosticadas como apoplexia, que possuía este caráter súbito e inesperado. Em *Os Maias* se vê o único personagem que consegue escapar ao destino fatal desta moléstia: o pai da condessa de Gouvarinho, que depois de padecer por um longo período, finalmente se recupera e sobrevive.

As febres nervosas fazem parte da lista de doenças psíquicas causadas por interdições sociais. Assim como a neurastenia e a melancolia, estas febres atingiam pessoas que não conseguiam sobreviver às regras impostas por aquele mundo, e acabavam somatizando conflitos psíquicos. Amaro e Amélia são exemplos de personagens que não conseguiam conviver com suas interdições sexuais: ele por ser padre e ela por ser solteira. Ambos manifestam o mesmo tipo de febre, diagnosticada em diferentes momentos, mas apresentando a mesma causa. Da mesma forma ocorre com Luísa, de *O Primo Basílio*. A jovem passa por grande pressão psicológica ao sofrer chantagem da empregada Juliana, o que já a debilita bastante. Por fim, quando é descoberta como adúltera por Jorge, não consegue conviver com a culpa e com as consequências de seu ato. Adoece gravemente, e vem a falecer. Julião chega a

diagnosticar as excitações nervosas como causas do problema, mesmo não conhecendo a aflição de Luísa durante os últimos meses.

Em outras obras, como *Frei Luís de Sousa*, de Almeida Garrett, também é possível notar situações parecidas: Maria, filha de Manuel de Sousa Coutinho e Madalena, morre com uma grave febre, logo depois de se descobrir filha natural de uma união considerada ilegítima. A literatura consegue então retratar um pouco das doenças decorrentes das pressões impostas por aquele mundo oitocentista. Afinal, como se destacou no primeiro capítulo deste trabalho, não eram poucas as doenças relacionadas às pressões sociais sofridas pelos indivíduos.

Elencando as doenças encontradas nas obras em estudo, vimos como era frágil a saúde durante o século XIX. As constantes preocupações com janelas abertas, correntes de ar e cuidados com a garganta mostram que havia uma séria preocupação quanto ao contágio de doenças, pois sabia-se que uma vez doente, não seria fácil obter a cura. O risco de morrer estava sempre presente quando se adoecia,

Os tratamentos médicos utilizados na época também mostram porque a população oitocentista temia tanto as doenças. Embora tivessem ocorrido progressos na Medicina, os tratamentos ainda eram bastante limitados, utilizando métodos rudimentares. Personagens que adoeceram, como Luísa em *O Primo Basílio* e Amélia ou D. Josefa em *O Crime do Padre Amaro*, mostram um pouco desta Medicina. Quando Luísa é acometida pela febre que a mataria, as medidas tomadas por Julião são compressas de água fria na cabeça, sinapismos de mostarda aos pés, e sempre o repouso absoluto, primeira recomendação quando alguém se achava incomodado. Afinal, acreditava-se que a maior parte das enfermidades provinha, ou de certa forma estaria ligada, ao cunho nervoso, e através do repouso seria mais fácil obter a recuperação. A alimentação também era lembrada, pois daria força ao corpo para se recuperar das enfermidades: papas, mingaus e sopas eram servidos aos doentes. Mesmo com tudo isso, Luísa viria a piorar e Julião deduz que o cabelo estaria atrapalhando na absorção das compressas, orientando que lhe fosse cortado o cabelo. Uma medida vista pela Medicina de hoje como algo completamente ineficaz foi logo acolhida por todos. Esperava-se que as compressas e sinapismos penetrassem a pele e efetuassem a cura. Para as dores de cabeça, Julião recomenda que lhe ponham mais travesseiros, a fim de conservar a cabeça alta, medida que não encontra eficácia.

Entende-se, portanto, porque os doentes eram sempre tratados em casa, raramente sendo levados a hospitais. A forma de tratamento administrada na casa do paciente era a mesma a ser administrada fora, uma vez que a Medicina de então possuía poucos recursos. Amélia tem seu filho em casa, à Ricoça, com a ajuda de uma parteira, como era de costume na

época. E depois, mesmo quando seu estado de saúde se agrava, não se cogita procurar um hospital. Os médicos atendiam na casa dos pacientes, o hospital era destino para os pobres que não possuíam quem deles cuidasse. Em *O Século de Schinitzler*, Peter Gay (2002, p. 67) afirma: “No século XIX, somente os pobres iam para o hospital, o que equivalia a uma sentença de morte. Os vitorianos de classe média nasciam em casa, pariam em casa e morriam em casa.”

Amélia é tratada com sangrias, e pouco tempo depois morre. Dr. Gouveia, médico de muita experiência e ciência, é criticado pela parteira, que acreditava não ser este o tratamento mais indicado. Os médicos ainda disputavam espaço com muitos que se diziam profissionais da saúde, ou portadores de virtudes curativas, capazes de obter o reestabelecimento da saúde por meios alternativos. O recurso às parteiras era um costume popular, recomendadas, por vezes, pelos próprios médicos, como se vê com o próprio Dr. Gouveia, que recomenda a Micaela para Amélia.

Em *O Primo Basílio* esta busca pela cura através de meios alternativos fica clara quando Juliana vai repetidas vezes ao médico e não consegue melhorar de suas enfermidades. A colega Joana a aconselha a buscar a mulher de virtudes: “Mas por que se não resolvia a Sra. Juliana a ir à mulher de virtude? Era a saúde certa. Morava ao Poço dos Negros; tinha orações e unguentos para tudo. Levava meia moeda pelo ‘preparo’.” (QUEIRÓS, 2006, p. 41) Nota-se que alguns tinham uma confiança muito maior em curandeiros do que nos próprios médicos. Como Joana diz, “era saúde certa”.

A falta de estrutura dos hospitais e os poucos recursos da Medicina de então levavam muitos a não acreditar nos médicos, ainda deixando tudo “pela vontade de Deus”. A estaqueira, em conversa com Juliana em *O Primo Basílio*, declara o descrédito que depositava nestes profissionais: “Não tinha fé nos médicos. Era dinheiro deitado à rua... (...) Enfim, fosse feita a vontade de Deus!” (QUEIRÓS, 2006, p. 80)

Os próprios padres eram muitas vezes chamados no lugar dos médicos, pois se acreditava que as orações poderiam ser mais eficazes do que os emplastros. Com o decorrer do século, já foi sendo possível conciliar Medicina e religião, cada um fazendo o seu papel. Enquanto o médico administrava tônicos e xaropes à D. Josefa, em *O Crime do Padre Amaro*, as amigas e os padres faziam suas orações e promessas a Deus e aos santos.

Neste aspecto, *O Crime do Padre Amaro* permite-nos observar de perto alguns costumes que hoje se encontram distantes demais de nossa realidade, transportando o leitor atual para um tempo em que ciência e religião começavam os embates, e onde a Medicina, ainda em ascensão, oferecia recursos que davam mais confiança aos enfermos. O apego

demasiado dos religiosos a crenças e promessas na busca pelo reestabelecimento da saúde não ofuscava mais a procura pelo médico, que era visto agora como presença necessária.

A religião e a ciência ainda enfrentavam certos embates e divergências. Através do Dr. Gouveia, Eça conseguiu suscitar no leitor da época questionamentos quanto às ideias religiosas daquele período. Todas as falas do médico sempre chamavam a atenção para algum ponto discordante entre o pensamento racional e a religião. Mas estas duas ideias tão dissonantes já conseguiam por vezes conviver relativamente bem, o que se percebe na cena final de *O Crime do Padre Amaro*. Embora Dr. Gouveia e abade Ferrão travem uma discussão cheia de desacordos, ambos apreciam conversar sobre suas diferenças, o que se nota nas repetidas conversas que têm ao longo do romance.

O realismo-naturalismo buscava mostrar na educação as causas do fracasso da sociedade. Nos três títulos também vemos referências a este tema. No caso de Luísa é feita referência aos romances que lia, que influenciaram de alguma forma a sua curiosidade pelo adultério. Percebem-se em seu caráter apenas alguns pudores da religião, no pedido por alguém que velasse Juliana. Em *O Crime do Padre Amaro* é talvez a educação fortemente católica que leva Amélia a não agir como se esperava que agissem as jovens solteiras, e se sentir atraída por um padre. A mesma educação católica é dada a Pedro, em *Os Maias*, e seu fracasso estaria intimamente ligado a isso, pois se torna um sujeito fraco, que vive exclusivamente guiado pelo sentimentalismo.

Por fim, Carlos Eduardo recebe uma educação completamente diferente, toda construída sob os moldes ingleses. D. Afonso percebera o fracasso que se efetuara com Pedro, e decide então investir no método inglês para educar seu neto. Carlos de fato se torna um homem forte, bom e de opiniões próprias, não o sendo somente “por medo às caldeiras de Pero Botelho”. Contudo, sob o prisma do ideal para o qual o criara D. Afonso, ele fracassa, pois não consegue se fazer útil ao seu país. Depois de repetidas tentativas por se firmar na carreira médica e da desilusão amorosa que sofre com Maria Eduarda, Carlos se frustra com a vida e abandona Portugal. Carlos talvez seja visto pelos que o cercam como um homem infeliz. Mas não se pode fazer tal afirmação. Afinal, ele poderia ser feliz com a vida dândi que levava em Paris. A educação inglesa, de fato, não fizera dele um homem mau e sem princípios, como temia o abade Custódio ao vê-lo crescer sem religião.

Dentre os três médicos estudados, é possível encontrar semelhanças entre Julião e Dr. Gouveia. Julião ilustra o lado difícil da profissão, a pouca aceitação que ainda encontrava em sua época. Em um momento de ascensão da Medicina, um médico pobre e sem colocação esclarece como ainda era difícil trilhar a carreira médica. Embora desejasse conseguir esta

colocação por méritos próprios, Julião por vezes cogita se render àquele mundo, solicitando a ajuda de Sebastião para encontrar alguém influente que o pudesse ajudar. O médico acreditava em sua profissão e queria exercê-la dignamente, sem a necessidade de abandoná-la por cargos políticos que pudessem lhe dar maior conforto e posição. Mas ele enfrenta muitas dificuldades e em certo momento chega a concluir que “devia se ter feito advogado, político, intrigante.” (QUEIRÓS, 2003, p. 225) Ele presencia injustiças: quando presta concurso para a Escola Politécnica. Mesmo com muito estudo, vê seu concorrente ser despachado em seu lugar. Certamente o conseguira por possuir padrinhos. Em vez de se revoltar e reclamar contra o mundo injusto, Julião aceita um posto médico que lhe fora oferecido para não fazer escândalo. Sua situação ainda não é boa, mas ele afirma que de alguma forma melhorara.

Julião também tem ideias muito próprias quanto à Medicina e a teorias como o positivismo, tão discutidas na época. Sua Medicina é toda baseada no que havia de mais moderno. Lia muito e procurava se informar das últimas descobertas na área. O tratamento ao qual submete Luísa causa descrença no colega Dr. Caminha, que se dizia um médico de prática, e não de livros. O método de Julião causava desconfiança, pois muitos não acreditavam na Medicina literária que ele apregoava. O próprio Jorge, seu primo, que muito o estimava, prefere não se fiar somente em sua ciência quando vê o estado de sua esposa Luísa se agravar. Ele chama também Dr. Caminha, que acredita mais na experiência do que nos livros.

Julião era extremamente radical na sua irreligiosidade. Dr. Gouveia também critica a Igreja, mas de forma moderada, argumentando com ideias racionais e respeitando a fé das beatas. Julião, ao contrário, faz questão de mostrar seu radicalismo. Numa conversa sobre a Itália, na casa do Conselheiro, ele chega a dizer que “se a Itália fosse liberal devia ter há muito expulso a coronhadas o Papa, o Sacro Colégio, e a Sociedade de Jesus!” (QUEIRÓS, 2006, p. 186). Ele não faz questão de esconder suas opiniões radicais, e em outro momento, neste mesmo jantar, afirma que “se fuzilarmos alguns banqueiros, alguns padres, alguns proprietários obesos e alguns marqueses caquéticos! Era uma limpezazinha!... – E fazia o gesto de afiar a faca.” (QUEIRÓS, 2006, p. 188) O Conselheiro, que por vezes se escandaliza com os comentários de Julião, prefere tomar este gesto como um gracejo.

Além disso, Julião se diferencia de Dr. Gouveia e de Carlos Eduardo na sua busca pela ideia nova, que fosse capaz de explicar o homem. Ele procura entender a morte e a vida, o casamento e as relações sociais, sob a ótica da ciência e das necessidades do homem. Mas não cessa por buscar uma ideia que pudesse explicar isso tudo:

Mas quem tem aí princípios? Quem tem aí quatro princípios? Ninguém; têm dúvidas, vícios secretos, dentes postiços; mas princípios, nem meio! Por consequência se houver três patuscos que se deem ao trabalho de estabelecer meia dúzia de princípios sérios, racionais, modernos, positivos, o país tem de se atirar de joelhos, e suplicar-lhes: Senhores, fazei-me a honra insigne de me pôr o freio nos dentes! (QUEIRÓS, 2006, p. 226)

Dr. Gouveia, ao contrário de Julião, crê que já encontrou esta ideia. Para ele, tudo pode ser explicado pelos olhos da ciência. O casamento é uma fórmula administrativa, as febres nervosas são fruto da irrealização sexual, uma moça solteira e grávida seria feliz se tivesse um marido que a aceitasse desta maneira, mesmo não havendo amor. O discurso moralizador da Medicina fica claro na voz de Dr. Gouveia. Se por um lado *O Crime do Padre Amaro* funciona como um libelo contra o poder da Igreja, por outro há a constituição de um novo poder igualmente moralizador pautado na Medicina. Enquanto a Igreja prescrevia o casamento como forma de manter a moral e família, evitando a libertinagem e o concubinato, a Medicina recomendava o casamento como profilaxia para doenças, para procriação e manutenção da espécie. Mas não sem um fundo moralizante, que percebia que a mulher deveria continuar como boa esposa e boa mãe, e o homem como um bom chefe de família e procriador.

Quando Dr. Gouveia propõe o casamento de Amélia com João Eduardo, este discurso moralizante fica evidente. Ele percebe no rapaz um homem forte, que poderia gerar rebentos saudáveis. Por outro lado, o abade Ferrão também apoia a união, e tenta convencer Amélia durante toda a sua gravidez. Sua visão é bem parecida com a do Dr. Gouveia: um casamento saudável, uma união que beneficiaria o casal moral e socialmente. Embora na Medicina haja toda a construção de num novo pensamento e a constituição de um novo poder, o fundo moralizante permanece, e o que se percebe é a busca por se manterem as tradições daquela sociedade.

Carlos Eduardo, por sua vez, critica os ares científicos do realismo-naturalismo, pois crê que não era necessário lançar mão da ciência para explicar simples fatos cotidianos. Carlos cresceu com uma educação inglesa, muito mais ligada ao racional do que ao religioso. Ele sabia que não existiam todas as respostas na religião. Da mesma forma, percebia que não era a ciência o lugar onde iria encontrá-las. Talvez este seja um dos motivos que o levam a se desiludir um pouco com a Medicina. Julião está ávido pelas respostas e as procura nos livros. Dr. Gouveia já as encontrou e as aplica em seus pacientes. Carlos Eduardo sabe que não irá encontrá-las, que o mundo e os homens são muito mais complexos do que preveem as fórmulas do senso comum.

Os estudos literários pautados em “estilos de época” estão um pouco ultrapassados. Contudo, neste trabalho foi necessário observar a literatura dentro das características apontadas pelo realismo-naturalismo. Para compreender personagens complexas como Luísa, Maria Eduarda e Amélia, era necessário voltar o olhar para o que os estudos mostram como características deste período da literatura. Afinal, o período em estudo é marcado pelo discurso científico, pela inserção de teorias positivistas na literatura. Os próprios autores literários buscavam inserir em suas obras este discurso, na busca por explicar o comportamento humano.

E por que o mundo literário deu tanto espaço para o saber médico? Certamente não foi para retratar uma tendência da época. Como afirma Sérgio Nazar David (2007, p. 97), “onde o romantismo pôs a religião, o naturalismo iluminista pôs a ciência médica.” Portanto, não é por acaso que os médicos são personagens recorrentes na literatura durante a segunda metade do século XIX. Durante este século, como se pôde notar no primeiro capítulo deste trabalho, houve um aumento significativo das doenças de cunho psíquico, em virtude do progresso que se acelerava. Inserindo em seu contexto a ciência médica, a literatura podia explorar mais a fundo estes saberes, através das enfermidades observadas em seus personagens. Além do progresso, outro problema causaria as doenças: um mundo fechado, sem muitas possibilidades de escolha, sobretudo para as mulheres.

Não foram poucos os autores que abordaram a Medicina em suas obras: Alfredo Gallis, Abel Botelho, Teixeira de Queirós são somente alguns dos nomes que se pode citar. Havia um objetivo específico para se recorrer a este estilo. Maria Helena Santana (2007, p. 232) afirma que neste período fica evidente a aproximação dos textos literários aos textos científicos. Alguns autores fazem uso de expressões científicas em seu texto, na busca por explicar alguns saberes médicos que apareciam no enredo de suas histórias. A literatura, com a maior liberdade que tem para especular sobre o bem e o mal-estar do homem no social, teria como alargar este saber médico, abrindo espaço para novos horizontes ainda por serem sondados. A atitude de Julião, tentando administrar conhaque à Luísa em uma das cenas finais de *O Primo Basílio*, é um exemplo disso. A literatura poderia sugerir possibilidades a serem exploradas pela ciência.

Embora tenha enfrentado dificuldades, a Medicina teve papel fundamental no século XIX. Através de seus avanços a expectativa de vida aumentou, famílias cresceram e se fortaleceram, e muitas doenças foram controladas. Mesmo enfrentando um difícil campo, onde a ignorância e a falta de higiene eram os maiores adversários, a ciência se desenvolveu ao longo do século, prestando um importante papel à população oitocentista.

A literatura, que ao longo dos séculos teve um caráter denunciativo e educativo, pôde contribuir tanto na apresentação das enfermidades e dos saberes médicos de então, quanto na sondagem do lado psíquico do ser. Desde o romantismo já se explorava este lado dos personagens, como fica claro na carta final de Carlos a Joaquina, em *Viagens na minha terra*, de Almeida Garrett. Os personagens de Julio Dinis em *Uma família inglesa* também são construídos com o auxílio de sonhos e delírios relatados ao leitor. Os homens de ciência já haviam percebido este mal-estar psíquico que assolava a população. Entretanto, a literatura tinha mais liberdade, talvez, para enveredar por caminhos, para se aprofundar em campos espinhosos e complexos, que o saber médico já palmilhava paulatinamente também.

REFERÊNCIAS

ALVES, Jorge Fernandes. *Emigração e sanitarismo – Porto e Brasil no século XIX*. In: *Ler História*, 48 (2005), p. 141-156.

AMORIM, Francisco Gomes de. *Garrett: Memórias Biográficas*. Lisboa: [s.n.], 1881-84.

ASSIS, José Maria Machado de. Eça de Queirós. A Crítica a *Os Maias*. In: *Obras Completas de Machado de Assis / Crítica Literária*. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Brasileira, 1961.

BREGER, Louis. Breuer, Capítulo 8: Freud e os Estudos sobre a Histeria: 1886-1895. In: *Freud: o lado oculto do visionário*. São Paulo: Editora Manole, 2000. p. 150-158.

CAL, Ernesto Guerra Da. *Língua e Estilo de Eça de Queirós*. Rio de Janeiro: Edusp, 1969.

COELHO, Jacinto do Prado. *Ao contrário de Penélope. Para a compreensão d'Os Maias como um todo orgânico*. Amadora: Livraria Bertrand, 1976.

DAVID, Sérgio Nazar. *Freud e a religião*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

_____. *O século de Silvestre da Silva. Vol. 2 Estudos queirosianos*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007.

_____. *O século de Silvestre da Silva. Vol 1. Estudos sobre Garrett, A. P. Lopes de Mendonça, Camilo Castelo Branco e Júlio Dinis*. Lisboa: Prefácio, 2007.

_____. De estrangeiros, estrangeirados, imigrantes e proscritos. Almeida Garrett e Eça de Queirós no espelho da Europa. Viagem e história social. Portugal ontem e hoje. In: VILAS-BOAS, Gonçalo; OUTEIRINHO, Maria de Fátima (Org.). *Cadernos de Literatura Comparada: Revista do Instituto de Literatura Comparada da Universidade do Porto, n. 18*. Porto: Universidade do Porto, 2008.

FLAUBERT, Gustave. *Madame Bovary*. São Paulo: Abril Cultural, 1981.

FREUD, Sigmund. *O futuro de uma ilusão*. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

_____. *Cinco lições de psicanálise e Contribuições à psicologia do amor*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1973.

GARRETT, Almeida. *Frei Luís de Sousa e Viagens na minha terra*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1965.

_____. *Cartas de amor à Viscondessa da Luz*. Introdução, fixação do texto e notas de Sérgio Nazar David. 2. ed. rev. Famalicão: Quasi Edições, 2007.

_____. *Espólio Garrett / Biblioteca Nacional do Porto*.

GAY, Peter. *A Paixão Terna*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. *O Século de Schnitzler*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HAUSER, Arnold. Naturalismo e Impressionismo. In: *História social da literatura e da arte*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

HERSCHMANN, Micael. Entre a insalubridade e a ignorância. A construção do campo médico e do ideário moderno no Brasil. In: HERSCHMANN, Micael; KRIPF, Simone; NUNES, Clarisse. *Missionários do Progresso – Médicos, Engenheiros e Educadores no Rio de Janeiro – 1870-1937*. Rio de Janeiro: Editora Diadorim, 1996.

LIMA, Isabel Pires de. *As Máscaras do Desengano. Para uma abordagem sociológica de “Os Maias” de Eça de Queirós*. Lisboa: Editorial Caminho, 1987.

_____. *Eça e “Os Maias”*: pensar-se pensando Portugal. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.

LOURENÇO, António Apolinário (Ed.). *O Grande Maia. A recepção imediata de Os Maias de Eça de Queirós*. Braga: Angelus Novus Editora, 2000.

MATOS, A. Campos (Org.). *Dicionário de Eça de Queirós*. Lisboa: Editorial Caminho, 2000.

_____. *Suplemento ao Dicionário de Eça de Queiroz*. Lisboa: Ed. Caminho, 2000.

MATTOSO, José (Org.). *História de Portugal. O Liberalismo. Vol. V*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

MÓNICA, Maria Filomena. *Eça de Queirós*. 5. ed. Lisboa: Quetzal Editores, 2009.

MOOG, Viana. *Eça de Queirós e o Século XIX*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966.

MURICY, Kátia. *A Razão Cética: Machado de Assis e as questões de seu tempo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

NETO, Benedito G.; SOLER, Zaida Aurora; BRAILE, Domingo Marcolino; DAHER, Wilson. A sífilis no século XVI - o impacto de uma nova doença. Artigo de revisão. *Revista Arq. Ciência Saúde*, p. 127-129, jul.-set. 2009. Extraído de http://www.cienciasdasaude.famerp.br/racs_ol/vol-16-3/IDJ5.pdf Arquivo consultado em Outubro de 2010.

NULAND, Sherwin B. *A Peste dos Médicos: germes, febre pós-parto e a estranha história de Ignac Semmelweis*. Coleção Grandes Descobertas. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

NUNES, Maria Luísa. *As técnicas e a função do desenho nas três versões de O Crime do Padre Amaro*. Porto: Lello & Irmãos Editores, 1976.

PINTO, Júlio Lourenço. *O Senhor Deputado (Cenas da Vida Contemporânea)*. 2. ed. Porto: Tipografia do Comércio do Porto, 1880.

QUEIRÓS, Eça de. *A Relíquia*. São Paulo: Klick Editora, 1997.

_____. *O Crime do Padre Amaro*. Edição crítica das obras de Eça de Queirós. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2000.

_____. Afirmção do Realismo como nova Expressão da Arte. *O Marrare: Periódico do Setor de Literatura Portuguesa*. Rio e Janeiro: ILE/UERJ, ano 2, n. 2, jun. 2002.

_____. *Os Maias*. 2 ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

_____. *O Primo Basílio*. São Paulo: Difusão Cultural do Livro, 2006.

_____. *O Crime do Padre Amaro*. Lisboa: Editora Livros do Brasil, 2008.

_____. Positivismo e Idealismo. In: *Notas Contemporânea*. Porto: Lello & Irmão, [s. d.].

_____. Três Prefácios. In: *Notas Contemporânea*. Porto: Lello & Irmão, [s. d.].

_____. O Bock Ideal. In: *Notas Contemporânea*. Porto: Lello & Irmão, [s. d.].

_____. O Francesismo. In: *Últimas Páginas: manuscritos inéditos*. Lello & Irmão, 1911.

REIS, Beatriz Cinatti Batalha. *Eça de Queirós e Jaime Batalha Reis, Cartas e recordações do seu convívio*. Porto: Lello & Irmão, 1966.

REIS, Carlos. *Introdução à leitura d'Os Maias*. 7. ed. Coimbra: Livraria Almedina, 2002.

_____. *O essencial sobre Eça de Queirós*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2000.

SANTANA, Maria Helena de. *Literatura e Ciência na Ficção do Século XIX*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2007.

SANTIAGO, Silviano. Eça, autor de *Madame Bovary* In: *Uma literatura nos trópicos*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

SOUZA, Wladimir Alves de. *Vinte personagens de Os Maias*. Ed. II, 1963.

TAVARES, José Pereira. *O Crime do Padre Amaro: Análise das duas primeiras redacções. – A crítica coeva: Machado de Assis, Silva Pinto, Camilo, Ramalho, Alexandre da Conceição, Sampaio Bruno, Teófilo, Fialho*. Aveiro: Gráfica Aveirense Limitada, 1943.

VALÉRIO, Elisa. *Para uma leitura de Os Maias de Eça de Queirós*. 3. ed. Lisboa: Editorial Presença, 2005.

VIGNAUX, Laurent Eugene. *Algumas Considerações sobre a Apoplexia Cerebral. These apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Typographia Universal de Laemmert, 1864.

<http://www.ensp.unl.pt/> – Escola Nacional de Saúde Pública – Universidade Nova de Lisboa. Arquivo consultado em agosto de 2009.

<http://www.coc.fiocruz.br/tuberculose/raphael.htm> – Memórias da Tuberculose, Raphael de Paula Souza. Arquivo Consultado em agosto de 2009.